

FONTES PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ CRONISTAS — SÉCULOS XIX e XX



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico

FONTES PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ
CRONISTAS — SÉCULOS XIX e XX

Livro digitalizado
em 2009
por316FF
Acervo Particular
Paranaguá - Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
COORDENADORA DO **PATRIMÔNIO** CULTURAL
Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico

FONTES PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ CRONISTAS — SÉCULOS XIX e XX

CRONISTAS

Demetrio Acacio Fernandes da Cruz
Nivaldo Teixeira Braga
j. Coruscante

COLETÂNEA

Júlio Estreia Moreira

ORGANIZADOR

Marceilo Poliriani

ÍNDICE

Atila Silveira Brasil

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CURITIBA - 1990**

ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

RENÉ ARIEL DOTTI
Secretário de Estado da Cultura

VILSON INÁCIO DIETRICH
Diretor Geral da SEEC

SÉRGIO TODESCHINI ALVES
Coordenador do Patrimônio Cultural

ROSINA COELI ALICE PARCHEN
Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico

HENRIQUE SCHMIDLIN
Curador do Patrimônio Natural

COORDENAÇÃO GRÁFICA
COORDENADORIA DE DESENHO GRÁFICO
Teresa Cristina Montecelli

PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL
Teresa Cristina Gomes de Oliveira
Simone Landa!

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA
Carlos R. Zanello de Aguiar (Macacheira)

Foto — Capa

Vista da Rua da Praia, Fundos do Antigo Colégio dos Jesuítas,
Paranaguá, por volta de 1 900.

colaboradores na pesquisa e organização:
Aimoré índio do Brasil Arantes
Antônio César de Almeida Santos

Moreira, Júlio Estrela, 1899-1975

Fontes para a história do Paraná: cronistas séculos XIX e XX.
Curitiba, SEEC, 1990. p. 89.

1. Paraná - História - Séculos XIX - XX. L. Cruz, Demetrio Aca-
cio Fernandes da, ? - ? II Braga, Nivaldo Teixeira, 1852-1924
Bl. Polinari, Mareei lo, 1960 - org. IV. Título.

CDD (189 ed.)
981, 62

APRESENTAÇÃO

Com a presente publicação, a Secretaria de Estado da Cultura procura recuperar uma parcela do universo de informações e de reflexões que caracterizaram valiosas publicações da imprensa paranaense no século passado.

Ao período histórico em que brotaram as aludidas contribuições correspondem as grandes vertentes do pensamento liberal que poucos anos mais tarde iriam estimular os movimentos políticos em favor da criação da Primeira República.

Penso que a marca mais sensível da herança que agora é republicada, graças à beneditina e criteriosa organização do Professor Júlio Estrela Moreira, reside na atmosfera de convicção e de esperança que cercaram a concepção, a gestação e a "délivrance" dos artigos.

As mudanças políticas e sociais operadas com a colonização dos sertões brasileiros no século XIX, a imigração européia, os religiosos e a catequese indígena, o panorama do nosso Estado — liberto da condição de Quinta Comarca de São Paulo — todo esse mural de temas fecundos e muito mais enriquecem essa tentativa de recuperação.

Conheci o projeto e o aprovei sob a instigação benéfica do Chefe da Coordenadora do Patrimônio Cultural desta Pasta, o Arquiteto Sérgio Todeschini Alves. A dedicação e o entusiasmo revelados no desempenho de suas funções somente são comparáveis aos iluminados gestos do artista que transforma a matéria bruta ou indiferente em objeto de interpretação do homem, do mundo e da vida. Quando transforma a argila, o pano, o metal, o papel e outros elementos do reino das coisas em produtos do espírito.

Quando, afinal, dirige e opera o milagre da criação.

RENÉ ARIÉL DOTTI

Secretário de Estado da Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO (René Ariel Doiti, Secretário de Estado da Cultura)	••••• 5
UMA HOMENAGEM A JÚLIO MOREIRA (Marcelo Polinari)	9
INTRODUÇÃO AOS APONTAMENTOS SOBRE A PROVÍNCIA DO PARANÁ, DE DEMÉTRIO ACÁCIO FERNANDES DA CRUZ (Carlos Roberto Antunes dos Santos)	• • 1 3
APONTAMENTOS SOBRE A PROVÍNCIA DO PARANÁ — PARTE IV (Demétrio Acácio Fernandes da Cruz)	17
HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (APONTAMENTOS) (Nivaldo Teixeira Braga)	* • - . . • ' 4 5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS NOTAS HISTÓRICAS DE NIVALDO BRAGA (Átila Silveira Brasil)	69
VIAGEM DE "TURISTE" PELA PROVÍNCIA DO PARANÁ (J. Coruscante)	75
ÍNDICE (Átila Silveira Brasil)	81
NOTAS BIOGRÁFICAS:	
— Júlio Estrela Moreira	87
— Demétrio Acácio Fernandes da Cruz	••••• 88
— Nivaldo Braga	• 88

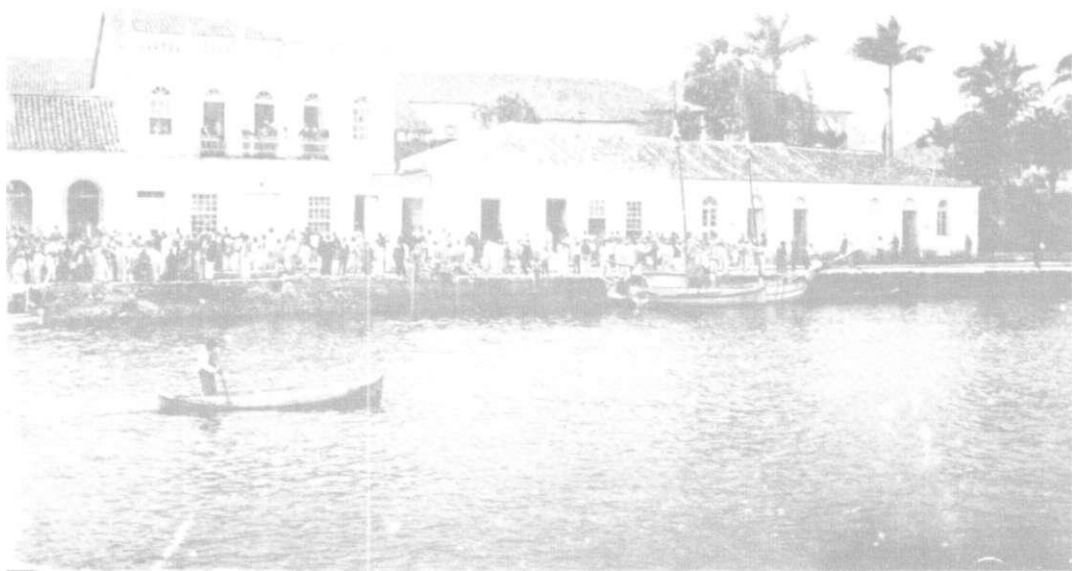
UMA HOMENAGEM A JÚLIO MOREIRA

Lucien Goldmann adverte aos historiadores que fazem uso de fontes bibliográficas sobre a dificuldade de se separar o essencial do que é secundário em uma obra. Adverte também sobre a dificuldade de se saber após a morte do autor o que ele reservou para a publicação e o que a ela não era destinado.

Esta publicação consiste em uma coletânea de textos elaborada por Júlio E. Moreira que descobrimos em uma de nossas pesquisas no ano de 1985. Desde então, tivemos a intenção de lhe dar um toque final, com sumário, apresentação e índice, e publicá-la, em função de sua importância como fonte para a história do Paraná. Somente agora surgiu a oportunidade para concluir esse trabalho que contou com o louvável aval do Sr. Secretário de Estado da Cultura, René Ariel Dotti.

Um trabalho de pesquisa tem como fruto não só a publicação final, mas também o levantamento de fontes que não se pode perder e que deve auxiliar outras pesquisas para que elas não comecem do zero. Assim, a obra de um autor como Júlio E. Moreira não se resume em seus trabalhos publicados, mas abrange tudo que registra o seu esforço de criação e que poderá auxiliar outros na elaboração de novos trabalhos.

Marcello Polinari
Aimoré índio do Brasil Arantes



Acervo Dr. Hugo Correia

Rua da Praia, Paranaguá

INTRODUÇÃO AOS APONTAMENTOS
SOBRE A PROVÍNCIA DO PARANÁ, DE
DEMÉTRIO ACÁCIO FERNANDES DA CRUZ

Carlos Roberto Antunes dos Santos
Prot. Dr. do Departamento de História da UFPR

A Coletânea "Bibliotheca Brasileira" com sede no Rio de Janeiro, completava em março de 1863 o seu primeiro ano de existência com a publicação da obra "Apontamentos Históricos, Topographicos e Descriptivos da Cidade de Paranaguá" de autoria de Demetrio Acacio Fernandes da Cruz. E ao permitir que "as tímidas e modestas revelações do talento nacional", pudessem vir à público, enriquecendo, desta maneira, a literatura nacional com "thesouros novos", a "Bibliotheca Brasileira" considerava que as suas publicações estavam em harmonia proporcional com o lento desenvolvimento das letras nacionais. Portanto, as obras eram destinadas à um público específico, isto é, aos seus assinantes, considerados como homens de letras.

O trabalho "Apontamentos»." constituindo o nº XII da citada coletânea e escrito em 1861, encerra o depoimento de um funcionário público (Inspector de Alfândega) nascido em Pernambuco e residente em Paranaguá, cujo objetivo maior era de analisar o sistema agrícola empregado pelos lavradores nacionais e divulgá-los e aplicá-los aos colonos europeus. Nesse sentido, o depoimento de Demetrio Acacio Fernandes da Cruz teve também propósitos de denunciar a incompetência do Governo em promover a colonização, cuja ação acarretou bloqueios ao desenvolvimento.

A Iª parte da obra trata da descrição geral da cidade de Paranaguá, ruas, travessas e edifícios, e constitue excelente fonte de consulta para o conhecimento do espaço urbano do litoral paranaense. Na IIª parte o autor apresenta um estudo sobre as principais Irmandades de Paranaguá, revelando dados históricos importantes sobre as mesmas. A IIIª parte trata da descrição das principais edificações de Parana-

guá, destacando-se aí o prédio da Câmara Municipal, do Colégio dos Jesuítas, da Alfândega, e da fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres na Ilha do Mel. Além de oferecer elementos importantes sobre as formas de construções dos prédios citados, constituindo fontes importantes para uma história da arquitetura do Paraná no período colonial, o autor apresenta também sua interpretação sobre o incidente Cormorant e a resistência demonstrada pela fortaleza da barra.

Os "Apontamentos" de Demetrio Acacio Fernandes da Cruz revelam na IVª parte denominada "Considerações Geraes", o conjunto mais significativo da obra, no que diz respeito aos temas abordados, análises e considerações efetuadas. O discurso aí produzido revela a não isenção de paixões, mas sim a tomada de posições em prol de determinadas concepções sobre a província do Paraná, antes da mesma completar o seu 1º decênio.

No tocante a questão de agricultura o autor desfecha críticas severas e ferinas ao sistema oficial de colonização, responsabilizando o Governo pela não elaboração de um plano de posse e integração de propriedades aos colonos estrangeiros, e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento agrícola. Daí as suas aferições sobre os imigrantes agrícolas recém chegados, que: a) não introduziram no campo o manejo do arado; b) não se constituíram como os mais aptos para fundarem colônias no Brasil; c) e que não corresponderam às expectativas depositadas e aos esforços dispendidos, não trazendo, portanto, benefícios ao País.

Após realçar os graus de temperaturas existentes nas diversas regiões do Brasil, Demetrio Acacio Fernandes da Cruz considera que o clima frio, próprio da Província do Paraná, em especial o solo curitibano, é acolhedor e benéfi-

co para a produção de vegetais oriundos de clima semelhante. E nesse sentido o autor critica as importações de farinha de trigo dos Estados Unidos e da Europa, produto este que poderia aqui ser produzido, mas que "só tem entrada e aceitação nos nossos mercados por imperdoável desleixo dos nossos agricultores". Portanto, em relação à produção de gêneros, é enfatizada a limitada produção dos mesmos, concentrando-se no café, cana, farináceos e pouco de algodão para a exportação. E para o autor, a escassez na produção de gêneros alimentícios da jovem Província do Paraná implica em maior dependência do Exterior, que talvez pela fome "podemos ficar reduzidos ao que sua generosidade nos quizer outorgar".

Para o autor, a falta de braços para povoar o território brasileiro poderia ser resolvido pela introdução de mão-de-obra indígena, dispensando-se, desta maneira a vinda de trabalhadores estrangeiros. E em suas reflexões sobre o assunto em pauta, considera que os religiosos dos diversos conventos existentes no Brasil deixariam de constituírem-se como "párias da sociedade", e dedicar-se-iam ao processo de catequese dos índios.

Neste contexto, Demetrio Acacio F. da Cruz revela profunda aversão aos religiosos dos mosteiros que vivem "entregues a mais revoltante inércia e vadiação, sobrepesados à sociedade, que os supporta e apenas os tolera, são inúteis consumidores do império".

Ao ocupar-se das lavouras e suas produções, o autor denuncia a derrubada das florestas, por parte dos "matutos", através das queimadas, que constitue "um acto de verdadeiro vandalismo, e consiste em entregar para pasto das chamas bellos troncos, que a mão pródiga da natureza levou dezenas de annos para formar". E a partir daí se procede a plantação de gêneros alimentícios como o feijão, a mandioca, o milho e outros por annos consecutivos, cujo terreno vai então perdendo a sua força produtiva. E nesse contexto, por outro lado, o autor destaca os colonos conceituados como agricultores, que retiram da terra o suficiente para as suas alimentações e para a renovação do plantio e após, preparam o terreno restituindo-lhe periodicamente "as forças perdidas".

Ao demonstrar a sua aversão ao sistema estabelecido de vinda do Exterior de trabalhadores agrícolas, o autor volta a enfatizar que por motivos diversos, estes colonos acabam não introduzindo o arado na agricultura, o que constitue um atraso, pois "entregam-se de pés e mãos atados a rotina da enxada, usada pelos nossos patrícios: assim, em vez de adiantarem,

concorrem para mais enaeosar a nossa rotina".

Na perspectiva dos fundamentos do processo de colonização, o autor revela a opção equivocada tomada pelo poder público, que definiu tal processo "marchando dos centros para as extremidades", sem levar em consideração a falta de estradas e demais elementos infraestruturais, fundamentais para promover as colônias mais distantes. Em contraposição à referida opção, o autor propõe a tese da colonização espontânea e livre, sem a interferência do Estado, devendo marchar em sentido inverso, isto é, "das extremidades para os centros", criando de antemão a necessária infraestrutura, como estradas, habitações, terrenos para as plantações, instrumentos para lavrar a terra e alimentos. Esta seria a única forma de participação do governo no processo de colonização, isto é, criando condições para a sua implementação e desenvolvimento. A partir daí o nome do Brasil seria melhor conhecido na Europa, promovendo "uma verdadeira revolução, a revolução pacífica e que não contradiria, por fôrma alguma, com as leis dos Governos constituídos".

Na opinião do autor, esta verdadeira e incontestável colonização dispensaria os seis mil contos consignados pelo Governo, que poderiam amortizar a dívida externa brasileira, "que é o sorvedouro único, verdadeiro e implacável pesadelo do Brasil; e enquanto o Brasil dever a Inglaterra, estejamos certos de que jamais prosperaremos".

A seguir, Demetrio Acacio Fernandes da Cruz invoca as chefaturas de polícia para ajudarem na solução do grande problema da colonização no que diz respeito aos colonos portugueses, que ficam aglomerados em cortiços nas capitais praticando a indústria do fósforo. Para o autor estes imigrantes são os responsáveis por latrocínios cometidos, denunciados pelos jornais da Corte e das províncias, e que em verdade deveriam povoar os núcleos coloniais, prestando serviços relevantes.

E mesmo a ação dos agentes que serviam ao Governo para o engajamento de colonos, era contestada pelo autor que, nesta parte, demonstra a sua reprovação à forma de recrutamentos de imigrantes alemães para o Brasil. E citando as autoridades das principais cidades da Alemanha como comprovação às suas denúncias,

Nos mandam as mais das vezes viciosos e incorrigíveis que tiram de suas enxovias. Assim que, ao passo que vão expurgando as suas cidades de todos os homens maus e inúteis, a título de colonos

úteis vão enchendo as nossas de vagabundos e perversos.

E diante das pressões da Prússia em impor condições para a vinda dos colonos alemães, Demetrio Acacio Fernandes da Cruz sugere ao Governo brasileiro o rompimento imediato das relações diplomáticas, pois, "com honrosas exceções", os trabalhadores prussianos que se dirigem ao Brasil são aqueles "que habitam suas casas correccionaes!".

Ainda em nome de um forte nacionalismo, o autor denuncia que na Colônia de S. Leopoldo, no Rio G. do Sul, composta exclusivamente por alemães, os seus filhos, brasileiros natos, são criados pelo sistema, usos, costumes e linguagem germânica, e que não sabem proferir uma só palavra em português. Nesse sentido, sua denúncia comporta a dimensão "nada menos que a criação de um estado dentro de outro estado".

Ao apresentar dados sobre a Província do Paraná, o autor destaca que a mesma constitui-se, dentre todas, na mais vantajosa opção para servir à colonização européia, pois os habitantes nacionais "por indolentes, por extremamente pobres ou finalmente porque política local tem dividido e distraído sua atenção da lavoura", abandonaram a produção de alimentos e se dedicaram à economia da madeira e da erva-mate. A partir daí é apresentado, em detalhes, todo o processo de preparação da erva-mate, bem como a constatação de que os lavradores paranaenses que poderiam produzir trigo, centeio, arroz, milho vermelho, feijão, cevada, mostarda, batata, cana, café, mandioca e outros alimentos, dedicavam-se exclusivamente à produção da erva, ficando o Paraná dependente inteiramente das demais províncias com relação aos gêneros de primeira necessidade.

E dando vazão ao seu apego à Paranaçuá, o autor, que era pernambucano de origem, apresenta a seguir uma série de dados comparativos entre Curitiba e Paranaçuá, para provar a sua tese de que a capital da Província havia sido mal indicada. E os dados abordam números populacionais das duas cidades, riquezas administrativas, culturais e educacionais, descrição topográfica, vias de comunicação, recursos, vida econômica e perspectivas futuras. E então para o autor, a cidade que detinha todos os predicados para tornar-se a capital da Província era Paranaçuá, não constituindo-se como tal em virtude de imposições políticas, pois o Presidente da Província, Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos ao chegar à Província, "trazia ordens positivas para fazer de Curitiba Capital do

Paraná."

A parte acima que trata especificamente da Província do Paraná, dos "Apontamentos»." de Demetrio Acacio Fernandes da Cruz destaca-se como a mais rica e substanciosa fonte de informação e análise, no conjunto da obra. E dentre as diversas propostas do autor visando resolver os problemas básicos da Província, uma seria a construção de um Liceo ou Instituto em Paranaçuá, cujo ensino, além dos Preparatórios, versaria também sobre a teoria e prática da agricultura, pilotagem e construção naval.

Do exposto, entendemos que a Secretaria de Cultura vem, em momento oportuno publicar o referido Trabalho, constante da Biblioteca Paranaista do Dr. Júlio Moreira. E aos historiadores os "Apontamentos—" de Demetrio Acacio Fernandes da Cruz constituem fontes importantes para o conhecimento da Província do Paraná na conjuntura dos anos sessenta, bem como induzem ao debate pelo conteúdo estimulante e provocativo que encerram.





EXPORTAÇÃO DE PINHOS E MADEIRAS DE LEI

Apesar de mais a sul, São Marcos sempre teve ligação com o porto de Paranaguá. Foi lá que os proprietários do setor de madeira começaram a exportar para o Brasil.

João Hagenlocher

Acervo CPC

Porto de Paranaguá / Vista Panorâmica

APONTAMENTOS SOBRE A
PROVÍNCIA DO PARANÁ
PARTE IV

DEMETRIO ACÁCIO FERNANDES DA CRUZ

Dedicado aos senhores:
Dr. Francisco Ferreira Corrêa e
Dr. Joaquim Dias da Rocha

Trabalho publicado no Correio
Oficial-Curitiba - 1861

DR. JOSÉ MARIA F. DE FREITAS
CIRURGIÃO DENTISTA
C.R.O. Nº 1163
C.F.F. 008701953-87

I.

Muitos têm sido os lidadores eminentes e abalisados que, quaes denodados campeões, se tem apresentado pela imprensa a escrever e a aconselhar o governo sobre o meio de colonisar os incultos sertões do Brasil.

Mui poucos ou quasi nenhuns tem sido aquelles que tem deixado o campo das generalidades theoricas para se atirar no da pratica.

E nós, pobre empregado publico, sem significação alguma social, porem animado de mui bons desejos, procedendo ao inverso desses cidadãos illustrados, deixaremos para um lado as theorias mais ou menos brilhantes, os autores mais ou menos conceituados, para nos importarmos apenas com aquillo, que nos tem ensinado a experiência, adquirida por alguns annos de trabalho.

Assim que, examinar as necessidades mais palpitantes do nosso Brasil, relativamente a agricultura, analysar o systema empregado pelos nossos lavradores, procurar os meios de os tornar conhecidos, applicai-os aos colonos europeos, demonstrar a excellencia da colonisação sem a menor interferência do governo, os embaraços que ella traz ao seo desenvolvimento, os males, que acarreta ao Brasil - eis o fim a que nos propomos: por feliz nos daremos e por demasiado compensado nos julgaremos, se atingirmos ao alvo de nossos desejos.

II.

Assim como não ha lei má e dos seus executores depende unicamente sua excellencia ou a sua condemnação; assim como não ha estadista Brasileiro que se occupe com a concepção de pensamentos prejudiciaes ao paiz de seo nascimento; assim também, estou convencidíssimo, não ha systema de colonisação, seja elle de parceria ou de pequenas propriedades, que não seja muito bom.

O que a pratica exige e a experiência o tem demonstrado, é que se necessita de boa fé e cordura por parte daquelles que se liberarem a fazer a tentativa pratica.

O nosso abençoado Brasil, participando de todos os climas, presta-se perfeitamente ao cultivo de todos os vegetaes, cuer elles sejam oriundos da Europa, quer da Asia, quer da África, quer das Ilhas da Oceania e quer finalmente da America do Norte; e ao inverso daquella primeira parte do mundo, cujos terrenos cançados só a força e muito estrume produzem, a sua benéfica e creadora natureza faz germinar, ali-

menta, vigora e desenvolve, de um modo verdadeiramente maravilhoso, as sementes que as nossas descuidosas mãos atiraram ao acaso por sobre o seo generoso solo.

III.

Carecemos pois de agricultores intelligentes, que, amestrados pela experiência pratica de seo mister, possam com segurança e quasi infalibilidade estudar o terreno de sua propriedade, e que deste estudo podessem chegar a conclusão de que, para certa e determinada qualidade de terreno, só deveria cultivar igualmente certas e determinadas espécies vegetaes.

E' sabido geralmente que dez milhões de habitantes é apenas um décimo da população de que urgimos para povoar o nosso immenso território; que a nossa lavoura, se bem que mui imperfeitamente só das costas africanas recebia o extricto auxilio para o seo custeio, e que finalmente este auxilio o governo imperial, com a maior circumspecção, prudência e sabedoria, entendeo dever aniquilak), depois de provar perante o mundo civilizado que todo o poder e atrevimento britânico eram improficuos para consummar semelhante milagre.

Conhecidos estes principios, não é difficil reconhecer igualmente que delles emanam a carência de braços úteis e proficuos à agricultura do paiz.

IV.

De preferência a qualquer das outras partes do mundo, que nos podia fornecer colonos, que povoassem o nosso tão extenço território, vamos á velha Europa demandal-os.

E em que se basêa a origem semelhante preferencia? Sem que façamos parte dessa phalange de homens illustres e provectoros, que marcham á frente dos negócios do nosso Brasil, nos julgamos habilitados para responder perfunctoriamente.

Sendo a velha Europa a parte do mundo, onde mais tem penetrado a civilisação, e por conseguinte mais adiantadas estam as descobertas scientificas e mais aperfeiçoados os processos e instrumentos aratorios, vamos, ipso facto, ahi buscar os agricultores, que mais úteis nos podem ser para supplantar a inveterada rotina dos nossos lavradores, já com a introdução de machinas e instrumentos, que poupando consideravelmente as forças do homem, lhes

dêm, com grande suavidade, os mesmos, senão melhores resultados práticos, já com a iniciação do amainho e do arroteamento das terras cançadas.

E por ventura os colonos, que tem aportado ás nossas plagas por conta do governo ou de associações geridas por elle, tem em verdade introduzido em os campos o manejo do arado? Serão os mais aptos para fundarem colônias no Brasil? Da sua introdução tem resultado algum beneficio do paiz? Tem finalmente elle correspondido é expectativa do paiz e compensado os esforços de tantos dos nossos Estadistas, que se tem cançado com a resolução deste grande problema?

Certamente que não: dil-o-emos sem hesitação: não. E por que?

V.

E" opinião minha, e muito antiga, que o governo para tomar a iniciativa na importação de colonos agrícolas, devia a priori ter diante dos olhos o quadro seguinte e invariável:

- 1.) Escolha de terrenos nas proximidades dos centros populosos.
- 2.) Derrubada de matto e destacamento do mesmo.
- 3.) Demarcação exacta dos prazos.
- 4.) Edificação de casas adequadas e com todas as condições hygienicas para receber, para cada prazo, uma família.
- 5.) Entrega, á cada chefe de família de colono, da escriptura de posse de sua propriedade e de um titulo descriptivo da mesma com a necessária junção da planta
- 6.) Boas estradas de rodagem para o logar designado para a colônia.
- 7.) E finalmente armazéns de provisões de boca, para supri-os, por um tempo determinado.

Isto pelo que respeita ao que devíamos ter prompto, antes de mandarmos buscar os colonos: occupemc-nos agora, com os elementos, de que deveríamos dispor no estrangeiro:

1)-Agentes de provada confiança, de incontestável probidade, escaipulosos, sagases bastante para não serem iludidos; e sobre tudo que não recebessem por esse serviço salário algum dos cofres nacionaes.

2)- Ministros residentes, que, por meio de attestados officiaes, provassem perante o governo que tal agente gastou apenas tanto em pagamento de passagens de ida e volta e com comedia por tantos dias, que esteve em tal aldeia do interior da Allemanha, contractando o

engajamento de famílias agricultoras.

3)- E finalmente que os cônsules, Brasileiros natos fossem unicamente os encarregados de realizar os contractos com os capitães de navios para a conducção dos colonos.

Assim concebidas e enunciadas estas premissas, entramos no seo desenvolvimento e na apreciação dos motivos, que actuaram de modo desfavorável ao governo, que tendo gasto tanto dinheiro,, e empregado tantos esforços, não conseguiu ainda legar ao paiz uma verdadeira colonisação agrícola.

VI.

Não o faremos porem antes de respondermos a uma interrogação, que já nos parece estar ouvindo do respeitável publico, a quem apresentamos o fructo de nossos esforços; vem a ser ella "qual será o homem que quererá se encarregar da penosa tarefa de engajar colonos, sem ter a sua disposição um pingue ordenado?"

A' ella responderemos victoriosamente nestes termos bem simples: "o governo tem na Allemanha, alem de um ministro residente, urr enviado ou embaixador, o numeroso pessoal de algumas legações; e alem delles tem mais uns quantos homens felizes com o titulo de Addidos com legação."

Ora, estes entes privilegiados, que sob o titulo pomposo de addidos viajam ou estudam á custa dos cofres do Estado, se em vêz de inha-beis, fossem homens conscienciosos e habilitados, não podiam mediante uma ordem expressa do governo, occuparem-se vantajosamente de semelhante tarefa?

E visto como elles já percebiam um ordenado e ao governo só cabia o encargo do pagamento de transportes e comedorias, alem do serviço real prestado immediatamente á colonisação, não era todo o mais dinheiro, que revertia em beneficio do thesouro? Não por tal guiza em disponibilidade os Lalmonts?

Não quero porem encarar a questão debaixo das vistas encantadoras deste prisma: vou alem; isto é, á hypothese figurada, a qual responderei por outras perguntas dirigidas ao respeitável publico.

Qual será o homem que não desejará viajar á Europa, demorar-se tanto tempo, quanto entender preciso em as cidades e aldeias do interior da pittoresca Allemanha, pagando-lhe as despesas de transporte e de comestiveis?

Qual o que por tal preço não tenha pressa de bem servir ao seo paiz? Qual o que não de-

sejará ter occasião de junctar o util ao agradável? Creio que nenhum.

Assim que, entendemos que tudo mais quanto se afastar desta regra é dar inutilmente que comer á alguns aventureiros e estrangeiros, sem uma única probabilidade de resultado satisfatório.

VII.

Os gêneros alimentícios, como a farinha de trigo, etc., que importamos dos Estados Unidos da America do Norte e da Europa, só tem entrada e aceitação em os nossos mercados por imperdoável desleixo dos nossos agricultores.

Participando felizmente o Brasil de todas as temperaturas, todas as providencias deste vasto império, que demorassem ao sul da Bahia de S. Salvador, podiam, sem grandes esforços, supprir as demais suas irmãs com estes gêneros de grande consumo e necessidade, seos agricultores se dessem ao trabalho de seos cultivos e os pensassem com mais reflexão sobre a realidade de seos interesses.

E nem se presuma ser isso uma couza extraordinariamente difficil e de custosa realização; por quanto a experiência feita em a fazenda denominada dos Peritos em A Província de Pernambuco ahi está, para attestar até que ponto chega a uberidade de nosso solo!

Vegetaes oriundos de climas frios dam-se perfeitamente com as nossas províncias de clima mais calidos: a colheita é demasiada crescida para compensar os esforços do plantador, e o plantio fácil e quasi incuidadoso.

Como porem, procedem os nossos agricultores, em presença de resultados tão extraordinários?

Adstrictos á uma velha rotina, cingem-se unicamente a plantação do café, da canna e de pouco algodão para a exportação; e dos farinaceos quanto baste para suas respectivas alimentações. Se algum, dotado de mais um pouco de curiosidade, se aventura á plantar algum trigo ou cousa semelhante, é logo condemnado por innovador. Todas as atencões dos outros se fixam sobre elle, e declaram-se logo seos inimigos gratuitos e implacáveis.

Nestes termos invariáveis, sempre estamos na dependência do estrangeiro; e no caso de um longo bloqueio, ficaremos, pela fome, reduzidos ao que sua generosidade nos quiz outorgar.

A industria de nosso paiz é sempre suffocada á nascença, senão pelo dinheiro do estrangeiro, que a compra para esmagar, ao me-

nos pela inveja e rivalidade de nossos lavradores.

Queremos, sim, que entre o nossos lavradores exista rivalidade; porem, rivalidade que se possa traduzir pelas palavras emulação, desejo de igualar, de exceder mesmo os esforços de outrem.

Despresamos solemnemente a rivalidade, que se traduz pelo desejo de fazer mal, de obter por baixas represálias que outrem não se adiantem na vida do' progresso agrícola, que procura inutilisar os esforços de um homem mais emprehendedor do que nós pelo simples facto de não nos podermos elevar á sua altura.

A primeira proposição é a única, que devia ter cabimento entre os agricultores brasileiros, é a única que desejamos que invadissem o cérebro de todos os nossos grandes e pequenos proprietários rústicos, é a única finalmente capaz de levar o nosso bello paiz ao cume da felicidade, e que do âmago do coração lhes desejamos.

A segunda deve ser energeticamente combatida pelo órgão da imprensa, por todos os homens sensatos, como pernicioso á pátria; deve ser corajosamente repellido por todos aqueles que não receiam affrontar as iras desses parasitas, que não escrupulisam amontoar o outro sem lhes importar, que elle seja o representante vivo do suor afflitivo do pobre, das lagrimas da desvalida viuva, do sangue inocente da orfandade.

VIII.

Temos, é pura verdade, muita falta de braços úteis para popular o nosso imenso território; mas não é ella tão grande e absoluta quanto se tem apregoado; porque centinares de milhares de braços indígenas vivem esperços, parte pelas selvas e o resto na mais abjecta indolência.

Se é tão absoluta a deficiência de braços, não se dispense os nossos para ir buscalos ao estrangeiro: eduque-se convenientemente os nossos indios e teremos muito melhores trabalhadores do que os que nos pode fornecer a Europa; dirijam e verão que não são tão estúpidos como se tem querido dizer.

E, visto como insensivelmente fomos levados até os nossos selvagens, seja-nos licito juntarmos algumas palavras sobre os meios de que tem lançado mão o nosso governo para praticar sua catechese.

Possuindo as 22 províncias, de que compõe o império, uma legião de conventos de diversas ordens, porque razão não lança mão o governo destes párias da sociedade brasileira

para empregal-os convenientemente na catechese dos nossos indios?

Não seriam elles os mais aptos para, á imitação de Anchieta, Vieira, e muitos outros illustres seos antepassados, fazerem ouvir a palavra santa do Evangelho em os nossos mais remotos sertões?

Se nenhum outro préstimo se lhes descobre, porque não os obriga o governo á desempenhar o único que sam capazes?

Assim convenientemente empregados poderão prestar um serviço real do Estado; ao passo que encerrados em a estreita área de seos mosteiros, entregues à mais revoltante inércia e vadição, sobre pesados á sociedade, que os supporta e apenas tolera os seos maus exemplos, sam inúteis consumidores do Império; e se o Império necessita grandemente de braços úteis, não é lógico que, podendo, não empregue os que tem para mandar vir outros do estrangeiro?

Não é igualmente conveniente que, para desempenho de semelhante mister se lance mão de frades capuchinhos, que, pela maior parte, ignoram os mais comesinhos rudimentos da nossa lingua; porque em vez servirem para servir aos nossos indios, na lingua vernácula, elles que a ignoram, vam ensinar-lhes uma algaravia inintelligivel até para elles próprios.

Deste tão enraizado mal nasce a razão mais forte para que a catechese dos indios entre nós jamais seja uma realidade.

E, se temos frades de mais, sam inúteis, isto é, homens que ao presente sam inúteis á sociedade e ao Estado, porque razão plausível consentimos que á elles se juntem aos barbadiños, estrangeiros, e lhes permitamos até que tenham conventos seos?

Serão por ventura elles mais moralizados que os nossos frades? Terão acaso maior cabedal de instrucção?

Nem uma, nem outra cousa: os simples factos de serem estrangeiros os habilita para tudo; aquillo que os nossos que faliam correntemente a lingua vernácula não podem conseguir, elles que delia não tem o menos conhecimento, o conseguem...

Dê-se asado destino aos nossos que assim cumpriremos um peceito evangélico; e quando não nos restar mais um único para empregar na catechese, então admitimos, se bem que com muita reserva, que o estrangeiro venha preencher uma lacuna: antes de realizar-se esta hypothese, acho até impolitico admitir no império frades estrangeiros, quando decretamos leis impedindo que os brasileiros professem.

Me parece que não estamos no caso de levar tão longe o desejo de proteger ao estran-

geiro, principalmente quando desta protecção resulta um mal conhecido e evidente para os nossos patrícios.

IX.

Aproveite o governo aos selvagens e saiba tirar o partido de certas tribus para as nossas força de mar e te/ra, depois de o ter educado a propósito, para semelhante fim; e ao restante, conjunctamente com a parte de nossa população agrícola indigente, reunido em núcleos coloniaes modelos, dê-se-lhes as mesmas regalias que a mãos largas se concede aos europeus, e em conclusão teremos dinheiro gasto utilmente com o aproveitamento de homens, com os quaes a sociedade brasileira estava acostumada a não contar, teremos verdadeiras colônias tão úteis para a agricultura como para o paiz em geral; e teremos realizado e resolvido o problema de desenvolvimento de uma população indígena vigorosa.

Acabe-se de uma vez com o recrutamento nas villas e aldeias do interior, onde não existem vadios, porque este espantallo só serve para aterrar a nossa população rústica, fazel-a trocar a mansarda pelas selvas, a enchada pela frega, e muitas vezes é ella a origem de repetidas e pequeninas vinganças eleitoraes.

Para que os quadros do exercito de mar e terra extravazem, basta que o governo, cerrando os ouvidos aos pedidos, concentre-os nas cidades populosas; e ordene aos seos delegados de policia a nomeação de inspectores de quartirão idôneos, que se não prestem á vingançasinhas, mas que façam timbre de bem cumprir os deveres inherentes ao seo cargo.

Destas nomeações, assim feitas, resultam dous benefícios immediatos: Uma estatistica exacta da população e um recrutamento digno da mais avançada civilisação.

Inspectores taes podiam dar semanalmente uma relação ao delegado dos domiciliados nos seus respectivos quartirões, cuja conducta ou meio de vida causasse suspeita, dos homens finalmente no caso exigido pela lei vigilante.

Por essa fôrma, ao demais tão simples e fácil de realizar, teríamos, sem aterrar os nossos roceiros, acabado com o enxame de vadios, que formigam em nossas cidades, e que não sei o motivo porque nunca sam recrutados, feito um verdadeiro e importante serviço à agricultura, expurgando as fileiras da guarda nacional dos vadios, que nella se azylam, completado o quadro sempre vasio dos nossos exércitos, e amontuando nos depósitos de guerra suprimento de

homens já exercitados no mister das armas, para acudir ás faltas imprevistas e inherentes á tão difficil ramo publico.

X.

Demos de mãos a estas considerações e passemos á occuparmo-nos com a lavoura e os nossos lavradores.

O systema usado por nossos lavradores consiste em fazer derrubadas de excel lentes florestas, pela maior parte compostas de madeiras de um valor incalculável, para as construcções navaes, para a marcenaria e para a edificação, logo que o terreno de que se serviam não dispõe mais de luxuriosa vegetação.

Feita a derrubada e concedido algum tempo para o secamente das madeiras procedem ás queimadas.

Chamam os nossos matutos queimada um acto de verdadeiro vandalismo, e consiste em entregar para o pasto das chammas bellos troncos, que a mão pródiga da natureza levou dezenas de annos para formar.

Consumidas as madeiras pela voragem do fogo destruidor, longe de tratarem dos destocamentos dos terrenos, procedem incontinenti à plantação do feijão, da mandioca, do milho, etc.

Esta operação se repete por espaço de alguns annos sem interrupção; percebendo que este terreno, sem o necessário cuidado, vai perdendo a força productiva, o abandonam-no para irem mais adiante procurar novo theatro para exercitarem idêntica devastação.

la nos esquecendo de dizer que um mez depois de feita a plantação procedem os lavradores a denominada - limpa.

A limpa é feita á enchada e tem por fim exterminar toda a vegetação extranha á plantação.

Este processo reproduz-se por tres vezes mais ou menos ou por outras tantas vezes quantas forem precisas para permitir a vegetação livre do objecto, que constitui a plantação.

XI.

Os poucos colonos, precisamente agricultores, que temos ao inverso do que praticam os nossos lavradores, adstringem-se a área de seo campo, preparam-no, estercam-no, quando já está cançado e por esta forma restituem-lhe periodicamente as forças perdidas.

Obtendo, porem, em resultado de seus esforços, colheita demasiado larga para compen-

sar o seo trabalho, tiram delia o necessário para sua alimentação, para renovação do plantio e o resto pela maior parte perdem, por deficiência de boas estradas e de mercado para sua prompta sahida.

Aquelles porem que tem aportado ao Brasil, debaixo do titulo de lavradores, mas que na realidade não o sam, atirados por assim dizer ao centro de nossas florestas virgens, impossibilitados, já por «falta de instrumentos aratorios, que não podem mandar vir pela grande longitude, em que estão dos mercados importadores, já por não terem o capital necessário para fazer face a sua compra e em consequência dos preços fabulosos, a que subirão postos nos logares de suas residências, e já finalmente por estar o terreno em estado de supportar a applicação do arado, abandonam a experiência provada a luz meridiana pelo modo de lavar a terra com o instrumento próprio, e entregam-se de pés e mãos atados a rotina da enchada, usada pelos nossos patricios: assim em vez de adiantarem concorrem para mais enraizar a nossa rotina.

Porque forçoso é confessar que muito errado tem andado nossos Estadistas em quere-rem principiar a colonização de nosso território marchando do centro para as extremidades, sem metterem em linha de conta, que não dispomos de estradas e mais elementos indispensaveis para promover a prosperidade de uma colônia lá para esses remotos sertões.

Deste inconveniente, alem das razões já expendidas, nascem estas outras de primeira intuição: deserção de colonos e ainda mais: concorre para fazer lavar um desanimo, aliás justíssimo, por quanto pela frente os colonos só enchergam a triste perspectiva de colher para ajuntar com o supérfluo um pecúlio, que provendo-o das necessidades pesentes os abrigue da indigencia no porvir.

Quem em idênticas circunstancias não faria outro tanto? Se as ruas de nossas principaes cidades jazem no mais lastimoso estado, o que não sucederá por esses trilhos, a que pomposamente dão o nome de estradas? Qual será o homem que se entregue ao penoso trabalho do arroteamento das terras, que não tenha em vista uma melhoria de sorte futura?

E visto como lhes tiramos esta doce perspectiva, nenhuma razão nos assiste para delles nos queixarmos.

Façamos as cousas sem precipitação e teremos resultados tão promptos quão satisfatórios.

XII

A colonização deve ser espontânea e tão livre em seus vôos como o ar percorrendo o espaço.

O nosso governo, ao inverso do que até aqui ha praticado, deve marchar das extremidades para os centros; assignando, nas raías das cidades, prazo próprio para receber a colonização livre, edificar muitas e pequenas vivendas de tijollos, cobertas de telha (uma por cada prazo e para cada família) para servir de habitação àquelles que por sua própria conta houvesse mandado enganjar.

Os colonos espontâneos, não vindo ao Brasil para esmolarem, precisamente, hão de trazer consigo algum pecúlio, alem do despendido com o pagamento de suas passagens, para acudir ás primeiras despesas a comprar algumas braças de terra para dar principio a sua plantação.

Supponhamos porem que o dinheiro trazido apenas deo para fazer face ás despesas de transporte e que nenhum outro recurso lhe resta.

O governo, que já tem terrenos demarcados nos extremos das cidades, que já tem em cada prazo, commodos para abrigal-os das intempéries das estações, mandados á priori prepara para os importados por sua conta, vóa em auxilio desses infelizes, da-lhe casa, terrenos para plantação, instrumentos para lavrar a terra e comida por um numero de mezes determinados, mediante uma justa retribuição pecuniária, pagaveis em prestações annuaes, e contada da data da sua posse ou installação na casa e terreno da nação.

Ahi está; segundo entendo, o único caso, em que o governo deve figurar e o modo igualmente único porque deve favorecer, acoroçoar e desenvolver a colonização.

Bem assim devião ser estes os casos para os quaes devia autorisar despesas, que não passariam de meros adiantamentos, visto como o imprestimo era pagavel em prazo determinado.

Fora deste circulo, que a experiência pratica nos ensinou a traçar, todas as demais despesas autorizadas é dinheiro irremissivelmente perdido.

O governo, que tem sido incansável em proteger e praticar todos os systemas theoricos de colonização conhecidos ate o presente, sem resultado satisfatório para elle e para o paiz, que se digne de attentar para a voz da razão, experimentar mais este, que é filho da pratica, afim de ver se será ou não melhor succedido?

Desejamos mesmo que o governo o pratique em ponto infinitamente menor do que faz com os outros para que, no caso de máu successo, no que não acreditamos, não perca muito.

Quando as nossas finanças faliem de um modo tão significativo, é justo que elle seja demasiado cauteloso e prudente na autorisação de despesas e principalmente das desta ordem, que não podem produzir immediatos resultados.

XIII.

Encaremos agora a questão pelo lado de poderem os colonos prescindir do auxilio do governo e até mesmo do dos particulares.

Conhecido por elles que o governo tinha em logares apropriados prazos de terra à venda, já desfocados, limpos e de mais a mais com prédios e nas imediações dos centros populosos, que lhe garantem a sahida de seus gêneros, se haviam de ir avante procurar terrenos centraes para elles desconhecidos, e em os quaes fosse necessário tudo preparar e tudo crear para o fim de muito tempo e a custa de muitas fadigas poderem dispor de algum recurso, de preferencia a elles recorreriam em massa ao governo para comprar os seus, que lhes offercia todas as garantias de uma futura prosperidade.

Eis, em muitas poucas palavras, provada a utilidade do dinheiro do estado, gasto para firmar a corrente de imigração para o Brasil.

Assim domiciliados os primeiros colonos, os outros não se fariam esperar, a razão é de simples intuição. Em que parte do mundo poderiam elles encontrar tanta previdência e tão bom acolhimento?

É muito provável que todos os imigrantes tenham parentes e se não parentes ao menos amigos, conhecidos ou afeiçoados; encontrando em nossas plagas commodidades, que não poderiam achar em alguma outra parte do mundo participar-lhe-hiam semelhante novidade, que seria o ponto de partida para a nossa verdadeira e incontestável colonização; porque todos se apressariam em querer tomar parte nas vantagens offercidas pelo nosso governo e, como seus antecessores, gozarem de idêntica prosperidade.

As nossas repartições de correios, transmittindo fielmente ao ponto designado toda a correspondência, boa ou má, delles iria promover na Europa e com especialidade na Alemanha e Irlanda uma verdadeira revolução; revolução pacifica e que não contenderia, por forma alguma, com as leis dos governos constituídos.

Uma vez despertada a cubiça, e, por verdadeira apreciação, melhor conhecido o nosso Brasil dos estrangeiros, teríamos para o futuro, sem o mais insignificante gravame para os cofres nacionaes, estabelecida e firmada a corrente da imigração, que a datar dessa epocha viveria por si mesmo: isto é produziria o duplo do necessário para gastar com as demarcações de novos prazos a edificação de pequenos prédios rústicos.

E a pratica nos tem ensinado que, uma vez ella encaminhada, difficil senão impossivel é desviar-a: haja a vista dos Estados Unidos da America do Norte, que máo grado a guerra intestina, que solapa suas melhores instituições, continuam a receber imigrantes na mesma escala.

E visto como o governo entende que deve de gastar para attingir a um fim de tão reconhecida utilidade, que é a mais prompta, proveitosa e imediatamente vantajosa para o paiz: abandone por uma vez o systema de mandal-os enganjar á Europa, que o tempo se encarregou de demonstrar com toda a evidencia que sobre ser improficuo, é ruinoso e fatal ao Brasil e aos seus Estadistas.

Quizera antes que o governo se servisse dos seis mil contos consignados para colonisação, fosse de preferencia applicado a amortisação da nossa divida externa, que é o sorvedouro, único e verdadeiro pezadello do Brasil.

Em quanto o Brasil dever a Inglaterra, estejam os brasileiros certos de que não prosperarão.

XIV

Os chefes de policia das grandes cidades podiam igualmente concorrer com o seo contingente para a resolução do grande problema da colonisação, não consentindo que essa immensidade de colonos portuguezes, que todos os dias aportam as nossas plagas, fiquem agglomerados em immundos cortiços, que infelizmente abundam nas capitães, exercitando industrias equivocadas.

Mandatos por conta do governo para povoar os núcleos coloniaes, creados na conformidade do plano que indiquei, e já em estado de adiantada prosperidade, seria prestar á pátria um serviço relevantissimo.

Donde procedem estes latrocínios, que todos os dias nos denunciam os jomaes mais lidos da corte e das províncias, senão da vagabundagem de milhares delles, que se acostam nos cortiços, e que, a imitação de aves de rapi-

na, só a noite deixam esses antros para exercitarem seus vícios.

Pois será acreditável que um homem vendendo phosphoros (é a industria favorita) possa manter-se com o producto de sua renda? Que quantidade não será preciso vender diariamente, custando cada dúzia de caixinhas 80 réis, para dahi tirar o extrictamente urgente para empregar na compra de gêneros de primeira necessidade? Serão eternas suas vestes?

E note-se'bem, assim calculando já lhes dousa grande vantagem de suppol-os productores, chimicos e de não gastarem por conseguinte cousa alguma com a mão de obra, compra de ingredientes, etc, etc.

Por este raciocínio, em sí tão simples, não vêm as nossas autoridades que estes, intitulados mercadores ambulantes, não podem offerecer segurança alguma, que as leve a crer na sua moralidade?

Não será mais consetano dar-se-lhes o destino, que nos atrevemos a indicar, muito embora pareça elle arbitrário e até mesmo violento? Não teríamos, se bem que não pelo meio ordinário, concorrido para fazermos a felicidade futura desse desgraçado? Não seriam outros tantos homens, que arrancaríamos dos braços da indigencia? E vindo elles para o nosso Brasil, sob o titulo de colonos, não seria justo que o governo lhes desse o destino respectivo? Haveria nesse procedimento alguma illegalidade? Haverá por ventura dentro das cidades alguma lavoura?

Por tal forma expurgadas as nossas cidades desses industriosos noturnos desapareceriam todos esses latrocínios escandalosos, de que nos dão noticia os jornaes do império.

Transportados para as colônias militares ou mesmo agricolas, alem de outros beneficios passariam do estado de simples consumidores para o de úteis produtores; e, por muito pouco que produzissem, sempre ganharia a lavoura, as cidades e a sociedade em geral.

Dou preferencia sobre as colônias propriamente agricolas ás militares por entender que esses infelizes, habituados a indolência, eivados de máos instintos e affeitos a mais abjecta desmoralisação humana, sim, porem regeneradora, enérgica e capaz de operar o grande milagre de restituil-os á sociedade moralisados, honestos, obedientes e bons cidadãos.

XV.

O governo só nos casos e pela maneira apontada é que pode e deve de intervir como

instrumento activo da colonisação.

Figurando, como seo promotor, elle tem de crear gravosas obrigações para com os cofres públicos, obrigações estas que ficam sem compensação e que não passam de um desserviço.

Prescindindo, como ha feito, do auxilio dos agentes que apontamos, tem de marcar grossos ordenados aos seos commissionedos estrangeiros, homens pela maior parte sem lealdade, sem estímulo, sem patriotismo; e que não encaram a confiança, nelles depositada pelos nossos, debaixo de outro ponto de vista, que não tenha por base - um meio de vida lucrativo e isento de trabalhos.

Tal se tem dado com os agentes, de que se tem servido o nosso governo para o engajamento de colonos.

Procurando auferir da maneira a mais reprovada os dinheiros do Estado, tratam unicamente de illudir aos nossos ministros, afim de que lhes não seja retirado o cofre das graças.

Vamos mostrar-vos de que maneira servem estes agentes estrangeiros ao nosso paiz. De acordo com os Maires, prefeitos, chefes de policia das capitães das grandes cidades da Allemanha, nos mandam as mais das vezes viciosos e incorrigiveis, que expulsão das suas cadeias.

Assim, que, ao passo que vão expurgando as suas cidades de todos os seos homens mãos e inúteis, a titulo de colonos úteis, vão enchendo as nossas de vagabundos e perversos.

Eis como é servido o nosso governo pelos estrangeiros a quem paga; eis uma das mais fortes razões porque o nosso governo não tem conseguido realisar uma verdadeira colônia agrícola, havendo despendido tanto dinheiro.

XVI.

Os poucos lavradores que, de envolta com a escoria da sociedade allemã, se nos tem mandado, esmorecidos por innumerados tropeços, já por vezes apontados e mais ainda pellos compatriotas das cidades de cujo contacto não podem prescindir, ou desertam dos nossos sertões onde estão encravadas todas as colônias para se homisiarem nas cidades onde acham apoio nos patricios e trabalho mais lucrativo e menos penoso, ou vão enganjar-se na qualidade de trabalhadores das estradas de ferro, onde com certeza obtém pingues salários.

Se o governo ao inverso do que ha feito, marchasse com as colônias das extremidades das cidades para os centros de nossos incultos sertões, levando assim paulatinamente as po-

pulações, e com ellas todos os recursos que lhes sam inherentes para estes sertões, já ha este tempo teríamos poucas, porem bem organisadas e prosperas colônias.

Partindo porem dos centros despovoados para as cidades, não estando para isso preparados os receptaculos, já por que não dispomos de estradas de ferro, que cheguem até lá, já porque não temos igualmente as de rodagem, e já finalmente porque a nossa navegação fluvial é quasi igual a zero, tiramos todos os recursos dos colonos, que não tem mercado perto para exposição e venda de seus gêneros, tiramo-lhes toda a perspectiva de uma melhoria de sorte futura, e por conseguinte os acoroçamos indirectamente à mandriice e quiçá á deserção.

Não temos pois de que nos queixarmos delles, visto como todo o erro foi nosso.

XVII.

Qual será o europeu commissionedo pelo nosso governo, que faça objecto de honra da remessa de verdadeiras famílias de agricultores?

O que elles querem é fazer juz ao ordenado; o ponto de honra delles consiste em pefazer o numero de engajamentos encomendados; a qualidade e habilitação dos homens que nos remettem, a titulo de colonos, nada faz do caso; embarcando elles o numero de cabeças da requisição está concenciosamente cumprida sua missão.

E como não ha de succeder assim se elles gozando a custa dos cofres brasileiros o "dulce far niente" da vida, nem ao menos para descargo de consciência deixam as capitães?

O mais interessante é que elles comem galhardamente o nosso dinheiro e servem com não desmentido patriotismo aos seos paizes respectivos, que limpam de todo quanto é inútil e péssimo.

Para cumulo de nossos peccados, ainda a Prússia se zanga e quer nos impor as condições mediante as quaes podemos aspirar a honra de podermos obtermos os moral isados subditos (com honrosas excepções) que habitam suas casas correccionaes!... Não será isto uma verdadeira irrizão?— Não devia o nosso governo, por sua alta dignidade e resposta a esse novo legislador nosso, e fazer retirar immediatamente desse paiz todo o pessoal de sua embaixada e acabar por uma vez com essas ternas relações?

Nós se fossemos governo, fal-o-hiamos sem exitar.

Aconteceria outro tanto se para desempenho de semelhante mister tivéssemos lançado mão de qualquer empregado de nossas legações? Não caprichariam estes brasileiros em bem servir a sua pátria? Não nos sairiam esses serviços feitos por brasileiros, muito mais baratos e melhores? Na qualidade de partes interessada na immediata prosperidade de seo paiz, não se esforçariam para nos mandar só e unicamente famílias agrícolas? Entendemos que sim.

A datar da adopção deste plano, principia-
rá o florescimento das colônias brasilicas.

XVIII

Não nos fazemos cargo de analysar se o systema empregado pelos particulares é ou não o melhor, pelo factó único de não andar a par delles o interesse dos cofres nacionaes: limitar-nos-hemos a expol-o.

Ninguém ha que ignore que os particulares, que carecem de braços livres para o cultivo de suas terras, vão igualmente pedil-os á Europa.

De preferencia a quaesquer outros agentes, por mais idôneos que aparentem ser, por melhores títulos, que exhibam, procuram entender-se com firmas commerciaes de illibada reputação; e mediante uma justa corretagem, sobre a totalidade de encommenda, ficam certos de possuírem colonos lavradores.

Estas firmas commerciaes tem immediato interesse em não á prejudicarem seo credito, as mais das vezes firmado a custa de enorme somma de sacrificios.

O contracto de parceria ou de pequenas propriedades é restringido a taes e taes regras, impostas pelo fazendeiro, depois de consultados os seos mais vitaes interesses. Concluído o contracto, é licito ao engajador ultrapassar impunemente suas rocias.

O colono engajado, solteiro ou casado, sujeitando-se ás condições prescriptas, fica sabendo que só pode contar com os auxílios estipulados no contracto, e fora das condições acceitas não pode nem deve conceder alguma outra esperanza, por mais insignificante que seja.

Debaixo destes auspícios embarcam-se os colonos para o Brasil, e uma vez aportados ás suas plagas, o fazendeiro, depois de leval-os aos respectivos consulados para rectificação dos contractos, tomam a sí o cargo de transportal-os para suas respectivas fazendas, onde a priori tinha feito preparar casa para o numero de casaes encommendados e cuja vinda esperava,

entregando-lhes terreno já desfocado e capaz de prestar-se a operação do arado, e abona, finalmente, por algum tempo, comestiveis, cujo valor real volta por prestações razoáveis para suas caixas, logo depois de ultimada a primeira colheita.

Nestes termos e assim procedendo é que os particulares tem tirado vantagens inequívocas da introducção de braços livres, haja vista a colônia Vergueiros.

O governo, porem, dispondo de inúmeros agentes seos, nullificando pela ganância d'uns ás acções dos outros, tem esterelizado seos esforços e desnaturado a beneficencia de sua acção protectora.

O particular leva sempre decidida vantagem, sobre o governo, nestas empresas; porque a testa delles e por consequente dos seus interesses, esta habilitado, ipso factó, para acudir a todas as emergências, prevenir todos os conflitos e soffrear exigências exageradas: tem finalmente á mão todos os meios para poder, de um só jacto, providenciar pela forma que melhor lhe aconselhar a prudência e a razão.

As colônias do governo, demasiado internadas e tão alternadas quão violadas, tem de tudo absolucta carência, tudo lhes falta e por melhor que seja a boa vontade do ministro, as longas distancias, as péssimas estradas e as más estações neutralizam seos esforços; suas ordens ou chegam, por via de regra, tarde para solver a duvida sucitada, ou sam mal concebidas por causa da falta de apreciação visual dos terrenos e de taes ou quaes circumstancias, que lhes sam peculiares.

Outro tanto se não daria se plano adoptado fora marchar das extremidades para o centro, ou em outros termos, dos arrabaldes das grandes ou pequenas cidades para os nossos ser-tões.

E já que fomos levados até onde não pretendíamos ir, releve-se-nos que digamos alguma cousa sobre o factó, que se está dando na colônia de S.Leopoldo, na Província de S.Pedro do Rio Grande do Sul, relativamente aos filhos dos colonos seos povoadores.

XIX.

Em a colônia de S.Leopoldo tem-se, por incúria nossa, introduzido um costume, a nosso ver prejudicialissimo; por que importa no porvir nada mais nada menos que a creação de um Estado dentro de outro Estado.

Composta exclusivamente de allemães, com prelados e professores allemães, têm os

seos filhos, brasileiros natos, sido creados pelo systema, usos, costumes e linguagem germânica: succede desta imperdoável liberdade, que concedemos a educação dos filhos dos colonos, que estes brasileiros, homens pelo tamanho e idade, não sabem proferir uma só palavra portugueza.

Quando instigados pelas necessidades do momento por lá passamos, parecem-nos que viajamos por algum cantão suiso: tal foi o nosso desapontamento!...

Ao presente assaz prospera e dispondo de todos os elementos da vida, inteiramente independente do trato forçado das povoações nacionais, nem ao menos por mera curiosidade procuram conhecer e falar a linguagem do paiz, que habitam.

Se de alguma cousa urgem em beneficio de seos interesses, dirigem-se ao cônsul de sua nação, que é o seu órgão legitimo nas cidades, para que elles, por seo turno, procurem entender-se com as nossas autoridades.

Sendo muito insignificante o numero de brasileiros, que residem em suas immediações, e não carecendo, alem disto, os colonos no seo contacto, para viverem e comerciarem, eximem-se mui honradamente de sua communição e guardam com toda a pureza e patriotismo o idioma de seo paiz natal.

Se quizessemos mudar de idioma ou mesmo que a nossa nacionalidade perdesse os seos mais insignificantes vestígios, não tinhamos necessidade de empregar outro meio: era sufficiente que alargássemos mais este: no periodo de cem annos ficaria completa a metamorphose.

Eis ainda mais uma vez provada a excellencia do systema colonial nas proximidades das cidades.

A necessidade forçada de communição com os indígenas e quiçá os laços de família iria paulatinamente aclimatando-os á lingua vernácula e, pelo valor dos tempos a mescla das raças, terminaria por extinguir-se a raça primitiva, para dar logar a uma outra, que ficaria muito próxima da indígena, que sobrepujaria al-fim.

Quando as colônias tivessem attingido os sertões, a distancia intermediária a elles e as cidades estariam todas populadas, seos campos todos cultivados, e a metamorphose das raças estaria já consummada relativamente a todas as colônias, com excepção da ultima, que por nova e infinitamente pequena, comparada com a massa, que-lhe procedeo, em um pequeno lapso de tempo, teria passado pela mesma sorte de suas antecessoras.

Iluminados por tal forma os vestígios da raça germânica, obteríamos como resultado deste esforço uma massa compacta, falando a mesma linguagem, tendo os mesmos usos e costumes e marchando com uniformidade de interesses na vanguarda da nação, trabalhando com decidido afam para seo engrandecimento e prosperidade.

XX.

É por semelhante sorte que a Providencia Divina com mão caridosa, antepondo-se aos inauditos esforços do nosso governo, para firmar a corrente da emigração, tem acertadamente afastado para bem longe de nossas plagas, protegendo e perseverando de modo inequívoco nossa nacionalidade ameaçada.

E o mais admirável é que ao passo que de um modo sensível e palpitante decrescem os colonos allemães, crescem em decupla proporção o algarismo dos portuguezes. O que quere-rá significar isto?

Ainda é tempo de obviar tão grave inconveniente; ainda é tempo para arripiar carreira.

O nosso governo, que tanto dinheiro tem gasto sem fructo real, pode gastar mais algum com utilidade immediata. Creando um instituto agrícola, no Jardim Botânico, por exemplo, com internato forçado para os filhos dos colonos estrangeiros, com professores e até mesmo os seos mais insignificantes serventes brasileiros, teria neutralizado os efeitos perniciosos do abandono, em que até aqui temos deixado a educação dos filhos dos colonos, abandono, que para o futuro, pelo menos, para as províncias, que demoram ao sul do Rio de Janeiro, se traduzirá pelas negras palavras - absorpção de nacionalidade, extincção da lingua portugueza em parte da America do Sul.

Preparado o edificio no Jardim Botânico e prompto para receber os alumnos, o nosso governo expediria uma circular terminante a todos os seus directores de colônias, constituindo-os seus agentes naturaes, encarregados de participar-lhe, annualmente, qual o numero de adolescentes maiores de seis annos, existentes em suas respectivas colônias.

O governo, tomando a participação na devida consideração, e dispondo de todos os recursos pecuniários, expediria suas ordens, afim de que os adolescentes de ambos os sexos viessem ter ao Rio de Janeiro ao tempo de se poderem matricular.

Chegados que fossem, o próprio ministro do império iria entregal-os aos respectivos directores, recommendando, por esta occasião, que

não permitissem que os meninos e meninas conversassem no idioma allemão; e que a cada filho ou filha de allemão desse, por companheiro de dormitório, passeio ou trabalho, um brasileiro ou brasileira.

Essa recomendação poderia ser verificada pelo ministro; o qual, sem o menor aparato, que denunciasse sua alta posição, deveria, ipso facto, apresentar-se no estabelecimento, visitá-lo e verificar se suas ordens eram fielmente observadas ou se sophismada.

Caso, porem, o ministro, em consequência de seus muitos affazeres, não podesse pessoalmente visitar amiudamente, podia lançar mão de pessoa idônea e de sua illimitada confiança, para desempenho de tão util tarefa.

As meninas, educadas modestamente e instruídas em todos os trabalhos de agulhas, poderiam ser entregues a seus genitores, logo aos doze annos: os adolecentes, porem, era conveniente que só aos vinte annos completos fossem desligados do instituto.

XXI.

É muito possível que se nos taxem de visionários, quero acreditar que seja assim; aproveitado o methodo, que nos animamos á apresentar, feriamos em todo o caso olvidado um mal remoto, é verdade, porem infallivel; teriamos preparado o terreno para que em todo o Império só se usasse de uma linguagem - a portuguesa.

Não teríamos occasião, quaes outras Áustria, Rússia, Prússia, etc., de promulgarmos leis em allemão para os subditos do império, que falassem este idioma, em portuguez para os indígenas, em francez para os gallobelgas: alem de que ninguém ha que ignore que a diversidade de idioma, usos, costumes e religião, tem sido, é e será a causa primordial da queda de todos os grandes impérios.

Supponhamos que um brasileiro, descendente de allemão, que só falia o idioma germânico, é um homem de talento e reconhecida capacidade, supponhamos mais que por causa daquellas bellas qualidades merece o sufrágio de seus concidadãos: é legitimamente eleito deputado geral toma assento na câmara e tem finalmente de orar sobre tal ou qual assumpto, que concerne aos melhores interesses de seus constituintes. Que figura fará este pobre homem no parlamento brasileiro, perguntamos nós? Se fallar estropiadamente o portuguez fará uma figura ridícula, triste, se nem assim fallar ficará

impossibilitado de expender suas opiniões, de esclarecer a câmara com as luzes de sua experiência, de tomar finalmente parte nos debates.

E perguntamos ainda, não terão estes brasileiros razões sobejas para amaldiçoarem a demasiada liberdade concedida pelo nosso governo aos seus genitores em matéria de educação? Não terão razões plausiveis para increpar-nos de desleixados? Não nos poderão lançar em rosto que os criamos como uma madrasta? Entendemos que sim.

É lembrando-nos destas e outras emergências, quiçá mais melancólicas, e que no porvir serão como outros pomos de discórdia para o nosso bello Brasil, que nos atinamos a aproveitar da bem entendida liberdade de imprensa para apresentarmos também a nossa humilde opinião sobre assumpto de tanta transcendência, não com a clareza e brilhantismo que pede a magnitude do objecto, porque não dispomos de intelligencia, porem com a rudeza de estylo, que nos caracteriza e segundo a fraqueza de nossa pobre concepção.

E visto como em nossa terra não ha nobreza hereditária, senão na Augusta Família Imperial, é licito á todo o homem de talento, poder dentro dos limites legais aspirar até o alto cargo de ministro d'Estado.

E para que isto seja uma realidade e não o apanágio exclusivo de algumas famílias indígenas, justo é que á esses nossos patricios, descendentes de outra raça se facultem todos os meios para o fim de poderem, desde á sua adolescencia, entregarem-se com liberdade ao cultivo methodico do mais bello e mais sonoro dos idiomas, o dos Vieiras, S.Carlos, MonfAlveme e Camões.

XXII.

De todas as Províncias, que demoram ao sul do Rio de Janeiro, a que mais vantajosa se apresenta para servir de receptaculo á colonização européa, é por sem duvida a do Paraná.

Cortada toda ella de rios navegáveis, senão todos para embarcações grandes, ao menos para sumacas, hiates, palhabotes, lanchões, e outros vasos análogos, participando de um clima frio, saudável e tão fértil como os férteis do Brasil, com uma população infinitamente pequena, comparada com a grande massa de seu território, que pela maior parte pertence á fazenda nacional, sam, segundo nos parece, dados de summa importância e aproveitamento para merecer benévola e particular attenção do governo geral.

Antes porem de nos entretermos com outras cousas de reconhecida vantagem para o paiz, passaremos uma rápida vista cfolhos sobre o estado actual da província; isto é, sobre os gêneros de exportação, que deviam fazer a sua riqueza agrícola, sobre as riquezas, que em seo solo encerra, sobre os meios de instrucção primaria e secundaria, sobre os que o governo provincial devia dar-lhes e finalmente sobre os de realizar-se o desenvolvimento e prosperidade.

Se cumprirmos, como esperamos, essa promessa, teremos então attingido ao alvo de nossos esforços.

XXIII

Os habitantes da província do Paraná, por indolentes, por extremamente pobres, (fallemos unicamente dos lavradores) ou finalmente porque a política local tem dividido e distrahido sua attenção da lavoura, tem despresado todos os ramos de cultura, que reclamam do cultivador um óbice de trabalho para que se entreguem ao corte da madeira e preparação da herva mate, que no entender errôneo delles não urge de nenhum.

A utilidade publica nos obriga a entrar na analyse de todos os processos empregados desde a colheita da erva mate até o seu ensurramento.

E sendo estes os ramos mais importantes da exportação provincial, tolere-se-nos que delles nos occupemos com mais particularidade.

A tarauneira não vegeta em todos os cantos da America do Sul, procura terrenos especiaes, e desenvolve-se de envolta com outras muitas espécies dessimilhantes pela natureza e origem.

Assim, até ao presente só se tem descoberto matezaes expontâneos nas províncias do Paraná do lado fronteiro á Santa Catharina, nas terras altas do Rio Grande do Sul e nas republicas visinhas, Comentes e Paraguay.

Desenvolvendo sua vegetação espontânea conjunctamente com outras espécies muito diversas em sua essência e grandeza, asoberbada constantemente pela projecção de suas sombras, não é possível que a folha da tarauneira receba a luz solar; ficam por conseguinte em estado de não poder attingir este grão de madureza necessário para que o seo chá se tome de um sabor agradabilissimo.

Accresce ainda que, tendo origem a sua vegetação conjunctamente com a de espécies diversas, já nasce a tarauneira viciada: foi por

este poderoso motivo que os jesuítas das antigas missões preferiram plantal-as nas vargens, como para ao diante mostraremos.

Nos logares productores de taruna, como antigamente ainda hoje habitam tribus guaranys ou descendentes de guaranys, que se dão a um uso immoderado do cha de mate.

Esta opinião não é somente nossa, porem* de todos os escriptores antigos e modernos, que se occuparam com as antigas colônias luso-hespanholas da'America do Sul.

Do contacto immediato dos guaranys com os portugueses e hespanhoes, seos conquistadores e primeiros povoadores, nasceo a introducção, por parte destes, do chá de herva mate. O desejo de imitação, que infelizmente é inherente á nossa raça, deo origem a isto.

Com effeito, si bem que ao principio mostrassem os europeos uma como repugnância ao chimarrão, ella ao depois ficou demasiado compensada pelo uso, que depois d'elle fizeram todos os povoadores, desde o Paraná até o famoso Paraguay.

Ao presente a sua aceitação é tal, que passou para a classe dos gêneros indispensáveis.

XXIV

Cerca de tres séculos tem volvido desde que os luzos-hespanhóes principiaram a dar-se ao cultivo e preparo da herva mate; e parece até incrível que no longo período de quasi trescentos annos esta industria não tivesse adiantado um passo!

Bem pelo contrario não tendo sua cultura e fabrico merecido attenção ou aperfeiçoamento algum notável, nos propomos a provar, que contra a marcha regular de todas as cousas, ella retrogradou e retrogradou tanto que excedeo aos tempos primitivos em rusticidade.

Pois, bem merecia a taruna um cultivo tão desvelado e especial, qual o do chá.

Adstringente e tônico tão poderoso como o chá; excede-o ainda pela preciosa qualidade de valente diuretico; e se bem que usado de um modo immoderado não prejudica como o chá ao systema nervoso.

Tão melindrosa e susceptível como elle, só vegeta em certas e determinadas espécies de terrenos elevados: parece que esta única razão de per sí fallaria bastante alto para que induzisse aos homens prodigalisarem-lhe os mesmos cuidados, que requer imperiosamente o plantio, cultura, preparação e fabrico do arbus-to do chá. E terá isto acontecido? É precisa-

mente o que contestamos; por quanto os lavradores das tres únicas províncias do império, que possuem a congonha, devendo serem os primeiros a promoverem o seo adiantamento, e avantajarem-se na especialidade do estudo de sua preparação, sam os primeiros, que só com a mira do lucro, baratem a sua qualidade por meio de torpes falcificações, para só se importarem com a sua quantidade.

D'ahi a depreciação do valor da nossa herva nos mercados do Prata.

A vista disso teremos razão para nos queixar do abatimento em que está a exportação da Província? Entendo que não.

Queremos que os nossos gêneros tenham a preferencia no mercado estrangeiro? Pois bem! esmeremo-nos no aperfeiçoamento de sua qualidade.

XXV

Remontando a antigüidade resumidamente exporemos o que fizeram nesse sentida os nossos antepassados, os resultados que obtiveram, o que se faz ao presente, e finalmente a razão porque sendo a herva brasileira melhor que a do Paraguay como matéria prima, depois de manipulada é reputada muito inferior e só própria aos gaúchos.

Os senhores jesuítas, que aqui para nós foram grandes mestres em tudo e em todas as cousas, conhecendo praticamente as avultadas vantagens, que auferiam do cultivo metódico da tarauna procuraram introduzil-a em as trinta e duas aldeias á seo cargo, conhecidas vulgarmente pelo nome de Missões.

E como esses meos senhores sempre tiveram um paladar muito apurado, mudando a tarauna das selvas para as várzeas tiveram em linha de conta o seo melhoramento material.

E na qualidade de grandes commodistas, entenderam com carradas de razão, que o util é muito melhor quando anda a par do agradável, e ipso facto, que era melhor colher o fructo á porta do convento do que ir procural-o á esmo nas brenhas: e como nenhum jesuíta concebeo, que não emprehendesse, nem emprehendendo que não realizasse, passou o seo plano do ideal para a realidade.

Mandando transportar pelos indios grandíssima copia de mudas, plantando-as nas 32 aldeias de suas missões em forma de alamedas ou ruas, guardadas as convenientes distancias para o desenvolvimento dos arbustos, deram elles principio á sua grande obra de melhoramento.

As plantas expostas desde seo nascimento a acção benéfica dos raios solares, adqueriam toda a força e vigor da vegetação; suas folhas robustecidas e convenientemente amadurecidas offerciam abundante colheita e tão perfeita quanto era para desejar.

Transplantando-as das mattas, onde se não podiam desenvolver á vontade por causa de serem abafadas pelas arvores maiores, para as planícies cultas, onde não existe semelhante inconveniente era uma razão para crerem na evidencia dos rezultados, porquanto, se a herva abandonada á suas forças, sem cultivo, viciada e acabrunhada, era boa, tendo tudo quanto lhe faltava, devia ser excellente.

Accresce ainda que, tendo as portas de casa os bosques de tarauna, podiam em occasião oportuna realizar uma economia de tempo considerável, que podiam melhor empregar no estudo da simplificação do fabrico.

Por experiência própria sabendo elles que um pé de congonha era equivalente a uma arroba de herva mate, podiam com toda a segurança calcular os resultados da colheita pela própria colheita.

Assim, se tivessem plantado 10 pés de tarauna, e valendo cada pé uma arroba, segue-se que o resultado seria 10 multiplicado por arroba.

Vem aqui a pêllo uma observação. Os jesuítas nunca cortavam á esmo a tarauneira, antes muito pelo contrario, enquanto não reconheciam que o arbusto tinha tres annos de idade, não lhes tocavam, esperavam pacientemente que a arvore attingisse ao seo maior gráo de crescimento para, que sua bella plumagem tivesse adquirido toda a madureza precisa para procederem ao corte e depenação. Em face desta observação modificaremos o nosso primeiro calculo.

Plantando-se 2.000 pés, e suppondo-se que elles fossem o resultado de plantações parciaes, teremos que, precisando-se de 6.000 arrobas de herva para consummo ou exportação, dever-se-ia cortar 6.000 pés, que primeiro se plantaram: ficando 14.000 ainda, dos quaes outros 6.000 estariam no anno seguinte promptos para o corte. (?; 20.000 pés) **N.O.**

Assim entenderam dever fazer os avaros jesuítas in illo tempore.

Vejamos o que se faz ao presente, isto é, no século 19, no século das luzes.

XXVI

Os nossos fazendeiros e lavradores porem excommungaram as prescripções jesuiticas, não

pelo facto de sua descendência, mas pelo motivo de reclamar logo em principio das primeiras plantações alguns cuidados; e como muito pôde em nossa terra a indolência, aboliram todo o plantio que carecesse de trabalho, systema ou methodo.

A clara exposição do uso entre elles adoptado, habilitará aos homens sensatos a apreciar até que ponto se tem retrogradado em uma industria de vital interesse para a província, e cuja exploração e principio datam de cerca de trezentos annos.

Os pequenos lavradores, armados de machados ou grandes fouces entram pelas matas em um tempo determinado em demanda das florestas e matezaes; descobertas ellas, não lhes importa que o arbusto tenha ou não tres annos de idade; é a arvore da congonha, logo está no caso, serve. Sem mais preâmbulos armam pelo meio dos matezaes uma comprida palhoça, coberta de telha, á qual dão o nome de carijo; por baixo do tal carijo dispõem paralelamente achas ou toros de arvores seccas e deitam-lhe fogo. O calor produzido pela chamma da coivara, lento ao principio e intenso ao depois, cresta as folhas e secca a arvore do mate.

Passado este primeiro processo, tratam de diminuir gradualmente o fogo, até extingui-lo.

Resfriado o terreno ou cortam as arvores crestadas pelo intenso calor da chamma, ou dão-lhe com um grande vara-pao até consumarem a queda de todas as folhas.

Isto feito, apanham-nas depois de as terem reunido aos montes, ensacam-nas sem terem procedido a um escrupuloso exame, e descem até Morretes, Antonina ou Curitiba para realisarem por preço miseravel a sua venda aos chamados engenheiros.

Convém não deixar passar despercebida por uma circumstancia de bastante gravidade, e venha a ser que, ordinariamente a lenha usada nas coivaras, é composta de troncos de pinheiros de maior ou maior espessura. Ora, ninguém ignora que o pinheiro é resinoso e que sua resina exhala um cheiro muito desagradável, a herva mate, que como o chá absorve todo e qualquer aroma, impregna-se do cheiro da resina e em resultado o seo chá resente-se do gosto da fumaça consequentemente não é boa, porquanto ninguém ha que possa supportar em comida ou bebida o gosto de fumo, e se não é boa por causa do processo porque a fazem passar, não devemos nos admirar que o seo preço esteja em relação á sua qualidade; e que seja muito inferior a da herva paraguaya, que não igualmente prepara, não o é comtudo tão mal como a nossa.

Os engenheiros (chamam-se assim aos fazendeiros que tem engenho de soque) pela sua parte não fazem melhor e entregam as folhas da congonha aos engenhos, e depois de mais ou menos trituradas, segundo é o destino, que lhe pretendem dar, ensurram-nas, depois de ensurradas entregam os surrões ao calor benéfico do sol, e remetem para o porto de Paraná* guá, cfonde é exportada por negociantes para Valparaiso, Montevidéo ou Buenos-Ayres.

E pois, não' é para admirar que um arbusto tão delicado e melindroso como o do chá, preparado com tanta negligencia e despatriotismo, muitas vezes misturado com folhas semelhantes na forma, porem diversas na origem, cedo se deteriore e diurnamente vai perdendo sua verdadeira estimação.

Será o melhor envulcro para a herva triturada o couro de boi secco? Entendemos que não; porque dão-se as mesmas circumstancias que aponteí, relativamente a lenha do pinheiro.

Oppor-se-nos-ha á isto a portabilidade do envulcro e o destino da herva: porem responderei que o chá é levado a toda a parte do mundo, e que ainda ninguém se lembrou de dar-lhe semelhante envoltório.

Por ahi se vê o apreço que fazem os nossos indígenas da herva, e do cuidado que lhe merece a sua preparação; e se somos os primeiros a baratear sua qualidade, não devemos levar a mal que os estranhos á depreciem.

Se as folhas depois de colhidas na arvore (sem o tal processo do fogo) fossem bem lavadas para separal-as das partículas de terra e levadas a um forno de barro (preferimos os de barro aos de ferro por causa das oxidações á que está sujeito este metal) onde um -fogo ao principio lento, porem cujo calor fosse ascendente por gradação até bastar para fazer as folhas da congonha adquirir um gráo de secura perfeito para a trituração; se depois de passadas por esta primeira preparação fossem expostas ao ar, por tanto tempo quanto fosse necessário para consumir seo resfriamento, e se ainda por occasião de metter a herva triturada em latas herméticas, á semelhança do que se pratica com o chá, se juntassem para aromatizal-a algumas folhas inteiras de guabiroba, estou inteiramente convencido não só de que o seo preço seria fabuloso, mas ainda que sua demanda seria incessante.

Não se lembram os nossos lavradores e fazendeiros, que da realisação do methodo empregado pelos jesuítas em as suas antigas missões resultam vantagens inapreciaveis e que em todo o caso é muito preferível ao mau uso de percorrer mattas, andar á esmo léguas e le-

guas, destruir pelo incêndio aos vegetaes em utilidade explicável.

Explica-se muito bem esta anomalia dos lavradores, no primeiro caso ha trabalho da preparação das mudas, ha o do seo transporte, o de sua plantação e o da limpeza do terreno; no segundo porem ha apenas o trabalho de andor, que nada á para os nossos caipiras, ha perda immensa de tempo que não é, nem pode ser apreciada por gente tão inclinada á indolência; no primeiro caso espera-se tres annos pela arvore, não espera ella pela fouce do seo cegador, no primeiro caso escolhe-se para colher, no segundo cresta-se a arvore e colhe-se promptamente as folhas: no primeiro caso planta-se para colher, no segundo deixa-se que a pródiga natureza na qualidade de excellente mãe, cure da procreação de seus filhos.

E viva o progresso retrogrado!!!!

XXVII.

As províncias brasileiras que ficam ao Sul do Rio de Janeiro, tem felizmente demasiadas proporções e vastos terrenos para produzir a herva mate da melhor qualidade, que as das republicas do Rio da Prata; e a prova é que outra foi a nossa herva mui estimada, procurada e preferida á das possessões hespanholas.

E desde o momento em que os nossos lavradores derem de mão a sua falsificação, desde que deixem de olhar para a quantidade para só attenderem para a qualidade, mesmo tão incuriosamente preparada como sabemos, ella readquirirá; sua elevação e conquistará palmo a palmo seus antigos foros.

Offerecem-nos dous meios para melhorar o cultivo da tarauneira.

Primeiro destruindo todos os demais vegetaes de uma floresta virgem para só deixar a tarauneira e a guabirobeira.

Segundo: a imitação dos jesuítas transportando das mattas para os povoados as mudas das duas espécies designadas e plantando-as em forma de alamedas.

Examinemos a procedência da realização de um ou outro dos dous meios apontados para o fim de chegarmos em conclusão a saber qual delles é o preferível.

Convirá ao Estado em geral e á província do Paraná em particular o emprego do primeiro dos meios apresentados? Com a mais absoluta franqueza responderemos que não; por quanto tal autorisação importaria a destruição de muitas de nossas excellentes florestas; não; porque

estas florestas sam compostas de optimas madeiras de construção naval; não; porque esta destruição parcial ou geral nos obrigaria para o futuro a importação da madeira estrangeira, que é muito inferior á nossa, e é o que á todo transe convém impedir que succeda.

Se tão graves inconvenientes se oppõem a realização do primeiro meio, vejamos se succederá outro tanto á respeito do segundo.

Não enchergo inconveniente algum; por que neste caso sobre a perfeição e pureza da manipulação, junta-se a grande vantagem de aproveitar-se terrenos já caçados para o plantio de outros vegetaes, mas muito conveniente para o da tarauna.

Sendo as vantagens reaes e visíveis ainda mesmo para os mais myopes em matéria de agricultura, é conforme minhas convicções, o único verdadeiro e preferível a quantos se apresentarem.

E se reconhecidamente elle é bom, deve ser traduzido em uma realidade por todos os plantadores.

Adoptado e realizado pelos nossos lavradores, para attingirem a perfeição nesta plantação e fabricação especial, bastava que intercalassem a cada cem pés de tarauna, um de guabiroba, que como não ignoram os nossos camponios serve para transmittir á folha do mate um aroma agradável.

XXVIII

Não é, como precedentemente dissemos, todo o terreno, que serve para a plantação dos bosques de tarauneira.

Se por exemplo os terrenos altos e de massapê de Castro, Palmas, Guarapuava, etc, se prestavam maravilhosamente ao desenvolvimento deste vegetal, outro não succede pelo que respeita á Curitiba, Morretes, Paranaguá, etc, cujos terrenos sam argilosos ou arenitos.

Ainda mesmo que todo o terreno da província do Paraná fosse optimo para tal plantação; ainda mesmo que esta indústria fosse tal pelos seus lucros e fabulosos que absorve toda a attenção dos pequenos lavradores, a ambição do íucro não devia chegar aos grandes e pequenos fazendeiros ao ponto e despresarem todos os demais ramos da cultura; por quanto o resultado pratico deste systema de exclusivismo será ficar a província dependente inteiramente das demais suas irmãs com relação aos gêneros de primeira necessidade: é o que infelizmente se está dando. Por ventura estará a fertilidade desta província em relação com esta importação de

gêneros alimentícios? Não importará ella um protesto vivo contra o desleixo de seus habitantes? E porque tanta incúria? Como explical-a?

Coritiba pela impregnação da humidade atmospherica, pelos grandes brejos, páos e pântanos que bordão o seo solo em toda a sua periferia, é muito própria para o plantio do trigo, do centeio, do arroz, do milho vermelho, do feijão, das favas, da cevada, da mostarda, da linhaça, das batatas, do chá e finalmente da canna.

Antonina, Paranaguá, Morretes e Guaratuba, etc, cuja atmospherica é comparativamente mais quente e cujos terrenos mais seccos, prestam-se vantajosamente para a plantação da canna, do café, do algodão, do fumo, da mamona, da mandioca, etc

Bastava que os lavradores do Paraná inclinassesem o fiel de sua balança exclusivamente para estes ramos da agricultura, para que em muito pouco tempo a província do Paraná, apesar de sua grande adolescência, se collocasse a par de suas irmãs mais velhas na rota do progresso, bastava que elles ensaiassem em grande escala estes ramos da lavoura para que a exportação provincial crescesse de um modo prodigioso, bastava que depois de uma tentativa feliz, a elles se dedicassem para que o seo commercio se desenvolvesse, seo mercado se enriquecesse, seo porto regorgitasse de navios estrangeiros.

Na verdade á para lastimar que existindo centenares de léguas de campos incultos, mesmo ás portas das cidades, pela incúria unicamente dos seus pequenos lavradores esteja a província do Paraná, cujo solo é tão fértil, na mais absoluta dependência do Rio de Janeiro, até para lhe supprir de assucarü...

É tristíssimo, mas tão verdade como a existência da luz do dia, que o solo de Coritiba produzindo expontaneamente o arbusto do chá, em tão grande quantidade e tão viçoso como da melhor espécie de São Paulo, não apparecesse um dos seus ricos fazendeiros, mais curioso do que os outros, que mandasse vir cfaquella província, por sua conta homens habilitados, amestrados pela pratica continua de sua manipulação, que ainda não apparecesse um mais corajoso que os outros que se animasse a fazer uma pequena tentativa!».

Até onde chegará o desmazelo, a incúria e indolência dos nossos lavradores?

Quando a herva não der para fazer face as despesas de seo custeio, a que ficará reduzida esta bella província?

Nos mercados do Prata já estão desacreditadas as suas madeiras, porque não sam cortadas como aconselha a mais sã prudência; sua

herva gosa de má reputação em consequência das reiteradas falcificações, qual será pois o futuro desta parte do Brasil se os seus habitadores não arripiarem carreira?

XXIX

A província do Paraná tem por limites ao Norte, a província de São Paulo; a Leste o oceano Atlântico; ao Sul a província de Santa Catharina; e a Oeste o Paraguay e Matto Grosso.

Sua superfície é de tres mil léguas quadradas.

Tem 100.000 habitantes; dos quaes 80.000 livres e o resto escravos.

Seis sam seus rios principaes; a saber: Paraná, Paranapanema, Sahy, Itararé, Tibagy e Iapó.

Treze sam os de ordem inferior; a saber Grogussú, Medeiros, Itaquy, Tagaçuba, Serra Negra, Pomba, Borrachudo, Assunguy, Patos, Faisqueira, Cachoeira e Emboguassú. Ha uma infinidade de outros menores rios que regam o território da província em todos os sentidos.

Dous sam os seus principaes portos: Paranaguá e Antonina.

Tres sam as suas barras geralmente conhecidas pela sua posição com referencia aos rumos da agulha; Sul, Leste e Sueste; as duas ultimas sam praticaveis em qualquer tempo e com toda a maré; a primeira porem, cujo canal sobre ser muito estreito e curvilineo, é semeado de parcéis e está inteiramente abandonado pelos navegantes em consequência dos grandes perigos que offerece o seo ingresso.

Uma única fortaleza serve de fortificação a província: está collocada ao lado direito da barra de Sueste, no sopé de um morro elevado. Esta fortaleza serve também de registro para as embarcações entradas e saídas: por esta causa é que lá existe constantemente destacado um guarda da alfândega.

O commercio de exportação se resume em madeira e herva. O rendimento geral liquido orça por 136:379\$650 e o provincial por 200:000\$000.

No que respeita a parte ecclesiastica ainda está dependente do Bispado de São Paulo; e o foro do tribunal da relação do Rio de Janeiro.

Divide-se a província em quatro comarcas: Coritiba, Paranaguá, Guarapuava e Castro; que servem de residência aos respectivos juizes de direito.

Em sete juizados municipaes: Coritiba, Príncipe, Ponta-Grossa, Guarapuava, Parana-

guá,- Morretes e Castro.

Em dez municípios e vinte freguezias.

Em uma chefia de policia, sete delegacias e vinte e uma subdelegacias. O Chefe de Policia reside em Curitiba que é a Capital da Província.

Quando se trata da eleição para deputados geraes e senadores é toda a província considerada como um grande distrito.

Dá dous deputados e um senador.

A assembléa provincial compõe-se de vinte deputados.

As principaes cidades sam Paranaguá, Curitiba, Antonina, Castro e Guarapuava: a excepção das tres primeiras, todas as demais principiam apenas a nascer.

Seis sam as suas colônias: Jatahy, Thereza, Superaguy, Palmas, S. Pedro de Alcântara e Nossa Senhora do Loreto com uma população mixta de 1.957 pessoas.

Os metaes preciosos, que mais abundam sam o ouro, nas visinhanças da serra do mar, e de serra acima. O mercúrio nas margens Iguasú e Boguassú. O cobre nas margens do rio do mesmo nome. Os oxidos e protoxidos de ferro por toda a parte. O diamante na corrente do Tibagy. O carbonato de cal nas pedreiras de Curitiba, Castro e Colônia Tereza. As argilas sam muitas, variadas e encontram-se sem difficuldade em os centros da província; ha poucas, porrem abundantes, fontes sulphurosas igualmente nos sertões.

XXX

Coritiba, situada na encosta da serra do Cubatão fica distante do porto de Antonina 12 léguas e do de Paranaguá 15.

Relativamente aos demais pontos da província, não é como se quer inculcar a cidade de Curitiba centro da província.

A população da cidade é de 6.200 almas; e a de toda comarca de 18.000.

Paranaguá situada a margem meridional da bahia, formada pelo Itiberê dista do oceano 3 léguas. A cidade conta 10.000 habitantes; e toda a comarca perto de 18.600. É a mais importante e populosa de toda a província.

Possue um excellento templo, ora em reedificação, que serve de matriz, sob a invocação de Nossa Senhora do Rozario.

Alem deste possui mais tres outros menores que sam o de S.Benedicto, Senhor Bom Jesus dos Perdões e São Francisco da Penitencia.

Tem uma casa de câmara com uma péssima cadêa no andar térreo, uma alfândega, um

excel lente hospital de misericórdia, que tem prestado úteis serviços a população indigente, um theatro e uma casa de capitania.

Opportunamente nos occuparemos com a descripção de cada um destes edificios.

XXXI

O simples, facto da descripção topográfica de Curitiba indica com a maior evidencia que lhe fallecem todos os recursos para uma capital.

Esta nossa opinião, sendo a de todos os homens sensatos da província, é ainda corroborada pela de todos aquelles viajantes, que tem transitado por essa cidade, à respeito da qual se exprime o senhor Theophilo Ribeiro de Rezende pela seguinte fôrma: "„É com effeito custoso de viver n'um paiz constantemente lamento ou charcoso, molhado e nimamente frio quasi duas terças partes do anno, onde tudo cada vez mais se difficulta e encarece."

Mais adiante prossegue: - "Este logar effectivamente nada promette, estéril e sem cultura nem se quer tem commercio, excepto o pequeno mercado, ora feito com os empregados civis e militares. Digo que não ha commercio propriamente dito na capital; porque é conhecido que em toda a província só o há de herva e poucos animaes. O primeiro dá-se em Morretes e Paranaguá, e para o de animaes serve a província apenas de intermediária ao Rio Grande e S.Paulo sendo pontos de transito, Guarapuava, Príncipe, Ponta Grossa e Castro, tudo muito distante de Curitiba. Accresce que esta Povoação nem ao menos é logar abrigado de passagem do interior para o litoral e viceversa, como a capital de S.Paulo, tomando-se por isso isolada e hoje apenas receptaculo dos empregados civis, militares e de um ou outro especulador".

E infelizmente para Curitiba o Sr. Rezende proferiu uma verdade evangélica, profetizando o seo presente e o seo futuro desesperador.

Central, sem uma única via de communição regular, isolada, sem nenhum destes grandes recursos, que fazem a animação, a vida das cidades, sem commercio e por conseguinte só com vida official, devia, apezar do pomposo vaticinio, que lhe outorgou o Exmº conselheiro Zacarias, não passar do que realmente é, uma cidade sem significação.

E tão valente é a nossa convicção á este respeito que não trepidamos em affirmar que cfaqui a um século, correndo como infelizmente correm os nossos negócios provinciaes, ella pouco mais será que a Curitiba de hoje.

Nem mesmo sei á que attribuir, como o

Exm^o Sr. conselheiro Zacarias com o tino administrativo e poderosa intelligencia que lhe conhecemos, foi procurar semelhante logar para capital do Paraná.

Se era um ponto, verdadeiro centro, que S. Ex. procurava, enganou-se; porque a distancia que medeia entre Paranaguá ou Antonina de Coritiba, não é a mesma, que desta cidade ficaram Castro, Guarapuava, Palmas, Príncipe e Ponta-Grossa.

Inclinamos-nos a acreditar que só ordens do governo geral nimiamente apertadas obrigariam a S.Ex. á dar semelhante passo.

E, tanto mais se nos fortifica esta presumpção quanto que vemos S.Ex., apezar da benevolência com que se exprimia em seus relatórios, apenas se demorar em Coritiba o tempo estreitamente preciso para montar as repartições publicas, regressando logo depois para Antonina, donde pedio a sua exoneração do elevado cargo de presidente.

Estaria o governo geral ao facto das circunstancias peculiares do logar? Conheceria todos os seus recursos? Creio que não.

Quando um presidente é mandado crear uma província, e dispõe de plena liberdade para escolher em todo o seu território um ponto para sua capital, elle, depois de maduro exame das localidades, escolhe, ou antes, dá preferencia para semelhante mister, a melhor de todas as suas cidades, aquella que maior numero de garantias lhe offerece de um futuro próspero.

E S.Ex. fez isto? Não: logo trazia ordens positivas para fazer Coritiba capital do Paraná; isto nos explica a pressa com que S.Ex. a deixou.

Parece-nos que uma cidade para gosar dos foros de melhor, no sentido em que fallamos, deve reunir os seguintes quesitos:

1^o - Estar collocada beira-mar para estar igualmente em contacto immediato com a capital do império e com o estrangeiro.

2^o - Ter maior numero de prédios urbanos.

3^o - Dispor de um bom porto.

4^o - Ter terreno plano sufficiente para estender sua edificação, sem ter de supperar escolhas.

5^o - Ter maior população.

6^o - Ter mais recursos, mais riqueza commercial e civilização mais adiantada

Com todos estes predicados só conhecemos em toda a província uma cidade, e esta cidade chama-se Paranaguá.

Maior, mais populosa e mais commerciante que Coritiba, Antonina, Castro ou Guarapuava, só aguarda para seu verdadeiro e legitimo

engrandecimento, que os coritibanos tenham bastante patriotismo e amor pelo bem estar de sua província para serem os primeiros a darem o exemplo de completa abnegação, ligando-se aos deputados da Marinha para proporem a transferencia da capital para ella.

Com o desaparecimento da scena do espirito de mal entendido bairrismo, surgirá a aurora de prosperidade da província do Paraná.

Coritiba, qual outro S.Christovão, depois de passar por todas as duras provas dos desenganos os mais amargos, acabará, como ella, por ser a primeira a dar semelhante passo, que no meo entender devia ser já, para que ella como sua decahida irmã não ficasse tão empobrecida.

XXXII

O Exm^o Sr. conselheiro Zacarias com plena liberdade de consciência, pronunciou-se acerca da transferencia da capital para Antonina

No primeiro caso S.Ex. cumpria uma ordem precisa; no vertente S.Ex. exhibia o fructo de suas convicções.

Vejamos se o Sr. conselheiro teve alguma forte razão para chegar a este resultado.

A pequena cidade de Antonina, como a de Coritiba, cercada de morros de não pequena elevação apresenta ao espectador a forma de uma meia lua; a planície collocada entre a cordilheira e o mar é demasiada estreita para consentir que sem grandes trabalhos da arte possa estender-se no porvir a cidade para o Norte, Sul, Leste e Oeste; por quanto esta planície não passa de uma estreita lingua de terra

A pretender-se estender mais que está a cidade, de duas succederá uma: ou tem de proceder-se ao desmornamento de toda uma cordilheira, que é logo seguida de outra, ou de fazer-se grandes aterros sobre a bahia e neste caso ficará o seu porto, já tão baixo, inutilizado. E estará o Paraná nas circunstancias de poder occorrer á semelhantes despezes? Creio que não. (?; despezes: despesas) N.O.

Antonina tem uma extensa e linda bahia; porem de que lhe serve esta extensão e belleza se é só para recrear a vista e não para utilidade publica?

De que serve esta extensão se o seu fundo é apenas de 11/2 braça (não em todos os logares delia) e se na baixa mar fica quasi toda descoberta deixando então para ver-se e melhor apreciar-se a immensidade de parais que bordam o seu fundo em todos os rumos cTagu-lha

Tirado o estreito canal por onde sobem, não sem risco de encalhar, as embarcações, o que lhe fica?

Accresce ainda a tão graves inconvenientes que não é ella abrigada; a excepção do Noroeste, todos os demais ventos a devassam e enfunce suas turvas águas.

Assim que, sem terreno para estender sua edificação urbana, sem bom porto para receber navios grandes, sem a possibilidade de poder se quer fazer-se um caes em toda a extensão da cidade, como poderá servir para a capital da província! A mudal-a do centro para a marinha deve-se fazel-o de modo que no fim de alguns desenganos, não se tenha de procurar outro logar para sua instalação.

Me parece que a escolha de S.Ex. foi ainda infeliz: por quanto na preferencia de S.Ex. só encherço o enlevo dos sentidos e não a realidade pratica das cousas.

Fica pois liquido que Antonina não pôde servir de capital da província porque, qual outra Coritiba, não lhe pode garantir um futuro prospero.

XXXIII

Examinemos agora se Paranaguá, a cidade mais importante e commercial de toda a província, reúne em âmbito os accessorios indispensáveis.

Situada, como já tivemos occasião de dizer, na margem meridional da bahia, formada pelas águas do Itararé, Emboguassu, etc, e das do oceano, está delle distante apenas tres legoas marítimas.

A população da comarca orça por 18,732 almas; e a da cidade por 10.000.

Com uma superfície plana maior de tres léguas quadradas, tem o terreno preciso para a edificação de uma cidade enorme. Quantas haverão na velha Europa com tal comprimento e largura? O quadrilátero comprehendido entre o furado, rio acima, até alem da ponte do rio Emboguassu, deste em linha reta até a praia de Nossa Senhora do Rocio, e desta até o furado offerece-nos uma superfície capaz para accommodar largamente 300.000 habitantes. E quantos annos de vida activa não serão precisos á esta província para possuir esta massa populante?

Um commercio com o estrangeiro, se bem que ainda pequeno, é real e tende diuamente a desenvolver-se; um excellente porto, não obstante estar um pouco deteriorado pelas levas de arêa, cujo canal de entrada mede 4 1/2 braças

de profundidade nas marés médias e 5 1/2 nas grandes: um ancoradouro tão profundo como abrigado, muito boas casas e em quantidade, civilização muito mais adiantada do que em qualquer outro logar da província, e do que deviam comportar os escassos recursos de instrucção ao alcance de seos habitadores, uma alfândega, e uma casa de capitania eis o que existe.

Que lhe falta pois para servir de capital? Apenas a residência do presidente, e a assistência das thesourarias.

Qual das duas outras apontadas offerece mais vantajosa perspectiva de engrandecimento?

A sua prosperidade e desenvolvimento, que ao presente se vai manifestando paulatinamente, se precipitaria de um modo admirável se para ella fosse transferida a capital.

E assim como Coritiba, a cidade agrícola por excellencia, não pode prosperar em quanto lá estiver plantada a capital, Paranaguá só aguarda por ella em seo seio para patentear sua prosperidade.

Coritiba a farta, de outro tempo, está hoje faminta a ponto de importar de Paranaguá até carne de charque!

Não deixaremos passar despercebida uma circumtancia pelo seo valimento e gravidade.

Mudada a capital para Paranaguá e com ella todas as repartições de fazenda resultaria da proximidade, em que ficavam uma das outras, a unidade, harmonia e boa marcha dos negócios, que corresse por ellas: o que não dá ao presente porque á isto se oppõe a grande distancia em que está da alfândega, as péssimas estradas, a demora dos correios.

Neste o prejudicado é o negociante unicamente, que alem da perda de tempo, é sangrado na bolsa desapiedadamente por procuradores, que sam forçados a ter em Coritiba.

No caso vertente, as questões, cujas soluções pendessem da thesouraria, seriam opportunamente resolvidas mediante uma explicação entre os inspectores daquela repartição e do da alfândega.

No caso contrario por ventura dar-se-ha esta harmonia e presteza de resolução? Não, porque cada duvida da thesouraria de fazenda importa 15 dias perdidos com ida e volta dos correios.

Enunciando nossos pensamentos por semelhante forma só momento não tivemos em vista offender a pessoa alguma por mais de leve, que fosse.

Pernambucano, desmenteríamos nossa

origem se não falássemos a linguagem franca, que forma a base de nosso caracter rude.

Como brasileiro, levado pelo amor da prosperidade desta bella provincia do império, procuramos despertar os brios dos paranaenses, provocando aos curitibanos peculiarmente a dar perante o mundo um grande exemplo de civismo, despertamos em seos peitos leves o patriotismo brasilico para servir de poderosa égide contra os embates mesquinhos do espirito de bairrismo, que tudo entorpece e mata

Imitimos o exemplo sublime que nos legou o instituidor da nossa santa religião, mandando restituir a Cezar o que lhe pertencia.

Dai unanimes a vossa primeira cidade, a Paranguá o que lhe falta para o rápido engrandecimento da provincia; e outra cousa não teréis feito mais que preparar o caminho do progresso para a vossa cidade, para a de Castro, para a de Antonina, para Guarapuava finalmente.

Só por tal sacrificio, em favor dos vossos bem entendidos interesses, conseguireis realizar verdadeiras vias de communicação, harmonia na administração, que se tornará proficua e benéfica para todos.

XXXIV

"A arte de transmittir o pensamento," diz o Sr. tenente-coronel Beaurepaire Rohan, "se não é, como pretende Duelos, a mais difficil das artes, é certamente aquella que, depois do dom da palavra, melhor abona a superioridade do ente que Deos criou á sua imagem. Facilitar ao inferno esses meios de educação, que tiraram o homem do estado de embrutecimento, em que o deixa a ignorância para restabelecel-o na posição de honra, que lhe compete, como ser privilegiado da criação, é portanto a mais gloriosa missão daquelles que tem a seo cargo dirigir o movimento social".

"Uma das cousas que mais me tem satisfeito por oceasião das minhas romarias pelo interior da provincia, é o desejo de instrucção que domina a generalidade dos incolas sem exceptuar aquelles que pertencem ás classes menos abastadas; mas o estado de pobreza, em que ordinariamente vivem, difficulta estas deslocções, a que os condemna a distancia, que os separa das escolas".

Que mais de util poderei acerescentar a este bello e verdadeiro quadro traçado com tanta felicidade pelo Sr. Rohan?

Cem mil sam os habitadores desta bella e quasi inculta provincia; destes cem mil, cerca de 30 sam adolescentes. Estarão em harmonia

com estes crescidos algarismos os meios de instrucção primaria e secundaria?

Nós nos encarregamos de leval-os ao domínio publico.

Os meios de instrucção primaria, publica ou particular, para toda a provincia, consistem em 48 escolas; sendo 30 para o sexo masculino e 18 para o feminino.

Supponho que dous terços dos adolescentes pertencem ao sexo masculino e um feminino teremos as 48 escolas deverão contar 20.000 freqüentadores; ou cerca de 501 por cada uma.

Sendo um terço, que fica para o sexo feminino igual a 10.000 e as escolas 18, vem a caber para cada uma cerca de 565 discipulas.

Não será tão escasso o numero de escolas publicas e particulares para os dous sexos e tão crescido o numero de seos freqüentadores?

Poderá sem escola modelo ensinar-se convenientemente a 513 discipulos, que é o termo médio entre os freqüentadores dos dous sexos? Ninguém o dirá.

Os de instrucção secundaria sam: um lyceo em Coritiba muito pouco freqüentado, uma cadeira de latim e francêz, em a villa do Príncipe e outra de francêz e inglez em Paranguá. Será sufficiente? Sobre serem demasiado apertados os limites da instrucção primaria e secundaria da provincia a elles vem juntar-se a sua má distribuição.

Paranguá, pelo foral de cidade marítima, a mais populosa e mais comercial, não pode, sem grande clamor, prescindir da criação de um liceo ou instituto, cujas matérias de ensino versem sobre todos os preparatórios, e alem delles sobre o ensino theorico e pratico da agricultura, pilotagem e construcção naval.

Não queremos com isto dizer que tudo seja levado a effeito de um só jacto, não: queremos sim que a necessidade vá determinando a criação de cada cadeira de ensino; porque nada ha mais ridículo do que a pomposa criação de uma academia sem discipulos para matricularem-se em todos os seos ramos de ensino. E como não desejamos sobrecarregar os cofres provinciaes, sem uma utilidade provada, nam que se crêem cadeiras de ensino só para uma mera ostentação e com o fim único de distribuir pingues ordenados, embolsados mensalmente no mais santo ocio, contento-me com enunciar-me pelo modo porque tenho dito.

Tomando porem ao assumpto, direi que ainda não vi outra provincia do império em a qual tão decididamente se tenha manifestado o gosto pela vida marítima.

Esta vocação innata em seos habitantes é uma pretenção feliz em abono de um futuro

muito prospero e não muito distante; assim os seus mais sensatos habitantes se disponham a sacrificar no altar do bem-estar da província, o espirito de bairrismo, que á alguns dominam.

XXXV

A criação de um lyceo ou instituto, o nome não vem ao caso, tal como o figurei, satisfazendo as maiores exigências do ensino theorico de toda a população da província, concorreria de um modo enquivoco para sua perfectibilidade, habituando seus filhos, desde a mais tenra idade, ás rudes exigências de uma vida laboriosa

Ao governo provincial compete aproveitar, acariciar, acoroçoar e desenvolver este futuro viveiro da nossa ora tão insignificante marinha mercante e da nossa tão nascente quão esmorecida e atrasada agricultura, fornecendo-lhes todos os meios de instrução precisos para a educação dos filhos da província

Os cofres provinciaes podem felizmente fazer face ao custeio de tão util e necessária instrução. Aos Srs. deputados compete, ponde de parte as divergências políticas, quando se trata de um beneficio, que aproveita a todos, promoverem sua realisação com deligencia, boa vontade, e incensantemente.

É por semelhante forma que vos quitareis para com aquelles que na melhor boa fé e confiadamente vos deram um voto solemne de honra

A população central, convergindo toda e sempre para a sua cidade marítima, é na marinha que, de preferencia a qualquer outro ponto da província, se devem concentrar suas melhores instituições do ensino primário e secundário, tanto mais que a barateza extrema das casas e dos viveres favorecem demasiado a esta deliberação espontânea do povo paranaense.

Coritiba, só vivendo a vida off icial, por que sam obrigados a ahi residirem os empregados civis e militares, não pode prestar serviços importantes senão aos filhos destes funcçionarios públicos.

Atirada para um lado e desviada da trajetoria dos de mais pontos da província é muito difficultoso aos habitantes dos pontos longínquos o aproveitarem-se da permanência do lyceo em seo âmbito; por quanto, alem de todos os inconvenientes apontados, accresce o da carência dos gêneros alimentícios e o seo custo fabuloso: as difficultades apparecem umas sobre outras!».

Os paranaenses teriam levado ao gráo de modelo o seo lyceo ou instituto se nelle introdu-

zissem um internato gratuito e voluntário para uns tantos nacionaes pobres, gratuito e obrigatório ao mesmo tempo para o numero idêntico de filhos de colonos estrangeiros; dedicando estes unicamente ao estudo e pratica das matérias agrícolas e a aquelles aos que lhes suggerissem suas primeiras inclinações.

Occupando-nos com a instrução secundaria da província, concentrada em Paranaguá, não aspiramos a outro fim que não o bem-estar e desenvolvimento intellectual de seus filhos.

Faremos uma pequena digressão por esta cidade e nos entreteremos por um pouco com a descripção de seo porto e commercio de exportação.

XXXVI

A Cutinga é o logar que serve para ancoradouro dos navios, a carga, e a descarga. Dista do edificio da alfândega duas milhas em linha recta É o logar mais profundo e abrigado do porto, e onde fundeam os navios de lotação maior de 200 toneladas.

Ao presente, este único e bom surgidouro de que dispõe a cidade de Paranaguá ou antes toda a província do Paraná, está consideravelmente damnificada em uma parte pela agglomeração das arêas, que tendo formado grandes bancos, mudou a corrente das águas da mar* gem direita para a esquerda do rio.

O ancoradouro está pois reduzido á um simples canal de pouco mais de 80 braças de largura, com um fundo variável de 1/2 a 5 braças nas marés médias.

A permanência de uma barca de escavação, que se occupasse com a remoção dos bancos, que conseguisse outra vez restabelecer o curso das águas, é de tal sorte vizível, palpitante e urgente que nos abstemos de qualquer demonstração.

Aventuramos com tudo uma observação; e vem a sen que se esta providencia não fôr tomada com urgência, que pede o caso, mesmo com o fim de obviar despezas futuras e enormes, dentro de período de 10 annos mais ou menos ficará a cidade de Paranaguá sem porto accessivel a embarcações; por quanto, a porção que os bancos existentes se vão desenvolvendo, outros novos como que por encanto vão surgindo da superficie das águas.

É por semelhante modo que o que ficava em frente do trapiche da alfândega já tem avançado até alem da praça do mercado, numa extensão não inferior a 30 braças, de Dezembro de 1860 á Outubro de 1861.

Com as grandes marés havidas a quantidade de arêa deslocada pelas correntes tem sido enorme, e só crivei para quem como nós pode visualmente apreciar o desenvolvimento deste phenomeno destruidor.

Os canaes por onde com auxilio das marés subiam os navios para mais perto da cidade e da alfândega, estão muito menos profundos.

Ao passo que as correntes se pronunciam com mais precisão pela margem esquerda, a da direita ou cidade vai ficando sensivelmente aterrada.

E nem é para admirar que isto assim succeda, porque a convergência da força das correntes para o lado esquerdo vai todos os dias escavando o seo leito; a inércia, produzida pelo afastamento desta mesma força, pelo que diz respeito a margem direita, dá logar á que as camadas de arêa deslocadas possam sentar-se, firmar-se e originar esta serie de bancos, que tanto mal já vai fazendo do porto e ao commercio desta cidade.

Até aqui, só com o auxilio do premar podia, ainda assim supperando difficuldades, subirem c- canal naquellas embarcações cujos respectivos calados não excediam a 8 palmos pouco mais ou menos, agora deixamos o trabalho de avaliar quanto tem augmentado estas difficuldades com a remoção do leito do rio estreitamento e aterro dos canaes!

Estas difficuldades tomam-se insuperáveis quando as marés sam pequenas, porque nem as próprias lanchas e hiates carregados podem chegar ao trapiche da alfândega, que por infelicidade está col locado sobre um dos maiores bancos; é por este motivo que em vez de auxiliar poderoso daquella estação fiscal, como devia-o ser, é o seo verdadeiro estorvo.

Se não fora re Cear parecer enfadonho, passaríamos provar a inconveniência da collocação da alfândega no local, em que está, a inconveniência de funcionar em um acervo de minas, que só por milagre de equilibrio se sustenta, e mais ainda a inconveniência de ficar entre ella e a sua ponte ou trapiche uma rua de transito publico.

XXXVII

Succedeo o que ha muito havíamos previsto com relação ás continuadas falsificações no fabrico da herva mate destinada para exportação.

A de qualidade superior, que ainda em Dezembro do anno passado se mantinha ao preço de 3\$600 em arroba, tem gradualmente

descido até 2\$800, preço este que com muita difficuldade supporta.

Os engenheiros de serra-acima têm sido incansáveis em offertal-a aos negociantes desta praça, que vivem exclusivamente deste ramo de negocio; suas offertas porem tem sido rejeitadas pelos mesmos porque a experiência lhes tem mostrado que o producto da venda no mercado estrangeiro não dá para fazer face ás despesas com o transporte, corretagem, comissões, etc.

A olhos visto tem definhado a procura deste gênero; atribue-se geralmente este mal á barateza, á abundância da herva do Paraguay, e a propinquidade e facilidade para conduzil-a ao mercado.

As republicas do Prata, que sam o nosso mercado favorito, repugnando acceitar a nossa herva, vão dando decidida preferencia á do Paraguay para o consumo das cidades, expel lindo a nossa para o da campanha, não só pela sua qualidade inferior, mas ainda pela sua conductibilidade.

Ainda assim, devido é certas circumstancias peculiares àquellas republicas, pouca tem sido a herva brasileira importada para consumo de seos camponezes.

Os navios estrangeiros que a este tempo demandavam o porto desta cidade para receber carregamentos de herva, presentemente sobre serem muito escassos, apenas o fazem para o Chile, que força á confessarmos, é demasiado fraco na qualidade de consumidor.

O desanimo geral que grassa entre os negociantes é pois devido, alem das causas apontadas anteriormente, á barateza excessiva deste gênero no mercado importador, produzida pela sua grande abundância.

Reduzida a estas convicções, a única industria agrícola desta província, o que ficará sendo ella? Ainda não será occasião opportuna para que seos lavradores anripiem da carreira que levam? Não será ainda tempo de cuidar na plantação da canna, do café, do algodão?

Esperarão por ventura que sejam levados ás ultimas extremidades pelo império das circumstancias, para então e só então curarem disto?

Se da plantação da canna e do algodão se podem colher resultados vantajosos em o período de 12 mezes; outro tanto não se dá com o café, que necessita de 4 annos para desenvolver-se.

XXXVIII

É o caso de nos entretermos um pouco

com os ramos de exportação da província; por quanto se a herva por si já é prejudicial por ter trazido o quasi completo esquecimento da pequena lavoura da província; a madeira é prejudicialissima aos seus interesses mais vitais porque só tem servido de desacreditar-a perante o estrangeiro.

Assim que, nos mercados do Prata, quando se trata de uma obra melhor inclue-se logo no contracto a cláusula de que o empreiteiro não se servirá de madeiras do Paranaguá, sob pena de gravosas multas.

Não é tudo; no Rio de Janeiro, a excepção do taboado de canella preta, toda a demais madeira desta província só tem serventia para andaimas e cfobras.

Dir-se-hia em face destas tristes verdades que as madeiras oriundas desta província sam péssimas e sem nenhum prestimo? Assim porem não é: as espécies de suas florestas sam excellentes, sam optimas: a avareza é que tem tomado proporções enormes: as espécies sam optimas tão excellentes quanto variadas, os cortadores é que sam péssimos: ou antes não sam; porque conhecem o mal que fazem derribando as arvores fora das luas próprias, porem a avareza o desejo desenfreado de se enriquecerem em pouco tempo cega! E cega-os de tal ponto, que os veda de ver que procedendo por semelhante fôrma desacreditam-se e desacreditam a exportação provincial.

As falsificações continuadas da herva mate fizeram a infelicidade deste ramo de commercio, a avareza dos cortadores da madeira já igualmente consumaram o seu discredito. A que fica pois reduzida esta província sem commercio de exportação? O que contrabalançará o valor sempre crescente de sua importação?

Todos os terrenos de serra abaixo marginaes dos rios de cathgoria superior e inferior deste logar, abundam de preciosas madeiras de construcção naval.

Sabe-se que o commercio de madeiras para os mercados do Prata tem de, ha tempos a esta parte, tomando grandes proporções, consequentemente é a causa primitiva da não interrompida destruição das bellas florestas da província, que por si só e sem minima difficuldade ou vexame podia supprir os armazéns de todos os arsenaes de marinha brasileiros de escolhidas madeiras.

Este commercio destruidor tem tomado tal feição de exageração que por conveniência do império em geral e da província em particular, utilizaria muito que o governo tomasse a resolução enérgica de prohibil-o.

Para maior commodidade dos cortadores

tem a devastação florestal sido feita á margem dos rios: sem em vez de parar ella continuar livremente, succederá que em um período muito próximo desaparecerão de todo o littoral estas matas virgens, que fazem o orgulho da natureza do Brasil e a admiração do estrangeiro.

Se o governo para ao diante carecer de madeiras para supprimento de seus arsenaes, terá de mandal-as cortar nos sertões da província; o que não convém que succeda; porque alem da deficiência de boas estradas para o seu transportes, o seu custo, postas na marinha importaria o dobro do seu valor intrínseco.

De Dezembro de 1860 á Setembro de 1861 tem despachado para as republicas do Prata nove navios de grande porte. Ora, se como geralmente propala-se nesta cidade, as madeiras não fossem cortadas opportunamente chegaríamos aos resultados seguintes: ou seu preço no mercado estrangeiro não daria para cobrir as despezas e neste caso convinha abandonar tal gênero de exportação, ou se se exportaram em dez mezes nove carregamentos é porque na realidade ellas adquirem no mercado estrangeiro a devida consideração, isto é, um valor superior a todas as despezas e por conseguinte sam cortadas nas luas próprias e escolhidas as suas qualidades; e então este boato adrede propalado não tem outro fim senão fazer baixar a pauta semanal da alfândega para que os lucros sejam mais elevados.

XXXIX

Indo carregar os navios ao 2º districto, ou em outros termos a doze ou quinze léguas marítimas da alfândega, apparece o grande inconveniente de não dispor ella de meios seguros para fiscalisação dos interesses da fazenda nacional.

A que primeiro se deve de attender, ao ancoradouro onde estão os navios a descarga e a carregar, ou em visitar diariamente a um ponto tão isolado e tão longínquo?

Sete sam os guardas da alfândega; poder-se-ha com este numero limitado de homens, fazer-se uma verdadeira fiscalisação em pontos tão afastados e tão diametralmente oppostos? Ninguém o dirá que sim.

Se ao menos houvesse nesse logar algum registro effectivo por parte da repartição fiscal; bem estava a cousa, mas não o tendo?

Não sendo obrigativo para o capitão o descarregar as madeiras para serem verificadas e devidamente classificadas; ainda mesmo que tal mercê foi outorgada ao inspector da alfande-

ga não era, segundo pensamos, elle o mais habilitado para semelhante mister; ainda mesmo que a esta vistoria assistisse o capitão do porto, sendo elle um distincto marinheiro, não dispõe de mais habilitações do que o inspector da alfândega para conhecer das qualidades das madeiras, já se vê que por este lado toda a fiscalização é materialmente impossível.

Assim pois, não havendo um meio seguro para precaver da fraude os interesses peculiares da nação; porque o guarda, que acompanha o navio ao matto para assistir ao carregamento, tanto quanto ao inspector da alfândega e capitão do porto lhe fallecem todos os conhecimentos práticos para vencer a classificação e mistificações, forçoso é aceitar a factura exhibida pelo capitão ou consignatario do navio e confrontal-a com a lista do guarda para verificar se o numero de pés está exacto.

Se a inspectoria da alfândega tivesse a faculdade de poder dispor do prestimo de algum carpinteiro intelligente— não desapareceriam tantos inconvenientes; não seria esse homem o idôneo para tal fim?

Tornemos ao assumpto: serão as facturas exhibidas, verdadeiras? Quero presumir que sim; porque as firmas commerciaes exportadoras sam incapazes de defraudarem a fazenda publica. Dar-se-ha porem as mesmas attenuantes quando se trata dos fornecedores de madeiras? Não serão os negociantes assim como as autoridades fiscaes illudidos por ella? Inclina-mos a acreditar que sim; e para ao diante fundamentarei esta suspeita.

As madeiras de lei em o Paraná são conhecidas debaixo de nomes muito diversos dos descriptos na circular do ministério da marinha de 25 de fevereiro de 1858, e tendo os nomes diversos daquellas, cujo corte é expressamente prohibido, não obstante serem as espécies as mesmas, ahi está o caso de serem ellas cortadas e exportadas, ahi está o contrabando realiado com todas as apparencias de lei, ahi está finalmente o caso de serem todos desde o capitão do navio até o capitão do porto, illudidos sem desejarem sek).

O fornecedor que de ordinário é homem dos mattos, tanto como os selvagens conhecem as espécies, porem ellas no mercado estrangeiro dão muito, por conseguinte com uma mudança de nome apenas abrigam-se na esphera da lei, para sua sombra fazerem o contrabando que denominaremos LICITO.

Não pretendemos injuriar a pessoa alguma, não faremos a menor allusão, raciocinamos e demonstramos que mesmo ao abrigo da lei se pode traficar.

Quotidianamente se repetirão estes e outros casos idênticos: e o único remédio possível para obviar-o, é desde já prohibir-se expressamente o corte de madeiras de lei ou não de lei, enquanto o governo geral manda uma commissão de profissionaes para estudar, classificar e particularisar cada uma das espécies.

XL

Demos a entender que as mesmas madeiras sam conhecidas debaixo de denominações differentes segundo as províncias, ou antes os logares, em que estão collocadas; e não foi sem fundamento que o fizemos; não avançamos a uma falsidade: é por este poderoso motivo que vamos exemplificar, o Putumugy do Pará é aqui conhecido pelo nome de Araribá, etc.

Não seria pois uma medida muito salutar para todas as províncias do império a designação de comissões profissionaes parciaes ou geraes para davassar as florestas de seos littoraes, classificar as espécies e fazel-as conhecidas já debaixo do seo nome scientifico, já pelos seos innumerados appellidos?

Parece-nos que este serviço seria de uma importância transcendente para as nossas marinhas mercantil e de guerra.

Accresce que, definitivamente prohibido o corte e exportação de madeiras, teria o governo por esta sabia e prudente medida restituído á lavoura centenaes de braços disseminados e que não se occupam em alguma outra industria.

Os muitos engenhos de serra, que existem na provincia transformar-se-hiam em outros tantos de moer canna, de descaroçar o algodão, de debulhar o milho.

Não seria este resultado a realidade de beneficencia para a lavoura desta terra já de si tão empobrecida?

Teríamos deixado de cumprir o nosso dever se tratando tanto da diversidade das espécies de madeiras de construcção não as indicasse e levasse por esta fôrma a apreciação respeitável do publico.

Sam oriundas dos terrenos elevados a Canella, a Peroba, Olios, Páo do Vigário, Guarubás, Couvis, Cedro, Araribás, Sassafras e Guaraiivas.

Sam indígenas das planícies, o Guandy, Orucurana e Massaranduba.

Pode-se empregar com grande felicidade na construcção dos vasos de guerra pela seguinte forma as espécies abaixo:

Canella para braços, cavernas, forros, trincheiras, etc. O Araribá para tudo quanto concer-

nir a construcção naval. A Peroba, para cavernas, braços, quilhas, mastros, vergas, retrancas e costados. O Orucurana e Laudis pode-se empregar com felicidade para facturas de cavernas, braços, vergas, retrancas, caranguejas - reparos para artilharia. A Massaranduba, Guarubás, Ouaruiba, Páo de Vigário e Sassafras para construcção de lanchões, escaleres de guerra, trincheiras, reparos de artilharia, carros de munição, etc.

A esta já tão crescida nomenclatura vão juntar-se mais o Guanandi Carvalho, o Arapacú, o Páo D'arco (Ipê), o Pinho resinoso e o Cedro Vermelho, cujo emprego na construcção naval varia ao infinito.

Estas espécies, cuja utilidade salta aos olhos não estão compreendidas na especificação das da circular do Ministério da Marinha de 5 de Fevereiro de 1858; não seria conveniente que o nosso governo as mandasse estudar desde já por homens profissionaes? e em quanto os não designasse não seria de grande utilidade impedir a continuação de suas derribadas?

UMA PALAVRA AOS MEOS RESPEITÁVEIS AMIGOS

Surprehendido por uma ophtalmia fui mais azinha do que tencionava obrigado a remetter-me à obscuridade, em que sempre hei vivido, e interromper bruscamente o estudo recreativo, a que me tenho entregado sobre esta bella Província.

Não podieis, nem devieis esperar de minha fraca intelligencia e minguidos recursos cousa melhor.

Se me fallecesse somente a intelligencia e me sobejassem os materiaes, não vos daria uma linguagem brilhante, pomposas flores de rhetorica, nam um estylo incisivo, porem com a boa vontade, de que disponho, teria sido mais prolixo, teria na expressão, que me é habitual, ditas muitas outras verdades, que aproveitariam aos filhos da terra.

Ainda assim tendes sobejas razões para me accusardes de negligente; por que comprometendo-me a escrever alguma cousa sobre a província, não disse palavra sobre os usos, costumes e política de seos habitantes.

Ainda mesmo que não estivesse tão enfermo, não vos diria palavra sobre semelhante assumpto; porque não me julgo ainda bastante documentado para escrever sobre um objecto, que tão de perto vai affectar a luz das famílias paranaguenses e sobre o que diz respeito a po-

lítica local menos me abalançaria a proferir uma palavra; por que confesso, ingenuamente que a não comprehendo; e não comprehendendo tenho medo de não dizer a pura verdade, isto é, de errar.

Forçoso pois é que vos resigneis a este meo capricho, e que vos digneis de perdoar-me a insignificancia da matéria. - Disse.

OBSERVAÇÃO

A interrupção brusca dos Apontamentos sobre a historia da Província do Paraná, que vinha fazendo o autor, parece estar presa a outros factos que não o alegado na ultima parte de seu trabalho, quando se refere que fora acometido de oftalmia.

O ultimo artigo publicado é do dia 28 de Janeiro de 1862, e já em 14 de Fevereiro, isto é, rtieio mês após, publicava o mesmo jornal o ato da exoneração deste funcionário da Alfândega de Paranaguá, nos seguintes termos:

"EXONERAÇÃO. - O Sr. Demetrio Acacio Fernandes da Cruz, foi demittido do cargo de inspector da alfândega. Com a retirada do Sr. Demetrio perde a província um empregado sobremodo zelozo e intelligente.

No dia 4 de Março o "Correio Official" publicava:

"Á mesma, idem, por copia, o decreto de 11 de Novembro de 1861, pelo qual foi concedida á Demetrio Acacio Fernandes da Cruz a demissão, que pedio, do cargo de inspector da alfândega de Paranaguá; convindo que, logo que chegue o seo substituto, lhe seja abonada a ajuda de custa á que tem direito, nos termos das instrucções de 16 de Janeiro de 1860 e do 1° de Maio do anno passado.

Júlio Moreira





Acervo CP

Foto: Luiz Marcelo B. de Mattos.

Casa Sede — Fazenda Capão Alto / Castro

HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ
(APONTAMENTOS)
NIVALDO BRAGA

Publicada no jornal "GAZETA
PARANAENSE" no ano de 1886.

DR. JOSÉ MARIA F. DE FREITAS
CIRURDEIRO DENTISTA
CUR. G. N. 110
C. P. 008761352-5

MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES

Parece indubitavel que a nossa provincia começou a ser povoada pelo interior.

Tendo sido a capitania de S.Vicente, a primeira colonizada do paiz, e dirigindo sempre a avidez de riquezas ou o desejo de descobrimentos os primeiros colonos para os sertões, é pelo menos muito provável que o território do Paraná fosse conhecido antes pelo noroeste. Alem do que nos dizem algumas chronicas antigas, apesar de muito deficientes e confusas, temos a favor dessa precedência do povoamento pelo interior o facto de terem vindo por aquella parte os homens que figuraram aqui durante os primitivos tempos, pelo menos aquellos que nos são conhecidos.

Deixemos porem de lado essa ordem de investigação, pois requerem mais serio exame de documentos e mais aturado trabalho; e nos occupemos de um desses mais antigos colonos que representarão papel saliente na civilização das vastas paragens que comprehende hoje a provincia do Paraná.

Referimo-nos ao coronel Manoel Gonçalves Guimarães, portuguez que aportou a S.Vicente pelos meados do século passado. Como todos os europeus que procuravão as plagas do Novo Mundo, Manoel Gonçalves, andava em busca de cabedaes. Internando-se nos campos de Piratininga, escolheu uma grande zona nas proximidades do rio Tibagy. Percorrendo as paragens circumvizinhas, começou a tirar vantagens da riqueza natural do paiz.

Nos tempos coloniaes, antes da lei dos quintos, não era permittido a ninguém utilizar-se do ouro ou dos diamantes que descobrisse em terras da colônia portugueza. O coronel Manoel Gonçalves Guimarães, porem, não se submeteo de todo a essa lei, e entendendo que o ouro que a custa do próprio trabalho e actividade chegasse a extrehir, lhe pertencia pelo melhor dos direitos. Explorando o paiz, para elle attrahindo quantos compatriotas podia, ia desfarte formando em torno de sí um certo prestigio.

Por esse tempo, ou talvez pouco antes, começou também a crear-se um núcleo de homens sobre uma das margens do pequeno rio lapó, justamente em paragens, onde por muitos annos vivião algumas tribus selvagens um tanto dóceis ao trato do estrangeiro. Esse núcleo de homens foi a origem da cidade de Castro.

Os jesuítas, mesmo muito antes de Manoel Gonçalves que cuidavão de explorar os sertões, travando conhecimento com as nune-

rosas hordas indígenas; e tinhão desse modo como que desbravado a inculta região onde aquelle homem de vontade devia dar um exemplo edificante aos novos colonisadores.

Próximo á estância de M.Gonçalves ficavão alguns reductos da companhia, como a immensa fazenda do Pitanguy, um verdadeiro estado, a da Igreja Velha, á alguma distancia da Villa do Tibagy, etc.

Manoel Gonçalves, animado pelo êxito que no paiz tiverão seus sonhos, vendo que estava em uma terra dotada por Deus de tudo quanto ha de grande e bello na natureza, concebiam planos que indicavão mais alguma cousa que um espirito vulgar.

Das poucas pessoas que em criança o conhecião, entre esses o ha pouco fallecido commendador Roseira, uma reliquia veneranda dos antigos tempos da provincia affirmavão que Manoel Gonçalves era um homem extraordinário, de uma energia inquebrantavel, de uma vontade que não dobrava nunca ante quaesquer obstáculos, de uma actividade prodigiosa. De uma constituição forte, corpulento, sempre expansivo e sempre pensativo, como tendo no ar franco uma expressão de mysterio, olhar penetrante que se insinuava rudemente nos corações, parecia elle um moço na idade em que as forças no geral dos homens se quebrantam. Conta-se que muitas vezes anotecia no logar e ia no dia seguinte amanhecer em S.Paulo, caminhando toda a noute, sem fatigar-se nem adoecer. Diz-se mais que em epocha de perigo, quando encontrava alguém no caminho, collocava-se com tal arte sobre o animal, que não era percebido.

Mas, dissemos que Manoel Gonçalves, trabalhando e procurando colher os melhores proveitos do paiz, não tinha muito cuidado em respeitar a lei que prohibia apossar-se de ouro e pedras preciosas. Pois bem: accusado perante o governo da metrópole, é o já então poderoso estancieiro mandado para Portugal, tendo de ir pagar na prisão do Limoeiro a affouteza com que infringia os mandamentos reaes.

De volta, porem, do Limoeiro achou já installada a villa de Castro, antinga freguezia de Sanf Anna do lapó, isto em 1778, si nos não engana a memória.

As cousas haviam melhorado. A lei que regulava a extração de ouro já não era tão rigorosa. Os jesuítas já pouco cuidavão das suas fazendas e até abandonavão a administração rfellas para ir levar a fé a outros pontos do sertão.

Mais disposto ainda e mais renovado de

forças, recomeçara logo Manoel Guimarães o trabalho de estabelecer uma grande fazenda, modelo das melhores conhecidas nesse tempo.

Dispondo de alguns capitães cuidou de prover de braços, comprando numerosas famílias africanas, povoando assim as terras de que já se apossara, com o melhor proveito. A fazenda de Santa Cruz, tão conhecida nos Campos Geraes, tornou-se em pouco tempo notável, um regimen especial foi ali estabelecido. Além de uma casa para morada, com certo gosto e em grandes proporções, havia uma capella, e outros muitos commodos para o respectivo capellão e para hospedes.

Aos domingos, havia missa e celebração de sacramentos. Os escravos que tinham suas cabanas por toda a extensão da propriedade e que tinham entre si uma policia especial, nunca deixavam de assistir ás cerimoniaes do culto divino; bem como os povos da redondeza, que vinham por dever estar aos domingos em Santa Cruz. Em certas épocas do anno, havia na fazenda festas religiosas mais solemnes.

Que bello espetáculo devia ser esse, lá no meio do sertão, o Deus Humanado elevar-se entre novel los de incenso sobre as cabeças da ru-de multidão prosternada!

Manoel Gonçalves Guimarães entrelinha relações estreitas com os principaes homens de Curityba, e aqui torão conhecidos de muitos ainda alguns filhos d'aquelle benemérito varão, cujos descendentes formarão muitas famílias principaes da Província. É um dos nossos grandes patriarchas, cuja memória deve ser para nós immorredoura.

OS ESCRAVOS DO CAPÃO ALTO

A pouco mais de duas léguas da cidade de Castro acha-se situada a casa da fazenda do Capão-Alto, que pertenceu antigamente aos Jesuítas. Hoje é propriedade do coronel Bonifácio Baptista*, um dos mais abastados capitalistas da Província e talvez para o futuro a mais opulenta fortuna que ella conte.

Da cidade de Castro avista-se perfeitamente a nova morada construída pelo actual proprietário, com certo gosto e capricho segundo dizem. Apresenta uma bella e imponente perspectiva, contemplada de longe no meio do

campo e subresahindo das ondulações de uma serie de lombas que se succedem. Ha estrada para carros, entre a cidade e a fazenda. Aos fundos desta chega-se também pelo Yapó, em canoas.

É muito agradável o passeio pelo rio, que é muito pittoresco, cheio de muitas voltas, bordadas as margens de bosques e relvas.

A padroeira da fazenda é Nossa Senhora do Carmo, que o é desde o tempo dos Jesuítas. Ha em Castro até hoje muita devoção pela Santa. A população acredita que em tempos de secca, é preciso que se vá buscar a Santa na fazenda para que vizite a cidade e faça chover. De facto, affirma-se que uma só vez não deixou ainda de fazer ella o milagre implorado.

É bella por demais essa simples festa, que o povo celebra com toda fé e ardor de sua devoção. Desde pela manhã, dirigem-se os mais deliberados á casa da fazenda e tomão a Santa em seu andor. De distancia á distancia revezão-se. Ninguém deixa de dar seu adjutorio com todo fervor. Perto da entrada da cidade, ficão o vigário, a banda de musica e as famílias. Depois da cerimonia da saudação, entra a procissão na cidade ao som da musica, ao estrugir dos foguetes e das alegrias de todos.

Nossa Senhora do Capão Alto, tem uma historia no coração popular.

Antes disso, ia-me esquecendo dizer que o coronel Bonifácio, de tempos em tempos, celebrava na capella da fazenda uma festa á gloria da padroeira. Essa festa era muito concorrida e já estava ficando como devoção do povo. De alguns annos para cá, porem, o coronel Bonifácio supprimiu de todo essa festa, com muito sentimento da população.

Mas dizimos que Nossa Senhora do Carmo tem sua nistoria.

Os frades Carmelitas, não sabemos por que razão, chegarão a deixar quasi a inteiro abandono a fazenda do Capão Alto.

Alguns annos mantiverão nella um encarregado. As vezes arrendavão-na. Mas era fora de duvida que perecião os interesses da Ordem. Por fim, ficou a fazenda á mercê dos numerosos escravos pertencentes aos Jesuítas.

A vida desses escravos, abandonados á si próprios em uma extensa propriedade, é muito interessante. Sentimos não ter podido colher todos os dados e informações necessárias para uma noticia completa.

Viviam elles em uma republica, cujo chefe supremo era a Santa, a quem ouvião e de quem receião as ordens do dia. Assim que amanhesca entravão todos os escravos na capella, pros-

(*) Barão de Monte Carmelo. N.O.

tavão-se com todo o respeito e recolhimento diante da Imagem, resmungavam uma longa oração, e depois iam saindo um a um, osculando os pés da proctetora e pedindo-lhe a benção.

Nomeavam entre si por eleição um director cada semana. Este director devia receber da Santa as inspirações do que era obrigado a fazer executar. As irregularidades praticadas na fazenda eram punidas pelo director e segundo as ordens da padroeira.

Todo este povo trabalhava e produzia muito. Criava muito gado e colhia muitos fructos da terra. Para as suas necessidades vendiam em Castro o que dava o sufficiente. O mais pertencia á Santa Nossa Senhora do Carmo e era conservado com escriptuoso cuidado. E falava-se que entre os negros da fazenda não havia um ladrão sequer, um homem que não fosse honesto e morigerado.

E dizer-se que esses pobres escravos teriam arrancados da fazenda do Capão Alto, de junto d'Aquella que os fazia bons e felizes, e isto, segundo consta, com clamorosa violência e crueldade, e por ordem dos antigos proprietários da fazenda, que a haviam vendido!...

*

Não estamos certos sobre um ponto: a capella que ainda hoje existe junto da casa da fazenda é a primitiva construída pelos Jesuítas? A casa de morada com certeza não é a que primeiro se edificou, apesar da arte com que os frades sabiam tornar duráveis as suas construcções.

Sí a capella é a primitiva, tem uma grande importância, porisso que deve ser um dos mais antigos edificios levantados no interior do Brasil. Castro era apenas uma insignificante povoação, e Ponta Grossa figurava ainda como bairro dos Carrapatos (povoado hoje é uma légua ou duas da cidade); e já a fazenda do Pitanguy havia sido abandonada pelos Jesuítas, passados para outras e novas estações de cathechese.

Junto á capella, ou dentro delia se faziam os enterramentos de cadáveres, e ainda hoje ou, pelo menos, até ha pouco tempo, ali eram depositados os membros da família Ribas que iam fallecendo.

ADENDO AO LOCAL ONDE ESTÁ O SINAL (•)

Estes dados foram colhidos do Relatório do

chefe de Polícia Manoel da Sil Mafra, apresentado ao presidente da Província Dr. ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY, no dia 1º de fevereiro de 1865.

Tendo-me comunicado o Delegado de polícia de Castro que a 29 de Abril, que os escravos dos Frades Carmelitas, pertencentes á fazenda dos mesmos naquele termo, se achavam, em número de trezentos, em estado de insurreição, negando-se formalmente a seguir para São Paulo conforme ordens dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, arrendatários dos mesmos, sob pretextos de que eram livres, e se escravos, somente de Nossa Senhora do Carmo: e pedindo o mesmo delegado uma força de trinta praças para ocorrer á essa emergência e bem assim instruções para proceder, resolvi seguir para ali e para esse fim entendendo-me com o digno antecessor de v.Ex., fez o mesmo seguir a disposição daqueles delegado, até á minha chegada ali, uma força de 20 praças, comandadas pelo tenente Francisco Xavier Godoy, que levou instruções minhas a aquella autoridade.

Partindo para ali no dia 6 de Maio e chegando a 8, puz-me ao par das circunstâncias e estado de cousas, quer em relação ao direito dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, que se diziam arrendatários dos escravos, quer em relação ás probabilidades de insurreição da parte deles, ou de desobediência formal ás ordens daqueles senhores.

Nenhum documento me foi apresentado em prova do direito dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião; é certo, porém, que em Castro foi lida por muitas pessoas a escritura de arrendamento, feita na Corte e que o Dr. Camilo Gavião levou consigo, de volta para São Paulo. Ninguém, nem o próprio preposto daquela firma me pôde assegurar que o contrato fosse feito com prévia licença do governo imperial, como é de direito, presumindo muitos a falta dela, atentase as cláusulas do contrato, onerosissimas aos Carmelitas.

Que pois houve o contrato de arrendamento é fora de dúvida, que porém fosse legalmente feito nem uma prova tive e nem como tal podia considerar o fato de ser remetida pelos Carmelitas para Castro uma procuração, que vi, afim de ser ali entregues a fazenda e os escravos, e nem também o de terem os Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião prestado fiança ao pagamento do imposto provincial de saída dos escravos para fora da província.

Quanto a disposição de ânimo dos escravos para qualquer proceder, que podesse alterar a ordem pública, houve o seguinte:

veio de São Paulo à Castro o Dr. Camilo Gavião, acompanhado do cidadão Guilherme Witaker afim de levarem os escravos para aquela província.

Chegando á fazenda o Dr. Camilo Gavião, pesando sem dúvida as dificuldades de mover o grande número de escravos, que habituados "a quasi liberdade", com repugnância deixariam o lugar, em que nasceram e por tantos anos tinham vivido, sobre tudo tendo a certeza de que iam por si ao serviço de quem deles procuraria tirar, pelo trabalho, maior proveito do que os frades Carmelitas, procurou adoçar-lhes os ânimos, mimoseando-os com roupas e outros donativos.

Mostrara-se os escravos dóceis e mesmo resolvidos a partir, e tendo o Dr. Camilo Gavião determinação seguir adiante para São Paulo, deixando o cidadão Guilherme Witaker encarregado de levar os escravos, escolheu um dentre eles para o acompanhar como seu pagem, o qual na ocasião de partir declarou formalmente, que não seguiria se não com seus companheiros, ao que anuiu o mesmo doutor.

Tal foi o primeiro passo de desobediência, ao qual outros deviam seguir-se.

Tendo partido o Dr. Camilo Gavião, o seu preposto fez um ensaio de saída com os escravos; estes, porém, sob mil pretextos fúteis, diziam não poder seguir, e de alguma sorte pareciam opôr-se à acompanhar aquele preposto, dizendo-lhe - "que só se tinham por escravos de Nossa Senhora do Carmo".

Em vista disto o Delegado foi á fazenda e ali interrogando alguns dos escravos, teve em resposta - que estavam resolvidos a não seguir porque eram só escravos de Nossa Senhora, e que nas mesmas disposições estavam todos os seus companheiros; e se o Delegado melhor o quizesse saber, chamasse á revista todos, que elles assim o declarariam. Observou o Delegado ao cabeça Firmino os inconvenientes desta obstinação; respondendo-lhe - que eles tinham a caoeça no seu lugar e sabiam o que faziam -.

A vista disto foi que o Delegado me dirigiu a comunicação de 28 de Abril.

Devo acrescentar que os escravos estavam, quando ali cheguei, persuadidos de que haviam da parte do governo o que quer que fosse em favor deles; e esta persuasão aumentava-lhes a desobediência e nasceu-lhes erradamente, de terem conhecimento de que a tesouraria provincial decidira que os Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião não podiam deixar de pagar o imposto de saída dos escravos ou presençar fiança do pagamento.

Isto posto, cumpria-me obrar de sorte que,

sem auxiliar a realização de interesses, de cuja legitimidade se não me tinha dado provas, não acoçoasse aos desobedientes por meio de medidas, que povessem claramente em dúvida o direito dos que se diziam arrendatários dos escravos, direito, que aliás podia em pouco tempo ser aprovado.

Bem ou mal os Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, mesmo perante os escravos eram tidos como arrendatários, cumpria-me pois não tirar ao seu preposto a força moral necessária para com os escravos.

Deixando de empregar a força, que para ali fora remetida importaria acoçoamento aos escravos em suas disposições e a convicção de que realmente, o governo os favorecia, e então ajuize V.Ex. que males poderiam resultar.

Acresce que, nessa desobediência poderia talvez haver o germen de uma futura insurreição, e cujo desenvolvimento cumpria matar ao nascer.

Havia, entre os escravos, onze, que por seus gênios e más disposições eram os cabeças da desobediência e que podiam incitar os demais a fatos mais graves, prendi-os.

NO dia 10 de Maio, cercada a fazenda, fiz vir para o terreiro dela todos os escravos, e procurando o principal cabeça - Firmino - tinha-se este ocultado e sendo encontrado opôz-se á prisão e foi necessário o devido emprego da força para realiza-la.

A prisão deste tentaram opôr-se alguns dos outros, que tiveram de recuar ante o emprego da força. Guardados devidamente os escravos, ordenei um rigoroso exame em todas as senzalas. Além de um grande número de facas e facões de serviço do campo, foram encontradas algumas espingardas carregadas com balas.

Rementendo para a Cadeia de Castro e desta Capital os presos, declarei ao preposto dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião que eu não podia auxiliar com a força pública a remessa dos escravos, visto não se me ter mostrado a legitimidade do arrendamento, e que se indiretamente havia o auxílio moral, pela prisão dos cabeças da desobediência, fora meu fim principal e único prevenir, pela prisão deles, os males, que podiam resultar do meu contado com os outros, e que outrossim autorisava ao Delegado a suspender a saída dos escravos, que ficavam, se da parte deles houvesse qualquer procedimento, que fizesse receiar perturbação da ordem pública.

Felizmente porem isso não se deu, e os escravos seguiram para São Paulo com o preposto, como depois me foi comunicado, tendo

aqui sido entregues os presos ao preposto dos Srs. Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião.

Não houve, é certo insurreição, mas a não se terem tomado as medidas empregadas, tora de presumir-se alguma perturbação, passageira ao menos, da ordem pública do município de Castro."

RELATÓRIO
DA TESOURARIA PROVINCIAL,
apresentado ao Presidente Pádua Fleury,
referente ao ano de 1 865,

"Os 11:800\$000, correspondentes ao imposto de saída de escravos, constituem dívida da casa comercial da cidade de São Paulo, que gyra sob a firma de Gavião, Ribeiro & Gavião.

Tendo-se recusado estes negociantes a pagar o imposto pelo qual prestaram fiança na coletoria de Castro, requereu precatória contra eles o Dr. Procurador fiscal.

Devolvida esta ao juízo deprecante, com a sentença do juízo dos feitos, nova precatória, que ainda não foi devolvida, apesar de terem decmndos cerca de tres meses.

A dificuldade em cobrar-se a importância das letras, que representam impostos dos registros, procede da facilidade com que outrora os agentes fiscais aceitavam firmas desconhecidas, sem que ao menos indagassem do lugar de domicílio dos devedores".

Ainda em 1871 esta dívida não havia sido saudada.

No relatório do Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, datado de 15 de Fevereiro de 1871, conta o seguinte:

"Chegou ao meu conhecimento uma proposta da casa de Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião de São Paulo, sobre o pagamento de seu débito à Província. Entendo que não cabe em minhas atribuições entrar nessa transação, entrego-a a vosso esclarecido juízo para que se con-cordares com ela, como me parece conveniente, me autoriseis a realizar a transação e dar quitação.

PRIMEIROS VISITADORES DOS
SERTÕES DA PROVÍNCIA

Si não antes, pelo menos ao mesmo tempo que os primeiros estabelecimentos de portugueses no Brazil, creara o governo de Hespanha, para fazer-se respeitar nos vastos domínios do Prata, o seoposto militar, que logo tornou-se a cidade de Assumpção, uma das mais antigas da America. Os governadores de Assumpção erão homens escolhidos de propósito para a empreza gigantesca de installar no Novo Mundo um império que se fizesse depressa grande, poderoso e temido.

Admira-se o tino e a coragem da maior parte delles, quando se vê em pouco tempo explorado um tão vasto paiz, subordinadas as tribus selvagens que nelle campeavão e preparando às margens do rio-mar um futuro empório de riquezas para a Hespanha. Desde que foi estabelecido o presidio de Assumpção, cessarão, pela maior parte, as difficuldaaes com que tiveram de lutar os primeiros exploradores. E tão animados se virão os hespenhoes que, em suas explorações, passarão o rio Paraná que limitava a Leste as possessões de Hespanha e vierão fundar colônias no temtoVio que é hoje a parte occidental da nossa província. E é certo que a extraordinária fortuna dos hespenhoes era devida antes de tudo ao grande auxilio que tiveram dos Jesuítas. Souberão elles melhor do que os portugueses valer-se desse poderoso instrumento de cathechese e civilisação.

Sabido isso, tem-se como certo que o Oeste da província, antes que na parte littoral, se fizerão os mais sérios ensaios de povoamento e de estudo do paiz. E fora de toda duvida que as antigas cidades de Guayra, Villa-Rica e muitos outros reductos, de que hoje apenas restão mal distinctos vestígios no deserto, são de fundação muito anterior a de qualquer das cidades existentes da nossa província.

De facto, as chronicas e mesmo em resumo a historia do Brazil, sob a fé de alguns autores, conteem referencias a muitos desenhos que daquellas antigas colônias se espalharão por muitas partes ao território hoje pertencente á nossa província, uns visitando os sertões, outros perdidos, outros ainda perseguidos dos índios. Hernando Trejo, acompanhado até da própria família, vagueou pelas mattas que ficão ás margens do Iguassú e foi depois de muito soffrer nos sertões, fundar uma povoação em Santa Catharina. Melgarejo, que lançou os fundamentos de Viila-Rica sobre o Corumbatahy (no

entroncamento deste rio com o Ivahy), perseguido aos selvagens sublevados, percorreu grande parte dos sertões do Oeste ate dar ao Pirapó, onde se formou um núcleo de colonos. O próprio Irála, governador de Assumpção, no tempo em que veio a Guayra pacificar os indígenas levantados em todo o paiz, vizitou em pessoa todos os reductos e postos oe Hespanha.

Cabezza de Vacca, outro Governador de Assumpção, fez a viagem por terra oe São Vicente á sede do governo, atravessando todo o interior da nossa Província e passando estreito do grande Salto do Paraná. E tradicional mesmo que Cabezza de Vacca, em sua excursão, entendeu-se com um poderoso chefe indígena chamado Abapani, de que recebera muita prova de adhesão e de cordura. Ora, o tal Abapani, dizem as memórias, tinha suas tendas no território que fica entre os Rios Iapó e Pitanguy ou pouco mais ou menos, e por consequência parece indubitavel que Cabezza de Vacca passou por terras da comarca de Castro.

É claro portanto que forão os hespanhoes os primeiros a visitar o território da nossa província.

Temos em memória, entretanto, o nome de um official portuguez chamado Diogo Garcia, que viera para o Brazil com Martim Affonso.

Conta-se que o governador desejando mandar uma comissão ao interior das terras, e consultando os officiaes que comsigo trocera, vio por-se á frente de todos e offerecendo-se para affrontar os perigos de uma tal empreza o valente portuguez: e elegendo Garcia os companheiros de que necessitava, poz-se em marcha para os sertões. Combatido em alguns logares, recebido benevolmente em outros, luctando com a rudeza dos dezertos, com as inteperies e toda sorte de perigos e obstáculos de uma natureza em bruto, Diogo Garcia internarase demais, indo dar consigo quasi ao Grande Chaco, onde depois de algum tempo perecera.

Este Garcia, certamente, foi um dos primeiros portuguezes que conhecerão terras da nossa província.

Alguns dos companheiros deste Garcia, conseguindo voltar a São Vicente, espalharão ali a noticia de que em região muito longínqua existiam fartos cabedaes, talvez o procurado El-Dourado que punha em jogo a cabeça de tantos aventureiros. Essa noticia accendeo a ambição.

IV NOTAS HISTÓRICAS

Dando publicidade as - NOTAS HISTÓRICAS - infra transcriptas, não temos em vista senão concorrer com o nosso subsidio intellectual, para que seja levada a effeito a - HISTORIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ - cuja coordenação está sendo feita por um distincto paranaense, Senhor Rocha Pombo, a cujo talento rendemos homenagens. Deixamos, porem, de seguir a ordem chronologica, que se faz mister observarem uma tal especialidade, e de externar o nosso juizo crítico acerca de certos episódios que temos de narrar singelamente, afim ae evitar, não só delongas na respectiva collecta, como também para que cada um ajuize, como melhor entender, da influencia, que tiverão entre os nossos antepassados, os factos que passamos a expor. E, sendo assim, seja-nos permitido entrar em assumpto:

Nota 1ª

REPÚBLICA DE PARANAGUÁ
"Paranaguá, 16 de Julho de 1821.
José. (?)

Como me destes notiça da vossa chegada estimarei que achasses a vossa caza em paz - pelo João Bandeira recebi hum recado vosso em que me pedias num bocado de fumo para tabaco - remeto por Bento Alves do Campo Largo hum embrulno com 4 varas - estimarei saia bom pois melhor o não ha' - quando haja remeterei - por aqui prezentemente ha algumas novidades - em Santos a Tropa se levantou e deu um saque e morrerão algumas pessoas sendo hum o Bet(?) e me dizem que alguns destes ladroins tem aparecido no Barrador (Varadouro ?) - aqui no dia de ontem esteve a corja no mesmo em ocasião de jurar as vozes da Constituição - que querião aqui Governo Provizorio e tendo virado os Melicianos todos para que não estivessem pelo Governo de S.Paulo - mas algumas pessoas Prudentes desvanecerão tudo - sendo o Brito(?) o que mais trabalhou a semelhante respeito para desvanecer a tropa - e não achando para seo partido senão Francisco(?) - Bento(?) e Jozé Ricardo(!?) e Capitão Mór e Paulinha(?) e Padre Vicente e Antônio José da Costa e tudo mais a favor, e tudo ficou em paz - e já athé com deputados aqui nomeados - sendo authores de tudo isto - o Sargento mor Rocha(?) e S.Mr.Lustoza e para Presidente tinhão o governador - e Ouvidor para vice presidente - o Sá - d'essa - para SecretaVio da Guerra - para o In-

terior José Luiz Pereira - Deputados pela Agricultura Bento Gonçalves e José Gonçalves - Pelo Comercio Capitão mór e Bentote - Pela Marinha o Capitão Amaral(?) - do Pilar e pela Tropa o Coronel dessa Jacintho(?) e Sargento mor Bastos e Peio Clérigo o Padre Antônio - dos Morretes e Padre Manoel(?) - mas não poderão conseguir tudo isto - o que se deve a Bentote e o Alves e o Brito em que tem tido athé dos seus Emulos vivas pela maneira e valor com que se portou - querendo estes mãos homens devidir isto de S.Paulo sem pés nem cabeça - dia que aqui houve muito medo e no fim não faltarão calças b... a ponto que(?) Floriano(?) falou ficando como hum negro - e não sei o que se passará com estes cabeças de motim. Maneco(?) foi para S.Paulo e Padre Manoel e Chrispim e sendo hum nomeado Vigário mais agora deo parte de doente e não vai e hoje penço entam em S.Paulo todos Deus queira tudo se arrume em bem. Lembranças á Catharina que com mais vagar lhe escreverei e que recebi pela mulher de Joaquim Antônio o que me remeteo e que escreva e vós o mesmo pois eu me he necessário pedir a quem me escreva e por isso o não faço mais a miúdo lembranças a tudo quanto vos pertence e o Capitão Simão(?) e José Antonio(?).

vossa Maim

Cordua."

A margem do verso: - "Eu nada fiz a Senhora D. Cordula he quem me quer fazer o favor assim como outras pessoas por n'Yestimar. - he necessário Lembrar que dos nomiados nem hum convinna e nem aqui se acha vão e seo José Luiz(?) único que acertaria para melhor roubar e não pagar a quem devem ou saquiam. Brito."

Observações: O original, donde extrahimos a seguinte nota histórica, está em nosso poder; e damos lhe grande valor, visto achar-se reconhecida, de ordem superior, a firma da respectiva assignatura, D.Cordula, pelo tabellião de notas da cidade de São Paulo.

Curitiba, 15 de Outubro de 1886. Nivaldo Braga.

Nota 2'
VENDA DA CAPITANIA DE
SANTO AMARO

D.Luiz d'Athayde de Castro Noronha, Marques de Cascaes e herdeiro do primeiro donatário da capitania de Sancto Amaro, se propoz a vender 60 léguas de terras das 80 que possuía ao longo da costa do Brazil, que herdara de Pedro Lopes de Souza e que constituíão o seu patrimônio; e ajustou com o governador de São Paulo, José Góes de Moraes, uma tam venda mediante a retribuição pecuniária de quarenta mil cruzados, afora quatro mil, que receberia de luvas, em um só pagamento. Impetrado o beneplacido regio, que se fazia precizo, El Rei Dom João V authorizou uma tal compra, por conta do erário publico, declarando, entretanto, que as terras, que constituíão a antiga doação da capitania de Santo Amaro, passarião ao domínio excluzivo da Coroa Portugueza. E, como de facto, a compra acima adduzida e a respectiva quitação, realizarão-se a 11 de Setembro de 1711, sendo procurador do Marquez de Cascaes, José Corrêa Barreto.

Nota 3°
GUARDA CÍVICA

O decreto de 3 de Outubro de 1822 approvou a criação da Guarda Civica, mandando que se denominasse: SUSTENTACULO DA INDEPENDÊNCIA DO BRAZIL. O governador de São Paulo, em portaria de 22 de Outubro de 1822, participou um tal acto do governo de D.Pedro I ao governador de Paranaguá.

Nota 4°
ADHESÃO A D. PEDRO I

A câmara municipal de Paranaguá, em v'reança geral de 5 de Outubro de 1822, resolveu, perante todas as auctoridades civis e militares e o povo, que se mandasse uma representação ao príncipe D.Pedro pelo bom êxito de sua viagem a São Paulo, e que também contasse com a adhesão dos Paranaguenses (Mais tarde Coritybanos ou Paranaenses) na causa da Independência do Brazil. Representação essa que foi assignada pelo ouvidor subrogado, Dr. José D'Azevedo Cabral, pelo governador de Paranaguá, Coronel Belstim, pelo commendador José Victorino Rocha, pelo clero, pelos officiaes de Milícias e Ordenanças, subscrevendo-se ao todo quarenta e nove cidadãos, quer da nobreza,

quer do clero e do povo.

Nota 5°
ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I

Em sessão solenne da Câmara Municipal de Paranaguá, em vereança de 12 de Outubro de 1822 e perante todas as auctoridades civis, militares e ecclesiasticas da commarca, foi D. Pedro I aclamado: Imperador do Brasil, e, como tal, foi lhe jurado obediência e fedelidade, assignando a respectiva acta cerca de setenta e seis pessoas da nobreza, do clero e do povo. Cantou-se um Te Deum Laudamos; salvarão a fortaleza da ilha do Mel e as embarcações surtas no porto da cidade; e houve guarda de honra, luminárias e vivas.

Nota 6°
DÉCIMA URBANA

O alvará regio de 27 de Junho de 1808 estabeleceu a décima urbana.

Nota 7°
REINO DO BRASIL

Em vereança de 12 de Março de 1816 foi apresentada a Câmara Municipal de Paranaguá a Carta de Lei pela qual S.A.R. o Príncipe Regente D. João elevou o Brazil a cathogoria de Reino. Por tal motivo, houve tres dias-(17, 18, 19) de luminárias e, no ultimo, Missa cantada, Te Deum, Procissão, exposição do Santíssimo Sacramento, etc.

Nota 8°
CARTA REGIA DE D. JOÃO VI

"Antônio José de França e Horta, do meu conselho, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo.

Amigo, Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente o vosso officio, e o da Junta, que segundo as minhas reaes ordens convocasteis para dar principio ao grande estabelecimento de povoar os campos de Guarapuava, e de civilisar os índios bárbaros que infestão aquelle território e de por em cultura todo o paiz que de uma parte vae confinar com o Paraná, e da outra forma pelas cabeceiras do Uruguay, que depois rega o paiz das Missões e communica assim com a Capitania

do Rio Grande; e tendo em consideração tudo o que me expuzestes e os votos dos deputados da vossa Junta; Hei por bem conformar-me com os acertados e bem fundados votos dos coronéis João da Costa Ferreira e José Aroxe de Toledo Rendon, que vos ordeno, e a Junta se não dê base ao plano que deveis seguir, e organisae para realizar as minhas paternaes vistas; portanto, considerando que não é conforme os meos princípios religiosos e políticos o que estabelecer minha autoridade nos Campos de Guarapuava; e territórios adjacentes por meio de mortantade e crueldade contra os índios, extirpando as suas cazas, que antes dezejo adiantar por meio da religião e civilisação até para immensões sertões, que só desejo usar a força com aquelles que offendem aos meus vassallos para não ficarem desertos tão dilatados, e immensos sertões e que regeitem os brandos meios de civilisação que lhes mando offerecer, sou servido ordenar-vos que prescrevais em meo real nome ao commandante que segundo vossa proposta tem por bem nomear para dirigir esta expedição, que nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaesquer indios, facão toda a diligencia por aprisionar alguns, os quaes tratarão bem e vestirão de camisa, ou outro vestuário e fazendo-lhes persuadir pelas línguas que se não quer fazer mal, e antes se deseja unir a paz com elles, e defendel-os dos inimigos, e que então as largue e deixe ir livres, para que vão dizer isso mesmo aos índios da sua espécie com quem vivem; que dando-se o caso de encontrar os seus arranchamentos não lhes deite fogo, e nem facão violência as mulheres e crianças que nos mesmos se acharem, antes lhes dêem camisas, e facão persuadir pelas línguas que nem hum mal se ha de fazer ao índio pacifico habitador do mesmo território. Que ao mesmo commandante seja muito recommendado o vigiar que a sua tropa não tenha communicação com as índias, e nem sahião de noite fora do recinto, castigando severamente todos os que desobedecerem estas minhas reaes ordens, tendo o commandante sempre presente que deve tratar os índios como filhos, a respeito de castigo que merecerem, porem não se fiando nunca, e descuidando, visto que a experiencia tem mostrado que os povos barbaras ou por um mal entendido... ou por qualquer incidente cahem em actos de violência não esperados, e levão então sem motivo a sua crueldade e vingança a hum ponto superior a toda a expectação, fica ao vosso cuidado recommendar ao commandante da expedição que tente todos estes meios antes de ver os de força, que só praticarão depois que experimentar a

inutilidade destes, tendo também todo o cuidado que as casas das povoações que for erigindo de novo sejam espaçadas umas das outras, para que si os índios lançarem fogo a algumas d'ellas as outras possam salvar, cobertas quando for possível de telhas, ou trincheiras de madeira que assuste o índio roubador.

Muito vos hei por recomendado que fazendo partir o commandante com a tropa de linha e artilharia de calibre 3, que julgardes, e comvosco a junta proporcional a essa expedição tentada alem da tropa Miliciana, facção juntamente partir dois Religiosos, ou Sacerdotes de zelo exemplar e de luzes que sejam encarregados não só de cathequisar, e instruir os índios, mais de vigiar que com elles se não pratique violência alguma, senão aquella que for necessária para repellir a sua natural rudeza e barbaidade.

Autorizei ao commandante para alem das Sesmarias concedidas pelo governo, possa repartir os terrenos devolutos, em porções pequenas pelos povoadores pobres, pois que estes não tem forças para obterem sesmarias, e que reserve sempre uma légua de campo e matos ao redor das povoações que for estabelecendo, para communs logradouros.

Sendo muito util a comunicação das Capitancias de S.Paulo, e Rio Grande pelos Campos que vertem para o Uruguay, e parão perto do paiz de Missões - Ordeno-vos entendais com o governador do Rio Grande, como também lhe mando directamente significar para que ambas as Capitancias nos seus respectivos territórios, e dentro dos limites do rio Pelotas ou pelo alto da Serra, como d'antes era, concorreo com os meios necessários a fazer esta estrada, quanto antes transltavel de maneira que se consiga assim uma mais fácil comunicação das duas Capitancias, e por este meio com esta Capitania, que assim communicará com ambas mais facilmente. Não sendo possível destrahir coisa alguma das rendas das Capitancias de S.Paulo, que todas se achão applicadas ao objecto de maior urgência, Sou Servido Ordenar que pelo espaço de dez annos se cobre no Registro de Sorocaba um novo tributo de 200 reis nos primeiros cinco annos sobre toda a cabeça de gado Vaccum e Cavallar que passar pelo mesmo Registro, vindo do districto de Itapetininga, inclusive para o sul, findos os primeiros cinco annos, de cem reis que continuava assim só por metade nos últimos cinco annos, o qual será applicado pura e simplesmente a nova ex-

pedição que tenho ordenado; e para esse fim ordenarei a Junta da Fazenda que proceda logo estabelecer esta imposição e fazel-a arrecadar, do modo que julgar mais util a minha Real Fazenda e faça entregar o producto da mesma a Nova Junta de Guarapuava de que vos criei presidente para que ella proceda a fazer a devida applicação para as sobreditas despezas.

Conformando-me com a vossa proposta fui servido nortear a Diogo Pinto Portugal para commandante desta expedição, e por este motivo o nomeio Tenente Coronel do Regimento de Milícias de que era Sargento Mór, com soldo de Sargento mor de Cavallaria, esperando que se distinga pelo zelo com que hade promover a grande commissão de que o encarreguei e ao mesmo ordenarás que faça concorrer os fazendeiros de Corityba e Campos Geraes proporcionalmente a suas forças com alguns escravos para a abertura da estrada que obrigue também a esse trabalho todas as pessoas que não tiverem estabelecimentos fixos de criação e lavoira isto porem por seo turno, e temporariamente e com a devida moderação; devendo também os fazendeiros concorrer segundo as suas posses com gado para os trabalhadores, e os lavradores com farinha e feijões, mas tudo isto com tal moderação que não dê a queixa alguma.

Igualmente farei declarar que todas as pessoas que quizer ir povoar os Campos de Guarapuava, não será constrangido pelo espaço de seis annos a pagar divida alguma que deva á Fazenda Real e que pelo tempo de dez annos não pagará dízimos das terras novas que roçar, nem outro direito parochial, senão o que for necessário para o mantimento e tratos do Cura que alli se estabelecerem.

Igualmente vos ordeno que façais remetter para os campos de Guarapuava á todos os criminosos e criminosas que forem sentenciados a degredo cumprindo alli todo o tempo de seo degredo.

João. Príncipe Regente. Rio de Janeiro.
1 de Abril de 1809.

Observação - Nivaldo Braga não publicou a nota numero nove. J.M.

Nota 1 0.^a
SERTÃO DO TIBAGY

(Taba-aldeã, gy-Machado, isto é: Feitura de Machado).

Por portaria de 6 de Fevereiro de 1761 do Governador de São Paulo D. Luiz, dirigida a Afonso Botelho de São Paio e Souza, foi ordenado que sem perca de tempo se fizesse marchar quatro bandeiras de cem homens cada uma, com os respectivos officiaes e equipadas das munições precisas para seis mezes, afim de investigar os sertões de S'Oeste e descobrirem a região do Tibagy.

Uma tal expedição deveria partir de Paranaguá e entrar pelos rios Grande do Registro (I-guassú) e Tibagy, indo parte do seo pessoal por terra. E assim, começou a povoação superior do Tibagy.

Nota 11 :
FUNDAÇÃO DE MORRETES

O Capitão Antônio Rodrigues de Carvalho, e sua mulher Dona Anna Maria Setúbal, moradores das margens do Cubatão (Nhundyakuará) querendo ser protetores da capella que se projectava então edificar no pequeno povoado mineiro dos Morretes, requererão ao Vigário Capitular de São Paulo e Arceidiago da Sé, Dr. Matheus Lourenço de Carvalho, licença para poderem levar a effeito uma tal construcção: Concessão essa que lhe fora dada por provisão de 5 de Junho de 1769, devendo os respectivos oragos serem o Menino Deos e Nossa Senhora do Porto. Effectuada a edificação da capella adduzida, o Vigário de Paranaguá, Padre Francisco Meira Colasso procedeu a benção precisa em 21 de Julho de 1769, declarando anteriormente os seus fundadores que constituirão patrimônio da Matriz dcs Mineiros do Rio do Pinto, Anhaya, Pennajoia, Cabrestante e Marumby uma moradia de casa que possuem na travessa da Matriz de Paranaguá e outra que havião construído sobre o Cubatão, onde se assentara a sede da povoação dos mineiros de Morretes.

No^a 1 2^
O CONDE DA ILHA DO PRÍNCIPE SE
EMPOSSA DA CAPITANIA DE PARANAGUÁ

A Câmara Municipal de Paranaguá, em sessão extraordinária de 28 de Fevereiro de 1655 deu posse ao Conde da Ilha do Príncipe, assignando a respectiva acta Manoel de Lemos, João Maciel, Antônio Manoel Lopes e João Rodrigues Ribeiro; e do mesmo modo, procederão as Municipalidades de Ytanhaes e de Yguape, esta a 22 e aquella a 25 do mesmo mêz e anno supra citados.

Nota 1 3^
REPRESENTAÇÃO POPULAR

Em vereança de 2 de Outubro de 1659, a Câmara Municipal de Paranaguá ouviu a representação de seus municipes, que havião requerido ao Capitão mór, Gabriel de Lara, impetrando-lhe a graça de não atender a ordem do Governador Geral do Brazil que determinara que os indios Carijós, empregados até então na mineração de ouro, se recolhessem ao Rio de Janeiro.

Nota 1 4^
FUNDAÇÃO DOS QUINTOS

No decurso do anno de 1697, estabeleceu-se em Paranaguá a Real Casa de Fundição de Quintos d'Ouro, a qual achava-se situada na Rua do Collegio. Ahí se fundirão ou quintarão todo o ouro extrahido das minas de Paranaguá, Morretes, Corityba, São José dos Pinhaes, Campos Geraes, etc. Até então, se remettia, com grande difficuldade, o producto das minas da Capitania de Paranaguá ás officinas de Yguape ou do Rio de Janeiro, onde era beneficiado; porem, semelhante inconveniente cessou, desde que o povo reclamou, em sessão de 2 de Outubro de 1655, na Câmara Municipal de Paranaguá; creando-se assim, em 1697, a Fundição de Quintos Paranaguenses, que fora a terceira existente na costa do Brazil.

Observação: Nivaldo Braga não publicou a nota 15, J.M.

Nota ^ 6^
IMPORTÂNCIA DA MUNICIPALIDADE
DE PARANAGUÁ

A Câmara Municipal de Paranaguá gozou, no tempo do governo colonial, das mesmas prerogativas e regalias que lograrão então as municipalidades do Porto e do Rio de Janeiro; sempre foi assaz considerada pelas authoridades da Capitania de São Vicente; salientou-se bastante entre as principaes edilidades do Brazil; merecendo muita attenção de El-Rei DJoão V, que tudo lhe concedia desde que impetrado; e por vezes se oppoz as arbitrariedades dos governadores militares, capitães mores e vigários foreanos que exercião sobre o povo um mandato despotico senão tyrano.

Nota 1 7°
LÍVRO TOMBO

D. Maria I expediu, por intermédio do Conselho Ultramarino, a provisão regia de 20 de Julho de 1782, ordenando que se creasse em todas as Municipalidades do Brazil um Livro de Tombo, onde fossem escriptos todos os acontecimentos notáveis que se dessem nas capitânicas na Nova Luzitania. Em virtude de uma tal provisão, que se acha transcripta em um livro de Registros da Câmara de Paranaguá, creião-se em todas as municipalidades do Brazil livros de Registros, chamados também do Tombo, encarregando a de Paranaguá, ao vereador Felix Bento Vianna que registrasse, em um livro que para tal fim se preparara a 2 de Dezembro de 1785 e que denominou-se "Livro para se registrar as memórias annuaes dos novos estabelecimentos" ou "Livro do anno de 1785". Consta segundo affirma o chronista Antônio Vieira dos Santos, que no Livro de 1785 se registrarão diversos factos notáveis dos tempos coloniaes anteriores ao anno de 1812; havendo, entretanto, desaparecido do Paço Municipal de Paranaguá um tão precioso livro.

Nota 1 8°
BRIGUE SANTA CRUZ

Em 1827 o Ministro da Marinha, por intermédio do Presidente de São Paulo, commissiou ao Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos, da factura do brigue de guerra - Santa Cruz -, que fora construído nos estaleiros do Arsenal de Paranaguá e lançado ao mar em 1830.

Nota 1 9°
ALFÂNDEGA DE PARANAGUÁ

Em 6 de Agosto de 1827, sendo Vice-Presidente de São Paulo e Presidente da Juncta da Fazenda, Luiz Antônio Neves de Carvalho, foi installada a Alfândega de Paranaguá, cujo pessoal aduaneiro compunha-se do modo seguinte: Juiz, Capitão Francisco Alves de Paula; Thesoureiro, Tenente-Coronel Manoel Francisco Corêa; Escrivão, José Luis Pereira; e Meirinho, servindo também de continuo, Thomé Mariano da Rocha.

Nota 20°
CAPITANIA DE PARANAGUÁ

A Câmara Municipal de Paranaguá em 6 de Julho de 1811 impetrou de El-Rei D. João VI, então Príncipe Regente, a graça de constituir de sua Comarca uma Capitania independente da de São Paulo comprehendendo em sua circunscrição administrativa os municípios de Paranaguá, Curityba, Antonina, Cananéa, Iguape, Vila Nova do Príncipe (Lapa), Lages e Castro.

Nota 21 ?

Por provisão do Bispo do Rio de Janeiro de 9 de Outubro de 1738 foi approvedo o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pillar da Graciosa de Antonina.

Nota 22°
DESTACAMENTO

Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador de São Paulo, mandou, em 1799, destacar em Paranaguá sessenta praças de pret, sob o commando de um alferes, que em 1802 se recolherão novamente a São Paulo.

Nota 23°
PUZ VACINICO

Antônio José de França e Horta, Governador General da Capitania de São Paulo, mandou em 1805 um ajudante cirurgião a Paranaguá com puz vacinico, afim de vacinar o povo.

Nota 24°
SARAMPO

No decurso do anno de 1805, morreu, na comarca de Paranaguá, muita gente de sarampo.

Nota 25°
PROHIBIÇÃO DE PESCA

O ouvidor e corregedor Dr. Antônio de Carvalho Fontes Henrique Pereira, em provisão de 21 de Outubro de 1806, que fez em Paranaguá, prohibiu a pesca na Lage, Ilha Bonita, Ilha dos Porcos, nos pontaes de Guarakessaba e do

Ytaky bem como em outras Pesqueiras sob pena de 30 dias de prisão, além de 2\$ e do dobro no caso de reincidiario, sendo metade para a Municipalidade e outra metade para a compra de peixe dos captivos.

Nota 26?
REPRESENTAÇÃO DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

As Câmaras Municipaes de Corytiba, Antonina e Morretes representarão, em 26 de Abril de 1850, a Assembléa Legislativa Geral, pedindo que se creasse da Comarca de Curytiba uma Província.

Nota 27*
PAULA GOMES

Em 5 de Junho de 1847 o benemérito cidadão Francisco de Paula e Silva Gomes mandou, por intermédio do cidadão Floriano Bento Vianna, inserir no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro um artigo, no qual demonstrava a necessidade que havia em separar-se a Comarca de Curytiba da Província de São Paulo.

Nota 28*
MARINHA MERCANTE DE PARANAGUÁ

No decurso do anno de 1850 a Marinha Mercante de Paranaguá era representada pelos seguintes veleiros:

Barca Rufina, de 305 toneladas, pertencente ao Sr. Hyppolito José Alves;

Barca Entre-Riana, de 275 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Leocadio d'Oliveira;

Bergantino Caryjó, de 245 toneladas, pertencente ao Sr. José Leandro da Costa, e João Antônio dos Santos;

Bergantim Belisario, de 233 toneladas, pertencente ao Sr. Hyppolito José Alves;

Bergantim Águia de Prata, de 202 toneladas, pertencente ao Sr. Joaquim Antônio Guimarães e Manoel Araújo Guimarães;

Bergantim Maria Rosa, de 126 toneladas, pertencente ao Sr. Hyppolito José Alves;

Bergantim Cascudo, de 227 toneladas, pertencente ao Sr. Joaquim Antônio Guimarães, José Francisco Barroso e Manoel Antônio Guimarães;

Bergantim Pereira, de 166 toneladas, pertencente ao Sr. José Antônio Pereira Alves;

Bergantim Pedro II, de 248 toneladas pertencente ao Sr. José Ferreira da Silva;

Bergantim Cacique, de 184 toneladas, pertencente ao Sr. José Joaquim d'Oliveira;

Bergantim Califórnia, de 182 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães e Companhia;

Brigue-escuna Cabocla, de 104 toneladas, pertencente ao Sr. Francisco Alves de Paulo;

Patacho Constante de 63 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel da Silva Marques;

Patacho Legalidade, de 67 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Patacho Lourença, de 133 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Francisco Corrêa;

Patacho Maria, de 40 toneladas, pertencente ao Sr. José Antônio Pereira da Silva;

Patacho Feliz Conceição, de 61 toneladas, pertencente a Sra. D. Genoveva Gonçalves do Nascimento;

Sumaca Mariana, de 51 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Escuna Estrella Brilhante de 41 toneladas, pertencente ao Sr. João Gonçalves Guimarães;

Escuna Anna Maria, de 48 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel José da Rosa;

Escuna Espadarte, de 54 toneladas, pertencente ao Sr. Domingos Thadeu Ferreira;

Hiate Sociedade, de 24 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Hiate Isabel, de 20 toneladas, pertencente ao Sr. Antônio Pires da Costa;

Hiate Marmello, de 20 toneladas, pertencente ao Sr. Antônio José de Araújo;

Hiate S. Joaquim, de 18 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Hiate Innocente, de 23 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Leocadio d'Oliveira;

Hiate Paranaguá, de 16 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Francisco Corrêa;

Hiate Guimarães e Cordeiro, de 26 toneladas, pertencente ao Sr. Ricardo Gonçalves Cordeiro;

Hiate Sociedade Feliz, de 30 toneladas, pertencente ao Sr. Antônio Goularte da Silveira;

Hiate Saquarêma, de 29 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Hiate Caipira, de 21 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Hiate Nova Providencia, de 37 toneladas, pertencente ao Sr. Manoel Antônio Guimarães;

Hiate Maria Luiza, de 18 toneladas, pertencente ao Sr. Antônio Luiz do Nascimento;

Hiate Carolina, de 23 toneladas, pertencente ao Sr. José Francisco Corrêa;

Hiate Robalinho, de 23 toneladas, pertencente ao Sr. Antônio Gomes;

Hiate Domingos, de 14 toneladas, pertencente ao Sr. José Antônio Pereira Porto;

Hiate Anna Rosa, de 24 toneladas, pertencente ao Sr. José Alves de Lima.

Nota 29°
BURRA VIOLADA

Sendo Inspector da Alfândega de Paranaguá, João Chrisostomo Pupo, foi a burra da respectiva Thesouraria violada em os dias 14 e 21 de Fevereiro de 1844, descobrindo depois, por modo mysterioso, a quantia de 31:614\$000 rs. faltando tão somente, segundo affirma o chronista Antônio Vieira, 615\$000.

Nota 30°
DÍZIMO SOBRE OS
QUINTOS DOURO

Os dízimos sobre os quintos reaes foram cobrados em virtude da provisão regia de 18 de Fevereiro de 1719, expedida por El-Rei D.João V.

Nota 31 ?
ESTANQUE REAL

Por provisão regia de 7 de Fevereiro de 1701 foi prohibido o commercio entre as capitania da Bahia e de São Paulo que permutavão gado e vidualhas por mercadorias importadas de Portugal.

Nota 32°
O MARQUES DE CASCAES SE
APOSSA DE PARANAGUÁ

Em vereança de 15 de Março de 1660, o capitão mór Gabriel de Lara, tomou posse, em nome de D. Álvaro Pires de Castro e Souza, Marques de Cascaes, da villa de Paranaguá: A Municipalidade foi, para isso, encorporada a casa da residência daquelle logar tenente do novo donatário, e, ahi, depois de empossado, assignarão a respectiva acta os cidadãos Bartolomeu Sanches, Manoel Duarte, Affonso Antônio, Francisco Gomes, Francisco Pinto, Antônio Nunes, Christovão Urzella, Manoel Coelho, João Velloso de Miranda, Antônio Duarte, Valentim da Cunha, Estevão de Fontes e outros.

Nota 33°
CAPITANIA DE PARANAGUÁ

O Marques de Cascaes, querendo expellir o Conde da Ilha do Principe, donatário de Itanhaem e que então se achava de posse da villa de Paranaguá, elevou, no decurso de 1656, esta ultima povoação ao predicamento de sede de capitania, sob o designativo de - Capitania de Paranaguá -, e inteiramente independente das de São Vicente'e de Santo Amaro.

Nota 34°
VILLA DE PARANAGUÁ

A povoação de Nossa Senhora do Rosário, fundada pelo capitão de canoas de guerra Theodoro ou Eleodoro Ebano Pereira, que tinha muita influencia entre os indios mineiros, visto ser administrador das minas do Sul de São Vicente, foi erecta em villa por foral de El-Rei D.João IV e installada a 26 de Dezembro de 1648 pelo Syndicante Dr. Manoel Pereira Franco que ahi então se achava em visita; havendo, entretanto, em 6 de Janeiro de 1866, em nome de El-Rei D.João IV e ordem de Duarte da Costa Vasqueannes ou Vasques Ennes, governador do Rio de Janeiro, sido inaugurado o seu pellourinho. (6/01/1866? Cf. Leão, E.A. **DICIONÁRIO...**, aponta o ano de 1646). N.O.

Nessa occasião teve logar a eleição dos juizes e officiaes bem como a nomeação dos empregados da Câmara Municipal que deverião se encarregar da governança do Municipio. Então, o Marquez de Cascaes nomeou capitão-mór, ouvidor e seu logar-tenente a Gabriel de Lara, que era o homem mais potentado do local e concedeu-lhe diversos privilegios.

Nota 35?
FESTEJOS PELA COROAÇÃO DE
D. JOÃO VI

Em virtude da portaria de 13 de Janeiro de 1817 do Governador Geral de São Paulo, Conde de Palmas, festejou-se e, Paranaguá, em 6 de Abril subsequente, a exaltação de D.João VI, como Rei de Portugal, Brazil e Algarve, fazendo-se então preito de homenagem e jurando-se-lhe obdiencia, conforme a Pragmática da Monarchia Portugueza.

Nota 36?
JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO
POLÍTICA DO IMPÉRIO
DO BRAZIL

Em vereança de 24 de Abril de 1824, reuniu-se, conjunctamente as autoridades civis, militares e ecclesiasticas, etc, a Municipalidade de Paranaguá, afim de ser jurado o Projecto da Constituição que D.Pedro I offerencia ao Brazil, assignando a respectiva acta cerca de 80 (oitenta) pessoas e havendo, em acto continuo, Te Deum, tres descargas de alegria, muitos vivas, e, á noite, luminárias.

Nota 37?
COMMARCA DE CURYTIBA

O alvará de 19 de Fevereiro de 1812 regularizou a commarca de Curytiba, cuja sede deixou desde então de ser a villa de Paranaguá.

Nota 38?
LIMITES COM MATTO GROSSO

A província do Paraná é limitada com a de Matto Grosso pela linha do thalweg do rio Paraná, em virtude da provisão do Conselho Ultramarino de 2 de Agosto de 1748; não se sabendo, entretanto, a qual das duas circumscripções territoriaes pertencentes as ilhas do magestoso rio.

Nota 39°
CAPITÃES MORES DA LAPA

A povoação de Santo Antônio da Lapa, conhecida também pelo cognome de "Villa Nova do Príncipe" - teve dous capitães mores, sendo: o primeiro, Francisco Teixeira Coelho, natural da cidade do Porto, em Portugal, e um dos ascendentes da importante família - Pacheco -, que reside nos Campos Geraes; e o segundo, seu filho Francisco de Paula Teixeira Coelho.

Nota 40^j
REPRESENTAÇÃO Á EL-REI
D. JOÃO V

Em 20, e, segundo outros, em 26 de Maio de 1720, a Municipalidade de Paranaguá impetrou de El-Rei D.João V a concessão dos privilégios que então logravão as Câmaras Muni-

paes de Lisboa, do Porto, da Bahia e do Rio de Janeiro, visto ter ella, por diversas vezes e em occasiões momentosas, soccorrido á Villa de Santos, ás cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, á Colônia do Sacramento e até á própria Bahia, com dinheiro, gente e vitualhas.

Nota 41°
COMMERCIO COM OS FRANCEZES

A Câmara Municipal de Paranaguá, em edital de 18 de Outubro de 1726, prohibiu que seus municipes commerciassem com os Francezes, que, por ventura, aportassem áquella Villa; e por edital de 20 de Abril de 1727, foi expressamente prohibido que os paranaguenses soccorressem com vitualhas a tripolação de uma não franceza, que se achava fundeada na Barra e que tinha por commandante o capitão Carlos La Chené Bolorot, visto como o provimento do Ouvidor Raphael Pardino, exarado em a folha 177 do Livro de Registros da Municipalidade de Paranaguá dizia que: "El-Rei não queria de forma alguma que se consentisse que nenhum estrangeiro commerciasse nos portos de suas possessões e domínios ultramarinos*"

Nota 42°
CAPITÃES MORES DE PARANAGUÁ

A povoação de Paranaguá, teve, durante o período colonial do Brazil, os seguintes Capitães Mores:

1) - GABRIEL DE LARA, alcaide-mór, ouvidor e povoador da Villa, em nome de Sua Alteza Real, que lhe concedera grandes poderes e diversas faculdades (privativas) da Coroa: fora logar-tenente do Marquez de Cascaes, donatário da Capitania de Paranaguá, em cujo nome Governara desde 1648 até 1682.

2) - THOMAZ FERNANDES DVLIVEIRA, em sua mocidade fora soldado, depois alferes e ultimamente capitão de infantaria em Soloró, no presidio de Angolla; já em meia idade, tomou-se capitão de navio; no terceiro quartel da vida, exerceu as funções de Capitão Mór de São Paulo, governando Paranaguá, desde 1683 a 1689, por indicação e pedido da respectiva Municipalidade.

3) - GASPAR TEIXEIRA DE AZEVEDO, nomeado por patente de 7 de Maio de 1689 e confirmado em 20 de Novembro de 1690, por El-Rei D.Pedro II, governou até 1691.

4) - FRANCISCO DA SILVA MAGALHÃES, nomeado por patente de 31 de Dezem-

bro de 1692, governou até 1707, tendo o título de nomeação o seguinte dizer: "Capitão Mor de Paranaguá, Corytiba e seu Districto".

5) - *JOÃO RODRIGUES FRANÇA*, nomeado por patente de 6 de Dezembro de 1707, que lhe expedira D. Fernando de Mascarenhas, e confirmado por El-Rei D. João V em 19 de Janeiro de 1711: governou até 1715, em cuja data falecera.

6) - *ANTÔNIO GRACIA*, nomeado por patente de 20 de Março de 1716, que lhe passara D. Francisco de Tavora, governou até 1718.

7) - *ANDRÉ GONÇALVES PINHEIRO*, nomeado por patente do Governador do Rio de Janeiro, D. Antônio de Brito Freire de Menezes e confirmado em 15 de Outubro de 1718, por El-Rei D. João V; teve segunda patente, que lhe fora expedida pelo governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em 25 de Janeiro de 1723: obteve de El-Rei D. João V a provisão de 15 de Dezembro de 1723 que proibiu o recrutamento em Paranaguá; foi provedor dos Quintos da Casa da Fundação de Paranaguá, á cuja povoação prestou consideráveis serviços; e foi deposto, em virtude da resolução de 23 de abril de 1730 que determinava o prazo de tres annos para o governo dos capitães mores, por portaria de 24 de Novembro de 1727 do Governo de São Paulo.

8) - *ANASTÁCIO DE FREITAS FRANCOSO*, foi nomeado por patente de 17 de Novembro de 1732 e exerceu, também o cargo de coronel do Regimento de Ordenanças de Paranaguá e Corytiba.

9) - *D. JOÃO FRANCISCO LAYNES*, foi nomeado pela Câmara Municipal, havendo sido empossado no respectivo cargo a 27 de Junho de 1743.

10) - *RODRIGO FELIZ MARTINS*, fora nomeado em 1751, ignorando-se, porem, o tempo que governara.

11) - *ANTÔNIO DE SOUZA PEREIRA*, presume-se que exercera o cargo de Capitão Mór durante o anno de 1762.

12) - *ANTÔNIO FERREIRA MATHOZO*, nomeado por patente de 5 de Setembro de 1763, entrou em exercício a 24 de Dezembro desse mesmo anno.

13) - *MANOEL NUNES UMA* foi nomeado por patente de 15 de Dezembro de 1765 e esteve em exercício até 15 de Março de 1766, havendo, porem, acceito um tal encargo a pedido da Municipalidade de Paranaguá, que solicitara a sua nomeação.

14) - *JOSE CARNEIRO DOS SANTOS*, foi nomeado por patente de 3 de Setembro de 1766; entrou em exercício a 8 de Outubro desse

mesmo anno; foi reconduzido por patente de 29 de Janeiro de 1789; e governou até 6 de Janeiro de 1811, em cuja data fallecêra.

15) - *MANOEL ANTÔNIO PEREIRA*, apesar de ter sido o ultimo Capitão Mór de Paranaguá, ignora-se a data de sua nomeação e o tempo que funcionou, sabendo-se tão somente que entrara em exercício a 22 de Abril de 1815 e possuindo também a secção arqueológica do Museo Paranaense o seu uniforme de grande gala.

OBSERVAÇÃO: Nota-se na ordem chronologica da successão dos Capitães Mores de Paranaguá, uma interrupção de cerca de doze annos, isto é, de 1731 a 1743, em cujo periodo não se encontra registro algum que revele a existência de taes funcionários. E, porem, se suppor-se que tivessem sido substituídos pelos Coronéis de Ordenanças, que então se arrematarão, sendo mais tarde restaurados.

Nota (sem número] OUVIDORES E CORREGEDORES DE PARANAGUÁ

A Comarca de Paranaguá, durante o domínio colonial, teve os Ouvidores e Corregedores seguintes:

1) - *Dr. ANTÔNIO ALVARES LANHA PEIXOTO*, entrou em exercício a 24 de Agosto de 1724, percebendo o ordenado annual de 400\$000.

2) - *Dr. ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES*, esteve em exercício de 7 de Julho de 1730 até 1734.

3) - *Dr. MANOEL DOS SANTOS LOBATO*, entrou em exercício a 4 de Maio de 1734; casou-se em Paranaguá com D. Antonia da Cruz França, filha do Capitão Mór João Rodrigues França; exerceu também o cargo de Juiz de Fora da Villa de Torrão, em Portugal.

4) - *Dr. GASPAR DA ROCHA PEREIRA*, esteve em exercício de 1741 a 1743.

5) - *Dr. MANOEL TAVARES DE SIQUEIRA*, distribuiu justiça de 1744 a 1747: ignorando-se, entretanto, os nomes dos successores até 1757.

6) - *Dr. ANTÔNIO DA SILVA PIRES MELLO PORTO CORRÊA*, de seu juizado, sabe-se unicamente que rubricara alguns livros em Corytiba em Fevereiro de 1755.

7) - *Dr. JERONYMO PINHEIRO GUIMARÃES*, representou a 19 de Julho de 1757 ao Governo de Lisboa, pedindo que os mineiros do littoral de Paranaguá deverião pagar custas du-

pias, obteve a ordem regia de 7 de Setembro de 1760 que creou um tal imposto; poz em execução a ordem regia de 23 de Março de 1757; commetteu muitas arbitrariedades; era apelidado "o Xato"; foi conduzido prezo para Lisboa, e falleceu na prisão do Limoeiro.

8) - *Dr. ANTÔNIO BARBOSA DE MATOS COUTINHO*, esteve em exercício de 1776 a 1783.

9) - *Dr. FRANCISCO LEANDRO DE TOLLEDO RENDON*, esteve em exercício de 27 de Julho de 1786 a 1789.

10) - *Dr. MANOEL LOPES BRANCO E SILVA*, foi nomeado por provisão regia de 12 de Outubro de 1789 expedida por D. Maria I; entrou em exercício a 9 de Outubro de 1790; administrou justiça a contento de todos; e installou a villa de Antonina.

11) - *Dr. JOÃO BAPTISTA DE GUIMARÃES PEIXOTO*, era natural de Pernambuco; esteve em exercício de 4 de Dezembro de 1799 até 1804: commetteu muitos despotismos; prendeu muita gente nas correições que fêz razão porque, tendo algumas de suas victimas se queixado ao Governador de São Paulo, Antônio de Mello Castro e Mendonça, foi suspenso por portaria de 7 de Janeiro de 1802, e refugiou-se no Rio de Janeiro, onde obteve o perdão de Sua Alt@Z3 R@31

12) - *Dr. ANTÔNIO DE CARVALHO FONTES HENRIQUE PEREIRA*, esteve em exercício de 11 de Fevereiro de 1804 a 1807.

13) - *Dr. ANTÔNIO RIBEIRO DE CARVALHO*, nomeado por provisão regia de 11 de Julho de 1804, esteve em exercício até 7 de Março a contento de todos.

14) - *Dr. JOÃO DE MEDEIROS GOMES*, foi nomeado por decreto de 6 de Fevereiro de 1810 e carta regia de 7 de Março desse mesmo anno; e transferiu a sede da Ouvidoria de Paranaguá para Curitiba, havendo deixado, por sua lhaneza e equidade gratas recordações.

15) - *Dr. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES*, entrou em exercício em 1816; foi denunciado em 13 de Setembro de 1822, pelos seus juridiscionados, e, suspenso pelo Príncipe Regente D. Pedro; administrou, mais tarde, a Província de São Paulo; serviu de Ministro d'Estado e foi nobilitado, pelo Governo Imperial, com o titulo de Visconde de Macahé.

16) - *Dr. JOSÉ DE AZEVEDO CABRAL*, entrou em exercício a 13 de Setembro de 1822, sendo geralmente estimado por seu caracter leal, sincero e dócil e havendo exercido um tal encargo subrogadamente, visto já ser Desembargador.

17) - *Dr. JOSÉ WERNEK RIBEIRO DE*

AGUIAR, esteve em exercício desde 26 de Julho de 1824 até 1826, foi o ultimo Ouvidor da Comarca de Curitiba, onde casou-se com D. Anna, filha do Coronel Ignacio de Sá Sotto-Maior; foi nomeado por decreto imperial de 26 de Julho de 1824, Desembargador da Relação da Bahia; e, mais tarde, também foi nobilitado com a nomeação de Ministro Plenipotenciario do Brazil juncto á Corte de Vienna D'Austria.

Nota 43° CORMORANT

No memorável dia 29 de Junho de 1850, sendo Imperador do Brazil o Sr. D. Pedro II e Presidente da província de São Paulo o Rev. Sr. Dr. Vicente Pires da Motta, sulcava as águas da magestosa bahia de Paranaguá o vapor de guerra da Marinha Ingleza - Cormorant - ou Corvo Marinho, de tres mastros, assestado por peças de artilharia de calibre 80 e tripulado por cerca de 200 marinheiros sob o commando do Capitão Herbert Schumberg, que teria então 40 a 45 anos de idade, offerecendo o seu todo a compleição de um homem alto, magro, de cutis alva e de grandes entradas na testa, semelhante ao longe a uma calva regular, e caracterizando-se também por sua notável actividade e polidez no tracto social.

Achavão-se nessa occasião surtas no porto do Allemão (Porto do Gato ou Porto D. Pedro II ?), aliás o mais procurado pelos navios que demandavão mais de 272 de agua, diversas embarcações de vellas, entre as quaes se destacavão as seguintes: o bergantim D. ANNA (Leonida dos Portuguezes), de 294 toneladas e pertencente ao Sr. José Joaquim d'Oliveira; o bergantim SEREIA, de 321 toneladas e pertencente ao Sr. José Rufino Gomes; o brigue-escuna ASTRO, de 176 toneladas e pertencente ao Sr. Antônio Fernandes Coelho (residente no Rio de Janeiro); a galera CONCLUSÃO, de 412 toneladas e pertencente ao Sr. Antônio Ferreira Coelho; a barca RUFINA de 305 toneladas e pertencente ao Sr. Hypolito José Alves; a barca portugueza FLOR D'OURO, de 272 toneladas e pertencente aos Srs. Manoel Pereira Penna e Companhia; e a barca norte-americana MURCHE NG UM, de 254 toneladas e pertencente ao Sr. Samoel Chaclissek.

Serião dez horas da manhã quando o Cormorant appareceu inesperadamente juncto á ponta da Cruz e foi fundear no ancoradouro da ponta da Figueira (Local situado entre a ponta da Cruz e o porto do Allemão), donde expediu quatro baleeiras, tripuladas por diversos mari-

nehios armados de clavinas e espadas, os quaes dirigirão-se ao porto do Allemão, em cujas águas abordarão o bergantim D.ANNA, disparando contra a tripulação desta embarcação alguns tiros.

Em acto continuo, desembainhando as espadas, os Inglezes quebrarão o sello das escotilhas dessa embarcação, que tinham sido lacradas e carimbadas anteriormente, com o sinete das Armas Imperiaes, pelo Guarda Mór d'Alfândega, visto ser sanctificado o dia 29 de Junho e o bergantim não poder continuar a fazer a sua descarga e, gritando em vóz bastante alta: "OhüL. Este está SEREIA!...", visitarão bem os porões e mais dependências do bergantim D.ANNA, onde deixarão uma pequena guarnição destacada: revistarão egualmente as demais embarcações que se achavão nessa occasião fundeadas no porto do Allemão.

O contra-mestre da galera CONCLUSÃO, que se achava com lastro de lenha, exhibiu immediatamente ao commandante da marinagem ingleza a ordem que tinha de seguir para o Açú; razão, talvez, porque deixou de ser visitada por tão importunos hospedes.

A barca FLOR D'OURO, por estar carregando e por ser portugueza não foi revistada, pois esteou o seu Capitão que a rebocassem, visto estar carregada de toneis e pipas de vinho, de que tanto gostão os Inglezes.

A barca norte-americana MURCHENGUM, fêz arvorar a respeitável bandeira dos Estados Unidos da America do Norte, evitando assim a visita das baleeiras do Cormorant ou Corvo Marinho.

Enquanto a tripulação do Cormorant perdia o tempo com visturias infructiferas, o commandante do brigue escuna ASTRO mandara fazer um grande rombo no costado de sua embarcação, que logo sossobrou, ficando apenas com as grimpas dos mastros fora da tona d'agua e livrando-se assim de ser preza do Cormorant, como o forão o brigue SEREIA, o bergantim D.ANNA e a galera CAMPEADORA, que as baleeiras conduzirão a reboque, do porto do Allemão, para juncto do Corvo Marinho.

Tendo ido, porem, a visita da Alfândega fazer as syndicancias do estylo ás embarcações recentemente fundeadas no porto do Allemão, e passando o respectivo escaler juncto ao bergantim D.ANNA, d'ahi gritarão, de pistolas engatilhadas, os marinheiros da guarnição ingleza: "Não atraque!... Não atraque que morre!..." então o escaler dirigindo-se ao vapor Cormorant, cujo Capitão, depois de breves saudações, explicou-se, para com a visita da Alfândega, do modo seguinte: "Venho, a este porto auctorizado por

meu Almirante, arrestar as embarcações que se empregão no trafico da costa d'África: não tenho que dar satisfação alguma ás auctoridades do Paiz; menos ainda á Alfândega de Paranaguá". E, exhibindo um officio ao Guarda Mór, Francisco José Pinheiro, e em cujo subscripto lia-se: "Illm. Sr. Commandante das forças da cidade de Paranaguá", retirou-se para o interior do vapor.

Regressando a Cidade a "visita" expedida pela Alfândega, e não querendo receber o officio do commandante do Cormorant, não só o Chefe da Legião da Guarda Nacional, Manoel Antônio Guimarães (Visconde de Nacar), como também o Delegado de Policia, José Francisco Barrozo, e o Juiz Municipal, Dr. Filastrio Nunes Pires, o Guarda Mór Francisco José Pinheiro, o depositou na Agencia do Correio.

Em vista de taes actos, a população agitou-se: uns, mostravão-se temerosos e consternados; outros, possessos de raiva por causa do procedimento insólito e provocador dos Inglezes; muitos, inteiramente indifferentes - com os successos que se tinham dado, e a mocidade, sentindo o sangue ferver-lhe nas veias, protestava, de si para si, tirar desforra da arrogância bretã, embora a velhice, com seus pannos quentes, aconselhasse, e pedisse mesmo, que houvesse muita prudência, visto a cidade achar-se indefeza.

Assim passou-se o dia 30 de Junho; porem á route, sob tremenda trovoadas, diversos jovens, pertencentes ás principaes famílias do logar, fugirão á vigilância paterna, e, embarcados em fragis canoas, forão-se postar na Fortaleza, a espera da retirada do Cormorant, que devia singrar para o Athlantico na manhã subsequente, rebocando os lindos veleiros denominados SEREIA, D.ANNA e CAMPEADORA, que havia arrastado durante os dias 29 e 30 de Junho.

Commandava a pequena e quasi nulla guarnição da Fortaleza, o denodado e bravo Capitão Joaquim Ferreira Barboza, que apezar de ter sciencia da convenção do Governo Imperial com o Cruzeiro Inglez, afim de obstem e acabarem com o trafego illicito e deshumano da Costa d'África, donde se importavão, á troco de baetas, facas e outras insignificancias, os "Meia Caras", que se marcavão, ao sahir de Guiné, desapiedadamente e com ferro quente, a guiza de gado, e que vendião ou barganhavão publicamente como se tratasse de cousas (Vide - Ordenação do Reino, que, em uma de suas múltiplas disposições, considerava o escravo como "cousa"), e se prestara e até dirigira o combate contra o Cormorant, pedindo unicamente, para resalvar a sua responsabilidade de

repemr uma injuria feita directamente á Nação Brasileira, que os jovens Paranaguenses, e, bem assim, as demais pessoas presentes no recinto da Fortaleza, assignassem uma declaração na qual se diria, como de facto foi escripto, que o obrigavão a fazer fogo contra o Corvo Marinho, que por ser talvez ave de rapina ou por pertencer a Fauna Ornythologica da Inglaterra, resistiu as balas brasileiras, sahindo d'acção com as azas quebradas: - um tiro certo, expedido de uma peça de ferro enferrujada e de calibre 30, quebrára-lhe a helice.

A ilha do Mel regorgitava de gente: os "Maratimbas", que habitavão as insulas das circumvisinhanças, havião affluido para ahi em grande massa, afim de fazerem causa commum contra os Inglezes, cujo procedimento insólito tinha exacerbado os ânimos, desde que *arrestação* tres embarcações nacionaes, fazendo evacuar as respectivas tripulações, que forão conduzidas á Cidade, de um modo humilhante senão vergonhoso. E o recinto da Fortaleza era occupado por mais de duzentas pessoas, entre as quaes se distinguirão depois, por seu heroísmo, as seguintes: Francisco do Nascimento, capitão do brigue-escuna ASTRO; Paulo José Dias Cardoso, capitão da galera CAMPEADORA, arrestada pelos Inglezes; Antônio José da Costa Júnior, contra-mestre do Brigue SEREIA, arrestada pelos Inglezes; Antônio Pascoal Fragone (italiano) contra-mestre do bergantim D.ANNA, também arrestado pelos Inglezes, e homem destemido que fugira de bordo do Cormorant, onde se achava detido, afim de excitar as tripulações das embarcações arrestadas á vingarem-se; Antônio José de Medeiros, caixeiro de um negociante da praça do Rio de Janeiro; Custodio Borges; Antônio José da Costa Júnior; Francisco Pires; Antônio Gonçalves Pinday; um fulano de tal Teixeira, contra mestre do Bergantim D.ANNA; Joaquim Caetano da Silva; Victor da Silva Freire; José Cardenas do Amaral; Manoel José de Oliveira; Salvador do Prado; José da Cruz; João Feliciano dos Santos; Sylvestre de Tal; Manoel Luiz Fernandes (portuguez) e os jovens Tenente Manoel Ricardo Carneiro dos Sanctos e Bento Antônio de Menezes.

A noite de 30 de Junho passou-se em grande azafama na ilha do Mel; sem occorrer, todavia successo algum extraordinário.

Outrotanto, porem, não succedêra no dia subsequente: 1º de Julho de 1850. Sob a manhã e da plataforma da Fortaleza, avistarão as sentinellas, adrede postadas, o Cormorant que sulcava placidamente as águas da magestosa bahia de Paranaguá em demanda da respectiva barra, e trazia a reboque tres embarcações na-

cionaes - D.ANNA, SEREIA e CAMPEADORA tendo cada uma o pavilhão brasileiro desfraldado: um grito de dôr, arrancado dos nobres corações dos Paranaguenses, e medonho como o rugido terrível do Leão mal ferido, que vê o caçador imperito querer arrebatá-lhe os filhos, echôou ao longe, indo talvez perder-se no Oceano que, a poucos kilometros de distancia, também encapellava-se raivozo!

Ai do Cormorant!...

Senão 9 horas da manhã, quando o espia, posto de atalaia no morro da Fortaleza, dera um tiro de pistola, cuja detonação avisara aos jovens Paranaguenses, conforme tinha sido previamente combinado, da approximação do Cormorant á ponta do Bicho (Pontal da ilha do Mel).

Immediatamente foi-lhe ao encontro a visita da Fortaleza, afim de prehencher as formalidades do estylo; porem, ao querer atracar ao vapor, despara-lhe este alguns tiros de pólvora secca, como para significar que dispensava taes formalidades. O Sargento da Guarda Nacional, Thomaz de Tal, que, em companhia de mais duas praças e tres marinheiros, fora desempenhar esse mandato, e que então se achava de pé no meio da canoa da visita, ao ouvir o estampido produzido pelas carabinas bretãs, gritara, atirando-se ao longo da frágil embarcação: "Sou de paz!!!... Não me matem: eu bem dizia que não servia para estas cousas...".

Sciante o Capitão da Fortaleza do procedimento insólito do commandante do Cormorant, mandara disparar sobre este um tiro de poijora secca, o que foi incontinente retribuído por outro de bailla, expedido pelo Corvo Marinho que prosseguia ufanamente em sua derrota, aproximando-se cada vez mais da Fortaleza, cujo Capitão mandara, em acto continuo e segundo o estylo, cumprimenta-lo pela proa com um tiro de bala, expedido de uma peça calibre 12.

Ouviu-se em seguida (segundo narrara a tripulação de um hiate que nessa ocasião passava em demanda da Cidade) o tinir de vidros quebrados e a seguinte exclamação colérica do respectivo commandante: - "Oh lá!...". Travou-se então medonho combate: as baterias de calibre 80 do Cormorant bombardeavão a Fortaleza, que a seu turno também metralhava impavidamente, com suas peças de calibres 12 e 24, o possante vaso de guerra da Marinha Ingleza; de parte a parte, trocarão-se cerca de 75 a 80 tiros de canhão, ficando o Cormorant com as rodas das pás, o leme e o camarim quebrados, alem de oito marinheiros mortos e muitos feridos, e escapando de ir a pique, porque os jovens Paranaguenses errarão a pontaria de uma bateria

de seis tiros que haviam disposto para saudar o Corvo Marinho quando passasse no canal fronteiro da Fortaleza; as bombas britânicas batião na Fortaleza; onde deixavão apenas algumas mossas nos cantos de granito ou leves escoriações na alvenaria superior, e rodopiavão para cima, indo rebentar nas penedias do imenso lageado, sobre que está edificado esse baluarte brasileiro, e donde descahira uma enorme pedra que arrombara a porta do quarto do Sargento Thomaz; e os echos tristes das bombardas dos canhões ribombavão através das águas marulhosas da pitoresca bahia de Paranaguá e ião como que, repercutindo de enseada em enseada, anunciar, aos pacíficos habitantes das povoações do littoral da rica e vasta comarca de Corytiba, que a honra nacional tinha sido gloriamente desultrajada.

O combate aturara talvez cerca de trinta minutos, cabendo a victoria aos bravos e denoados jovens Paranaguenses, que, apesar de serem inteiramente alheios as lides marciaes e combaterem a peito descoberto da plataforma da Fortaleza, souberão mostrar, senão honrar, o quanto vale ser brasileiro.

O Cormorant, tendo logrado conseguir franquear a passagem da barra do Norte, proseguira, a custa de muito trabalho, chegar até a entrada da magestosa bahia de Paranaguá, ancorando n'um logradouro da parte opposta da ilha do Mél, afim de reparar os estragos incalculáveis que lhe causarão os jovens Paranaguenses, deitando fogo, sobre o banco dos Ciganos, onde acatruára as embarcações arrestadas, nos lindos veleiros denominados D.ANNA e SEREIA, ou trioulando a galera CAMPEADORA com marinagem sua, afim de fazel-a singrar, como de facto o fêz, em direcção á colônia ingleza da Serra Leoa.

E no dia 2 de Julho, ainda sob o albor da manhã, tendo logrado "encarar as azas quebradas", o Corvo Marinho desprendeu aforradamente em seu vôo "acaranchado" em direcção ao porto de Sanctos, onde a sua petulante tripulação vangloriára-se de ter arrazado a Fortaleza de Paranaguá.

OBSERVAÇÕES

Segundo nos informarão, dous distinctos cidadãos, Srs. Tenente-Coronel José Cleto da Silva e Major João Guilherme Guimães, o porto do Allemão não é o do Gato ou o Pedro II, como erradamente suppunhamos: mas sim a enseada da ilha da Cotinga: - "Conta-se que ficou assim appellidado por ter ahi fixado a sua residência o único pirata que salvou-se em 1718 por occa-

sião do naufrágio de um navio hollandez (aliás francez, diz o chronista Vieira, em suas Memórias), que se dava ao corso e que sossobrara na ponta da Cruz, quando forçou a entrada da bahia de Paranaguá a cata de um galeão castelhano que conduzia muita prata, extrahida das minas de Potosi, para a Hespanha; ou por ahi ter talvez habitado, em epocha bastante remota, algum Allemão."

Os jovens' Paranaguenses se dirigirão a Fortaleza na noite procelosa (8 horas) de 29 de Junho e não de 30, como por engano dissemos; e sobre a alvorada do dia subsequente (30), aportarão a ilha do Mel, pela barra do Sul, levando consigo diversas munições de guerra.

Tendo elles encontrado alguma resistência por parte do commandante da Fortaleza, que se mostrava contrario por ter de hostilisar aos inglezes, o Tenente Manoel Ricardo Carneiro, acclamado previamente orador dos Patriotas, o resolvera, narrando-lhe fielmente, em breves palavras, o facto do quebramento do selo da Alfândega, do desembarque vergonhoso senão humilhante das tripolações das embarcações arrestadas e a petulante ousadia da marinagem das baleeiras do Cormorant, e terminando, depois de haver pintado tudo de vivas cores, por declarar formalmente que se se não resolvesse a annuir ao seu justo pedido, a Fortaleza seria tomada á força, afim de poderem desaffrontar a honra nacional impunemente ultrajada pela tripulação do Cormorant.

Então o Capitão Joaquim Ferreira Barbosa, a pouco despertado do somno e recobrando seus hábitos de militar brioso e destemido, fêz sentir aos jovens Paranaguenses, como homem prudente e experimentado, que, não obstante a Fortaleza se achar em estado de não poder accommetter a inimigos tão possantes como os inglezes, de bõa vontade franquear-lhes-hia o ingresso do templo de Marte, comtanto que declarassem por escripto que "o obrigarão a fazer fogo contra o Cormorant" e que a direcção do combate lhe fosse confiada: o que foi unanimemente acceto.

Tomarão parte activa no combate: os Srs. José Francisco do Nascimento», natural do Rio Grande do Sul, capitão do brigue-escuna ASTRO, e que gastara cerca de 400\$000 em munição de guerra, afora 5 arrobas (75 kilos) de pólvora e o facto de ter feito com que as tripulações das embarcações arrestadas fossem guarnecer a Fortaleza; Paulo José Dias Cardoso, capitão da galera CAMPEADORA; Antônio José da Costa Júnior, contra-mestre do brigue SEREIA; Antônio Pascoal Fragone, natural da Itália e contra-mestre do bergantim D.ANNA; e Anto-

nio José de Medeiros, caixeiro de cobranças de uma casa commercial do Rio de Janeiro, que se occuparão exclusivamente em dirigir as pontarias da artilharia da Fortaleza; Custodio Borges, Antônio José da Costa Júnior, Francisco Pires, Antônio Gonçalves Pindahy, e um Fulano de Tal Teixeira, piloto do bergantim D.ANNA que se retirarão da Fortaleza logo depois do combate; Tenente Manoel Ricardo Carneiro dos Sanctos, Tenente Joaquim Caetano da Silva, Bento Antônio de Menezes, Victor da Silva Freire, José Cardenas do Amaral, Manoel José d'Oliveira, Salvador do Prado, José da Cruz, João Feliciano dos Santos, Sylvestre de Tal e Manoel Luiz Fernandes, natural de Portugal e que destemidamente assestára as baterias, cujas peças, estando sem carretas e a cada detonação,, se deslocavão e como que voavão, com grande alarido dos jovens Paranaguenses acima nomeados, os quaes só se retirarão da Fortaleza depois que o Cormorant também deixara as águas da bahia de Paranaguá, occupando-se o tempo restante, uns em dansar ao som de uma sanfona hábil dedilhada pelo jovem maestro Bento de Menezes, e outros em sentinellas avançadas, afim de avisar a respectiva guarnição se por ventura os inglezes tentassem tirar qualquer desforra por terra; e José Pereira Porto e Francisco José de Souza, que não puderão assistir o combate, mas que concorrerão cada um com duas arrobas (30 kilos) de pólvora.

O commandante do Cormorant, bem como a sua respectiva tripulação, tendo chegado ao porto de Sanctos, disserão, em um repto de entusiasmo, que havião arrasado a Fortaleza de Paranaguá, em cuja acção perderão apenas dous marinheiros, afora um que ficara levemente ferido! Semelhante noticia, divulgou-se, com a rapidez de um raio, por São Paulo, echoando desde logo até no Rio de Janeiro.

A Câmara dos Deputados, que então se achava funcionando, interpellára ao Governo Imperial acerca de um "boato" tão contristador como esse. O Ministério pedira em continente informação a respeito do Presidente de São Paulo, que a seu turno scientificou ao Governo Imperial do occorrido, enviando copia do officio que lhe havia dirigido o commandante da Fortaleza de Paranaguá e no qual se achava fiel e minunciosamente narrados os episódios que se derão nos dias 29 e 30 de Junho, e, maximé, na manhã de 1º de Julho de 1850 em as águas da bahia de Paranaguá.

Conhecida na Capital do Império a veracidade de um tal factio, porem não como havião capciosamente narrado os Inglezes, foi o commandante da Fortaleza de Paranaguá o alvo

dos applausos da Câmara Temporária bem como da população fluminense, havendo a praça do commercio da Corte procedido a uma subscrição pecuniária a seu favor e publicando os periódicos de então algumas poesias consoantes a um tal assumpto.

Entretanto em Paranaguá ignorava-se completamente tudo isto, em consequência das difficuldades das communicções officiaes, commerciaes e mesmo particulares que erão por esse tempo muito morosas; e o Capitão da respectiva Fortaleza, homem já de meia idade, viuvo e sobre-carregado de filhos, depois de ter-se mostrado um bravo dos bravos no combate travado entre os jovens Paranaguenses e a tripulação do Cormorant, tornara-se um cobarde, mandando, por insinuações fementidas de um cunhado seu, que então exercia o cargo de Inspector da Alfândega e que anteriormente também havia denunciado clandestinamente ao Ministro Inglez, habilitado juncto ao Gabinete de São Cristóvão, a existência das embarcações arrestadas subseqüentemente pelo Cormorant, uma segunda communicção official, na qual se contradisse, informando, de medo de ser exonerado, que os jovens Paranaguenses lhe havião tomado a Fortaleza e accommettido o Cormorant, quando este já singrava para o Athlantico rebocando as embarcações que havia arrestado na bahia de Paranaguá. E por este motivo foi o herói de 1º de Julho de 1850 submettido a um conselho de guerra, sendo depois de bem syndicada a causa da segunda parte official, reintegrado no mesmo cargo, que elle sobranceiramente não quiz acceitar, preferindo viver, com sua numerosa família, pauperrimamente em São Paulo, onde mais tarde falleceu.

O commandante do Cormorant, consta, também fora exonerado por haver exorbitado de suas attribuições, morrendo louco, algum tempo depois, em um hospital de Londres.

O brigue escuna ASTRO foi tirado do fundo do mar, gastando-se com esse trabalho affanoso cerca de 4.000\$000 quatro contos de réis.

Os prejuízos causados pelos Inglezes foram computados em cerca de (100.000\$000) cem contos de réis.

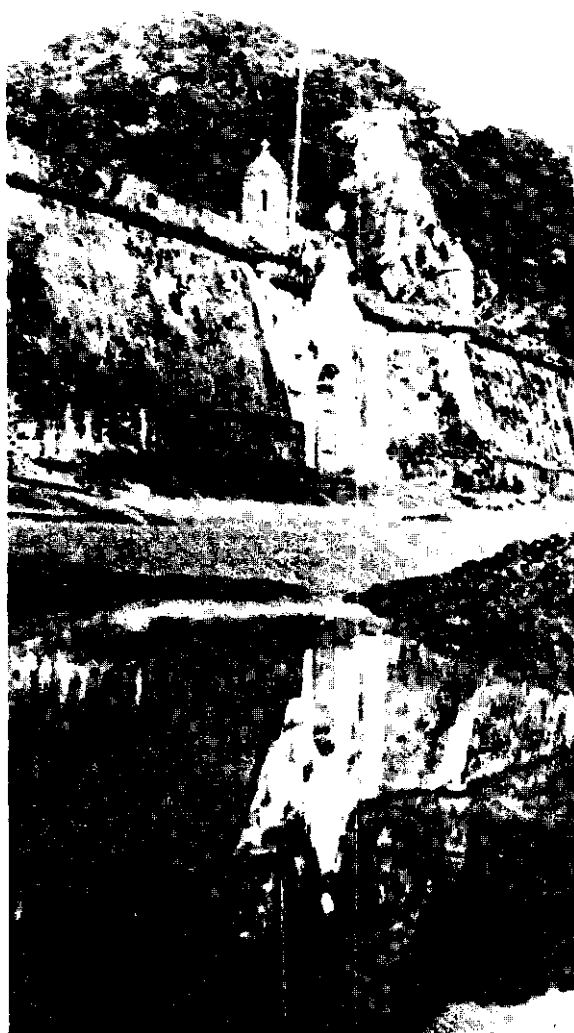
O officio do capitão do Cormorant, que as auctoridades de Paranaguá não quizerão receber e que o Guarda-Mór da Alfândega havia depositado na Agencia do Correio, fora remettdo depois ao Governo Imperial.

E o valoroso quão destemido Sargento Thomaz, tendo desempenhado, como Deus lhe ajudou, o seu mandato juncto ao Cormorant e tendo em seu regresso encontrado fechado o portão da Fortaleza, occultara-se na matta da

ilha do Mel, escapando assim de morrer, visto como a porta de seu quarto fora arrombada na ocasião do combate por uma enorme pedra descahida do morro da Fortaleza.

Curitiba, 9 de Novembro de 1886.

Nivaldo Braga.



Acervo CPC

**Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres
Ilha do Mel**

NOTAS EXPLICATIVAS
AS NOTAS HISTÓRICAS DE
NIVALDO BRAGA

- Nivaldo Braga explica que o objetivo de suas notas históricas, reunidas no volume transcrito, era fornecer subsídios a Rocha Pombo para a escrita da História da Província do Paraná.

Nota 1- - Carta de D.Cordula, escrita por Brito, a seu filho José, datada de 16 de Julho de 1821, que relata fatos políticos ocorridos em Paranaguá, com observações de Nivaldo Braga, datadas de 15/10/1886. Vide nota de esclarecimento na página nº 52

Nota 2- - Venda da Capitania de Santo Amaro.
- Transcrição da escritura de venda de 60 léguas de terras das 80 léguas herdadas pelo vendedor Marquês de Cascaes de Pero Lopes de Souza, donatário da Capitania de Santo Amaro. O comprador foi o governador de São Paulo, por autorização de D. João V. O terreno comprado passou ao domínio exclusivo da Coroa Portuguesa.

Nota 3- - Guarda Cívica.
Decreto de 03/10/1822 criou a Guarda Cívica, denominada Sustentáculo da Independência do Brasil. Assinado por D.Pedro I. O Governo de São Paulo participou ao Governador de Paranaguá em 22/10/1822.

Nota 4- - Adesão a D.Pedro I
- encaminhamento de representação de apoio a D.Pedro I, assinada pelo ouvidor, pelo governador de Paranaguá, pelo comendador José Victorino Rocha, pelo clero, pelos oficiais de milícia e ordenanças e mais quarenta e nove cidadãos, pela causa da Independência do Brasil.

Nota 5- - Aclamação de D.Pedro I
Realizada na Câmara Municipal de Paranaguá, em 12/10/1822.
Aclamação de D.Pedro como Imperador do Brasil, ao qual foi jurado obediência e fidelidade. Houve Te Deum, salva de canhões, guarda de honra, luminação e vivas. Setenta e seis pessoas assinaram a ata.

Nota 6- - Alvará regio estabeleceu a décima urbana, em 22/06/1808.

Nota 7- - Reino do Brasil
Apresentação à Câmara Municipal de Paranaguá da Carta Regia do Príncipe Regente D. João que elevou o Brasil à categoria de Reino, em 12/03/1816.

Nota 8^o - Carta Regia de D.João VI
Dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo em 1^o/04/1809.
- Recomendações para ocupação dos campos de Guarapuava.
- Recomendações de cuidados especiais no trato com índios para evitar qual-

quer reação de violência pelos mesmos.

- Recomendações para juntar à tropas milicianas dois religiosos de zelo exemplar para a catequese e a instrução e para evitar as possíveis violências dos mesmos.

- Autorização para o comandante para repartir os terrenos devolutos com os povoadores pobres e para reservar uma légua de campo e matos ao redor das povoações que for estabelecendo, para logradouros comuns.

- Autorizando a cobrança do tributo de 200 réis nos primeiros cinco anos, no Registro de Sorocaba, sobre toda a cabeça de gado vacum e cavalar que por ele passar, visando acumular reservas para tornar transitável a estrada carroçavel ligando o Rio Grande com São Paulo.

- Atribuindo à Junta de Guarapuava poderes para receber os tributos e aplicá-los nas despesas.

- Nomeação de Diogo Pinto Portugal que passou de Sargento Mor a Tenente Coronel do Regimento de Milícia, para comandante da comissão encarregada da construção da estrada.

- Autorização ao Comandante para requisitar escravos dos fazendeiros, pessoas sem estabelecimento fixo, gado para carne, farinha e feijão dos lavradores.

- Declaração a todas as pessoas que quizessem povoar os campos de Guarapuava, que seriam isentos de taxas à Fazenda Real, pelo prazo de seis anos e ainda a isenção de dízimos das terras que forem roçadas à Cúria, por dez anos, descontando-se apenas o necessário para mantimento do Cura que neles se estabelecessem.

- Ordena que sejam remetidos para os campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas que foram sentenciados a degredo, cumprindo ali todo o tempo de seu degredo.

Nota 9 - Não foi publicada por Nivaldo Braga. Assinatura de Júlio Moreira.

Nota 10- - Sertão do Tibagi

- Portaria de 06/02/1761 do governador de S. Paulo, D.Luis, dirigida a Afonso Botelho de Sam Paio e Souza, ordenando que fizesse marchar quatro bandeiras de cem homens cada, com respectivos oficiais e equipamentos e munições por seis meses, para investigarem os sertões de sudoeste e descobrirem a região de Tibagi.

Nota 11- - Fundação de Morretes

- Surgiu em tomo da capela mandada construir pelo Capitão Antônio Rodrigues de Carvalho e sua mulher Dona Ana Maria Setúbal, no pequeno povoado mineiro dos Morretes. (1769)

Nota 12- - Ata da posse da Capitania de Paranaguá pelo conde da Ilha do Príncipe, elaborada na Câmara Municipal de Paranaguá. (1865)

Nota 13- - (1659) Representação dos munícipes à Câmara de Paranaguá para Gabriel de Lara não atender à ordem do Governador Geral do Brasil que recolhia para o Rio de Janeiro os índios carijós empregados na mineração do ouro.

Nota 14? - Estabelecimento em Paranaguá em 1697, na Rua do Colégio, da Real Casa de Fundação de Quintos de Ouro. Foi a terceira existente na costa do Brasil (anteriores as de Iguape e do Rio de Janeiro).

Nota 15- - Não foi publicada por Nivaldo Braga.

Nota 16- - A importância da Municipalidade de Paranaguá.

- Gozou das mesmas prerrogativas e regalias das municipalidades do Porto e do Rio de Janeiro.

- Sempre foi considerada pelas autoridades da Capitania de São Vicente.

- Mereceu especial atenção de El Rei DJoão V.

- Ela se opôs às arbitrariedades dos governadores militares, capitães mores e vigários foreanos que exerciam mandato despótico.

- Nota 17-* -Livro Tombo
- Provisão regia de D.Maria I, ordenando que se creasse em todas as municipalidades do Brasil, em Livro do Tombo, onde fosse registrados todos os acontecimentos notáveis que se dessem nas Capitânicas da Nova Lusitania. O de Paranaguá foi criado em 1785 pelo vereador Felix Bento Viana, (desaparecido do Paço Municipal de Paranaguá).
- Nota 18-* - Brigue Santa Cruz
- Em 1827 por intermédio do Presidente de São Paulo, o Ministro da Marinha comissionou ao Tte. Coronel Ricardo Carneiro dos Santos, da fatura do brigue de guerra Santa Cruz construído nos estaleiros do Arsenal de Paranaguá e lançado ao mar em 1830.
- Nota 19-* - Alfândega de Paranaguá
- Instalada em 1827.
- Especificação do pessoal da administração.
- Nota 20-* - Capitania de Paranaguá.
- Solicitação de Independência da Comarca de Paranaguá da Capitania de São Paulo (1811).
- Nota 21-* - Aprovação de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar da Graçiosa de Antonina.
- Nota 22-* - Destacamento
- Em 1799, foram destacadas para Paranaguá sessenta praças de pré, sob o comando de um alferes.
- Nota 23-* - O Governador de São Paulo mandou em 1805 um ajudante cirurgião a Paranaguá para vacinar o povo com puz vacínico.
- Nota 24-* - 1805, morre na Comarca de Paranaguá muita gente de sarampo.
- Nota 25-* - Proibição da pesca em vários locais da baía de Paranaguá e Guaraquessaba com especificação das penas aos infratores.
- Nota 26-* - Representação do Parlamento brasileiro.
- Pedido de transformação da Câmara de Curitiba em Província, formulado pelas Comarcas de Curitiba, Antonina e Morretes.
- Nota 27-* - Francisco de Paula Gomes mandou por intermédio de Floriano Bento Viana inserir no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, um artigo no qual demonstrava a necessidade de separação de Comarca de Curitiba da Província de São Paulo (1847).
- Nota 28-* - Relação nominal dos veleiros e dos respectivos proprietários que representavam a Marinha Mercante de Paranaguá (1850).
- Nota 29-* - Informações sobre a violação da burra da Alfândega de Paranaguá (1844).
- Nota 30-* - Cobrança dos dízimos sobre os Quintos de Ouro.
- Nota 31-* - Proibição do comércio entre as capitânicas da Bahia e de São Paulo que permutavam mercadorias importantes de Portugal (1701).
- Nota 32-* - Descrição da posse de Paranaguá em nome do Marquês de Cascaes efetuada por Gabriel de Lara.
- Nota 33-* - Em 1656, o Marquês de Cascaes elevou Paranaguá à categoria de sede de capitania, que era abominada pelo Conde da Ilha do Príncipe, donatário de Itanhaem.
- Nota 34-* - Em 1648, instalação da Vila de Paranaguá, e nomeado capitão mor ouvidor Gabriel de Lara.
- Nota 35-* - Descreve os festejos pela coroa de D.João VI como Rei de Portugal, Brasil e Algarves (1817).

- Nota 36*- - Descrição do juramento da Constituição do Império do Brasil.
- Nota 37*- - Transferência da sede da Comarca para Curitiba (1812).
- Nota 38*- - Determinação dos limites da Província do Paraná com Mato Grosso.
- Nota 39*^o - Citação dos dois primeiros capitães mores da Lapa.
- Nota40*- - Em 1720, a Municipalidade de Paranaguá impetrou de El Rei D.João V os mesmos privilégios das câmaras do Porto, Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro.
- Nota41'*- -Proibição feita pela Câmara de Paranaguá, do comércio.com os franceses e negativa de socorro de nau francesa que estava fundeada na barra.
- Nota 42*- - Relação dos Capitães Mores da povoação de Paranaguá, no período colonial.
- Nota s/n*^o - Relação dos ouvidores e corregedores da Comarca de Paranaguá, no período colonial.
- Nota 43*- - Episódio Cormorant (1850).

NOTAS DE ESCLARECIMENTO
À CARTA DE DONA CÓRDULA,
DE 16/07/1821

A carta de D. Córdula Rodrigues de França endereçada a seu filho Capitão José Martins de Araújo, datada de 16 de julho de 1821, tem grande valor porque se refere ao acontecimento histórico conhecido como "Conjura Separatista" ocorrido em Paranaguá, que se alinha entre as tentativas precursoras da independência nacional e do advento republicano no Vice-Reinado do Brasil.

É também importante a divulgação dessa carta para a reabilitação do feito histórico que um cronista deturpou trinta anos depois de sua ocorrência, tanto pela sua submissão à Monarquia Portuguesa, como pelo interesse em valorizar os heróis de suas crônicas.

Na Conjura Sedaratista os moradores de Paranaguá pretendiam criar a República de Paranaguá, justamente em época posterior à Conjuração Mineira, enquanto ainda estavam presentes na memória brasileira a repressão portuguesa que sacrificou o abnegado Tiradentes e a frustração de um povo que viu desaparecerem os seus ideais de autodeterminação.

Os chefes do movimento em Paranaguá foram: Sgt^o Mor Francisco Ferreira de Oliveira, Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento, José Ricardo do Nascimento, Cap. Mor Manoel Antônio Pereira, Francisco de Paula Ribeiro, Padre Vicente Ferreira de Oliveira, Sgt^o Mor Francisco Gonçalves da Rocha e Ignácio Lustosa de Andrade.

A sedição foi marcada para o dia 15 de julho, quando seria realizada a Vereança Geral presidida pelo Juiz de Fora. Combinaram o levante e conseguiram a adesão plena das tropas milicianas de Paranaguá. Chegado o dia da Vereança, reuniram-se em frente da Câmara os eleitores, pois seria feito o juramento de fidelidade à Constituição Portuguesa na qual estava implícito também o juramento de fidelidade ao Governo de S.Paulo. O objetivo seria a não aceitação desse item, a fim de que fosse viabilizada a criação da República de Paranaguá.

Mas alguns "refletidos e destemidos", conforme D. Córdula, começaram a demonstrar os perigos que a tentativa sediciosa poderia acarretar. O Cap. Bento Antônio da Costa, o Alves e Francisco José de Brito dissuadiram os rebeldes, chamando-os à obediência aos poderes constituídos do Reino Unido.

Tão convincente foi Francisco José de Brito que conquistou muitos aplausos, inclusive daqueles que debandaram da conjura, que D. Córdula designou de "emulos".

Por isso, Floriano Viana indignado com a deserção dos companheiros sediciosos à última hora, falou tanto que ficou como um "negro", conforme consta no teor da missiva.

O plano estava tão bem combinado que os sediciosos mandaram para São Paulo os emissários Patrão Mor Manoel de Araújo França, também filho de D. Córdula, o Padre Manoel da Costa Nogueira e o Crispim, a fim de conseguirem a adesão dos milicianos paulistas.

Tinham os sediciosos organizado o Governo, como a própria carta indica. Na Genealogia Paranaense, Vol. II, pgs. de n.º 55 a 89, estão identificados todos os membros do Governo citados por D. Córdula, assim como muitas notas explicativas e questões polêmicas entre Ermelino de Leão e Francisco Negrão.

D. Córdula Rodrigues de França era neta do Mestre de Campo André Gonçalves Pinheiro, também Cap. Mor de Paranaguá e de D. Maria de Ascensão França. Era filha do Capitão José da Costa Resende e de Maria do O. França. Era casada com o Cap. Sgt. Mor Custódio Martins de Araújo.

O casal teve os seguintes filhos: João, Joaquim (Padre), Manoel (Tenente) e José (Capitão).

O Capitão José Martins de Araújo, destinatário da carta de D. Córdula, era casado com sua prima Catarina Leoniza de França. Por isso, D. Córdula envia-lhe lembranças.

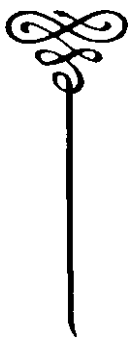
Enquanto a carta de D. Córdula se mostra contrária ao movimento separatista, dois de seus filhos, Tte. Manoel e Cap. José, estavam envolvidos na Conjura Separatista.

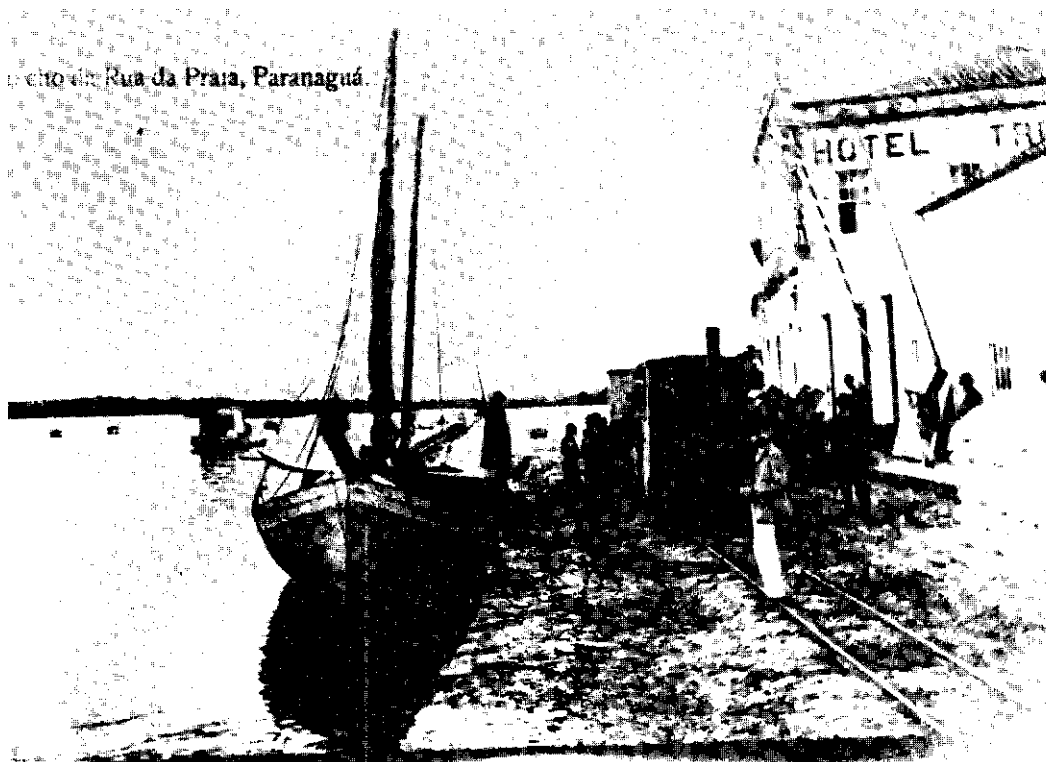
Outro fato curioso é a inclusão de alguns monarquistas no Governo da República pretendida e frustrada.

Talvez por interesse estratégico, não foi possível determinar-se o local onde se encontrava o destinatário dessa famosa carta.

Na nota à margem do verso da carta, Brito atende a interesses escusos ao referir-se a José Luís de maneira injusta, pois, conforme registros da época, ele era um dos mais idôneos cidadãos de Paranaguá.

Átila Silveira Brasil





Acervo Dr. Hugo Correia

Rua da Praia, Paranaguá

**VIAGEM DE "TURISTE"
PELA PROVÍNCIA DO PARANÁ**
J. CORUSCANTE

(Gazeta Paranaense)

CIDADE DE PARANAGUÁ

28 de Setembro de 1886.

Eis-nos aqui, meu amigo, a dar contas da nossa missão.

Desembarquei haverá uma semana e confesso que é a muito custo que assumo desde já o meu encargo, de narrar como poder o que fôrendo e ouvindo desta terra.

Entre na província o mais agradavelmente impressionado que é possível. Convenço-me de que a vida da Corte me ia enervando. Ali um homem não tem tempo de sentir por sí; uma multidão infinita de emoções que variavelmente se succedem atropellão-lhe a alma de tal modo que é difficil aperceber-se claramente no mundo em que está rodando.

Tudo é rápido, tudo é aparente, e tudo é falso na Corte. Quando me dizão por lá que é a província; quando me fallavão da natureza, da contemplação deste espetáculo sempre bello, sempre novo, sempre surpreendente, eu não tinha jeito para comprehender.

E, hoje, depois que já provei um pouco de ar aqui, faço minhas reflexões e articulo certas interrogações bem difficeis de responder. Por mim, confesso que sou outro homem; que d'aquelle rapaz espaventado lá do Rio, d'aquelle rapaz que percorria a todos os botequins e que era capaz de passar sem charutos, mas nunca sem ir ao theatro; que escrevia variedades para todos os periódicos, e sempre sem descanso: confesso d'aquelle atabalhado hoje nada mais resta.

Já sinto e já apercebo, já apalpo minh'alma a arfar no seio de um vasto mundo. E agora me pergunto a mim mesmo: que fui eu? Um producto perfeito da Corte e do nosso tempo: ligeiro como este, banal como aquelle. Rápido,

vertiginoso como a locomotiva, como o telegrapho e como um copeiro de hotel. A industria de hoje não pôde crear um typo diverso. A vida moderna ha-de dar somente o que eu sou. O progresso tem estas cousas.

Ahl... que agora respiro o balsamo vivificante da natureza.

A entrada de Paranaguá é belfisima. A enseada é pequena, mas pittoresca. Sente-se não sei que de novo quando, ao dobrar a Cotinga, vai se desvendando o panorama da cidade. Eu, que sempre scismei ter qualquer cousa de poeta no fundo do meu coração, estou nadando em cheio sobre um mar de rosas.

A viração é perfumada e exquisita, e nos enche de expansão. Antes um pouco me havião mostrado um ponto onde fica a cidade de Antonina. Quer me parecer que é mais linda ainda a bahia de Antonina.

Desembarquei. A Cotinga fica defronte, poética e aprazível.

Alojei-me logo em um bom hotel. Não quiz sahir no mesmo dia por já ser tarde. Alem disso eu ciava no dia seguinte: queria tel-o farto. Descansei... Ora lá! Descansei! Havia tantos annos que isso não me era dado. Depois de um refrigerante banho, fui jantar.

Pouco se me offerece dizer a respeito da mesa e mesmo do hotel. O hotel não é máu, nem, fora de duvida, pôde ser dos melhores da província. Entretanto, é de justiça confessar que me servirão uma variedade sufficiente de iguarias, algumas novas da terra.

No dia seguinte, que é hoje, tratei de aproveitar o meu excellento tempo. Infelizmente, já as cousas não me ião as mil maravilhas: eu precisava de uma pessoa conhecida e me faltava. O senhor do hotel não me tratou com muita franqueza e por isso d'elle não me podia valer. Ora, faça o leitor idéa do que é sahir um homem pela primeira vêz a visitar uma cidade onde com toda a certeza vai fazer o simplissimo papel de "cara nova". Não se muda dois passos que não se esteja a ouvir cochicho: 'Temos cara nova na terra... Quem será o typo? Parece idiota...' E outros bons juizos. Faz-se figura mais ridícula do mundo.

Mas que remédio? Fui dar minha volta pela cidade, fui fazer um bordo, como diz a gente cá do mar. E como é meu propósito dizer tudo quanto ouço e vejo, lá vai.

Em Paranaguá ha poucos prédios. Destaco o palacete do Visconde de Nacar, a Alfândega, a Cadeia, a Misericórdia, a Matriz, que apesar de ficar em máo logar, não destoa da importância da cidade. Não se vá pensar que são edificios notáveis os que aponto: são apenas dos

melhores da cidade.

As ruas são fechadas e bem assejadas. Quanto me parece, aqui a Câmara Municipal, o que é muito raro, cuida da cidade. O mercado é bom, apesar de um pouco pequeno. Está sempre abundantemente provido de pescado e legumes.

Não é mau o local que foi escolhido para assentamento da cidade. Apenas não é dos melhores. Acredito que em futuro não distante, si não já, o clima aqui não será muito salubre. Ha falta de condicções hygienicas. Assenta a povoação justamente no fundo de um braço de mar apertado, cujo leito é de puro lodo. Esse lodo, cada vez mais exposto ao sol, por isso que as águas parece que se retirão e baixa o limite das marés, não pode deixar de fazer-se sentir desagradavelmente. Mas dizem-me que apesar de disso é muito salubre o clima: e esta informação não é sinão a confirmação do muito que já tenho ouvido na Corte sobre o clima em geral do Paraná.

Quanto a importância econômica do Município, pelo que me teem dito, não deixa de merecer atenção. Aqui ha muitos lavradores e muita gente que se emprega na pesca e em outras industrias.

A comarca toda dá uma exportação regular de productos. E já que fallo da comarca, não esqueceréi o que me disserão sobre Guaratuba, que é villa e Guaraquessaba, que também é villa, e a colônia do Superaguy. Contarão-me que aquellas duas povoações ainda estão alguma cousa atrasadas, mas que promettem muito porque a população é laboriosa e perseverante no trabalho.

Da colônia do Superaguy é que me derão muitas satisfatórias informações. E com effeito, eu tive occasião de experimentar o vinho ali produzido. E' excellente. E me assegurarão que a cultura da vinha ali vai sempre em progresso continuo, pois a população já está convencida de que deve occupar-se exclusivamente desta importante industria para assim dar-lhe maior impulso. E effectivamente, quando uma população inteira, activa e laboriosa, se emprega de preferencia á um gênero de industria importante, pode-se assegurar o mais auspicioso futuro para tal população.

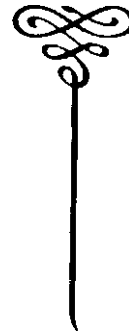
O vinho que se fabrica em Superaguy é excellente, como disse; e fora de duvida, objecto como é dos esforços concentrados de todos os habitantes, ou da mór parte delles pelo menos, tornar-se-á em breve um valioso ramo de exportação, conquistando bõa somma de recursos e elementos para o futuro engrandecimento da colônia.

A que se deverá isso? Às próprias pessoas que me informarão tiverão o trabalho de me dár a razão de tudo. Em Superaguy ha estrangeiros intelligentes, que sabem tirar todo o partido do que temos.

O sr. Sigwalt é ao mesmo tempo um homem emprehendedor e muito dado ao trabalho, e um espirito dado ao estudo. Disserão-me até que o ex-presidente Dr. Taunay, quando visitou a colônia fêz alguns elogios ao sr. Sigwalt, dizendo que era quasi um litterato.

Infelizmente é tarde e não posso continuar hoje. Fal-o-hei sem falta amanhã. Dir-me-ha sua opinião sobre este começo.

Esquecia-me dizer que antes de recolher-me ao hotel, depois que sahi a dar o primeiro passeio, já tive a fortuna de travar relações com algumas pessoas do logar: as quaes muito me hão penhorado pela extrema amabilidade com que me tratão e pela bõa vontade que me facilitão tudo. Abster-me-hei porem de as nomear.



ÍNDICE

DR. JOSÉ MARIA F. DE FREITAS
CIRURGIÃO DENTISTA
C. R. O. Nº 1496

- 1 - Apontamentos sobre a Província do Paraná:
Demétrio Acácio Fernandes da Cruz.
- I - Generalidades práticas para a colonização dos sertões brasileiros.....19
 - II - Condições essenciais à colonização. Vantagens das variações climáticas e da exuberância do solo brasileiro.....19
 - III - Necessidade da adequação das espécies vegetais aos terrenos. A abolição da escravatura e a escassez da mão-de-obra na agricultura.....19
 - IV - A necessidade da importação de colonos para a agricultura. As vantagens e desvantagens dos colonos europeus.....19
 - V - Sugestão ao governo de 7 itens essenciais para a importação de colonos agrícolas. Premissas para a atuação dos encarregados do governo, para a contratação de colonos no exterior.....20
 - VI - Sugestões para a designação de encarregados ideais para a contratação de colonos no exterior.....20
 - VII - Crítica à importação de produtos agrícolas de climas temperados e ao tradicionalismo dos agricultores brasileiros e ao capital estrangeiro.....21
 - VIII - O aproveitamento do índio como mão-de-obra da agricultura e nas forças armadas. Participação dos conventos na catequese. Valorização dos padres nacionais e crítica aos capuchinhos.....21
 - IX - Necessidade da educação dos índios. A organização de colônias agrícolas com índios e população indígena às quais seriam dadas as mesmas regalias que as dadas aos estrangeiros. Crítica ao recrutamento aleatório dos trabalhadores agrícolas nas cidades.....22
 - X - Crítica às derrubadas e queimadas. Aproveitamento itinerante dos solos férteis e a condenação à técnica da "limpa" das lavouras.....23
 - XI - Dificuldades encontradas pelos agricultores. O fracasso do sistema de colonização européia.....23
 - XII - A defesa da colonização espontânea e livre. Preparação de estrutura para receber o colono europeu. Exigência de capital dos imigrantes destinados à agricultura.....24
 - XIII - Vantagens da imigração auto-financiada. Os correios e a divulgação do Brasil. Recursos oficiais poupados para amortização da dívida com a Inglaterra.....24
 - XIV - Transferência dos colonos europeus das cidades para colônias agrícolas ou militares. Vantagens da transferência.....25
 - XV - Conseqüências da interferência estatal na colonização.....25

XXVI	- Causas da deserção dos colonos agricultores. Vantagens da localização interiorana dos colonos agrícolas.....	26
XXVII	- Crítica à forma de recrutamento de colonos pelos comissionados europeus.	26
XXVIII	- As vantagens da iniciativa particular na ação colonizadora.....	27
XIX	- Crítica aos usos e costumes dos colonos alemães habitantes do "quisto" racial de S. Leopoldo.....	27
XX	- Medidas para a defesa da nacionalidade brasileira ameaçada pelas culturas estrangeiras dos quistos raciais.....	28
XXI	- Justificativas para as recomendações constantes do item XX.....	29
XXII	- Condições da Província do Paraná para a colonização europeia.....	29
XXIII	- Causas das atividades extrativas na Província do Paraná. Técnicas da preparação da erva mate: o chá e o chimarrão.....	30
XXIV	- Causas da decadência da cultura da congoneira e da indústria ervateira.....	30
XXV	- Técnicas utilizadas pelos jesuítas espanhóis das Missões na cultura da tarau-neira.....	31
XXVI	- Crítica às técnicas utilizadas pelos ervateiros do Paraná.....	31
XXVII	- Analogia dos métodos utilizados pelos jesuítas das Missões e dos utilizados pelos agricultores paranaenses na produção do mate.....	33
XXVIII	- Crítica à monocultura paranaense. Propostas policultoras. Proposição de culturas para os campos de Curitiba e para região litorânea. Crítica à extração da madeira no Paraná.....	33
XXIX	- Dados geográficos da Província do Paraná. Dependência eclesiástica e organização administrativa da Província do Paraná.....	34
XXX	- Descrição das cidades de Paranaguá e de Curitiba.....	35
XXXI	- Proposta de mudança da capital da Província para Paranaguá.....	35
XXXII	- Comenta a proposta de Zacarias de Goes e Vasconcelos para a mudança da capital da Província para Antonina e apresenta diversos inconvenientes.....	36
XXXIII	- Defesa de sua proposta para a mudança da capital da Província para Paranaguá.....	37
XXXIV	- Comentário sobre a situação educacional da Província e sugere a criação de Liceu em Paranaguá.....	38,
XXXV	- Sugere a concentração do ensino primário e secundário em Paranaguá, com a criação de internato para estudantes de outras cidades.....	39
XXXVI	- Explicação da necessidade de dragagem da baía de Paranaguá.....	39
XXXVII	- Acusa a má qualidade da erva-mate paranaense como causadora do declínio das exportações do mate pelo porto de Paranaguá. Sugere a implantação de lavouras de cana, de algodão e de café para evitar o caos econômico da monocultura ervateira.....	40
XXXVIII	- Crítica à Indústria de Exportação da Madeira.....	40
XXXIX	- Crítica à forma de fiscalização da madeira na alfândega de Paranaguá, e apresenta sugestões em defesa da fazenda provincial.....	41
XL	- Sugere a interrupção da indústria madeireira, até que o governo geral uniformize a nomenclatura de espécies de madeira exportáveis. Cita diversas espécies nativas da Mata Atlântica e indica suas respectivas aplicações na indústria naval.....	42
	- "Uma palavra aos meus respeitáveis amigos" (Nota do Autor em que justifica a interrupção do trabalho, por ter sido acometido de oftalmia).....	43
	- Observação do compilador, em que Júlio Moreira explica o verdadeiro motivo da interrupção dos artigos publicados por Demétrio Acácio Fernandes da Cruz.....	43

- 2 - Apontamentos para a história da Província do Paraná.
Nivaldo Teixeira Braga
- I - Biografia do português Manoel Gonçalves Guimarães.....47
- II - Os escravos do Capão Alto: descrição da fazenda Capão Alto, de propriedade do coronel Bonifácio Baptista, Barão do Monte Carmelo; descrição das festas religiosas e exaltação à fé dos moradores da fazenda à N. Sra. do Carmo; os jesuítas, proprietários da fazenda, a abandonam; ela passou a ser administrada pelos escravos que organizaram uma verdadeira república, cujo chefe supremo era a Santa; semanalmente era nomeado um diretor que se inspirava na Santa para as realizações e as punições; eles foram arrancados com violência e crueldade da fazenda pelos seus antigos proprietários.....48
- III - Primeiros visitantes dos sertões da Província: criação de Assunção, uma das mais antigas cidades do Novo Mundo; os povoadores de Assunção foram os primeiros a conhecer os sertões de nossa Província, Hernando Trejo, Melgarejo, Irala e Cabezza de Vacca; Diogo Garcia, que viera com Martin Affonso, foi o primeiro português a visitar os sertões a leste do rio Paraná; Diogo Garcia internou-se até o Grande Chaco, onde faleceu; Discute a idade da capela existente em Castro.....51
- IV - Notas históricas: Nivaldo Braga explica o objetivo de suas notas históricas...52
- V - Notas explicativas às Notas Históricas de Nivaldo Braga, por Átila Silveira Brasil.....69
- 3 - Viagem de "Turiste" pela Província do Paraná
J. Coruscante (28-09-1886)

NOTAS BIOGRÁFICAS

BIOGRAFIA DE JÚLIO ESTRELA MOREIRA

Júlio Estrella Moreira, nasceu em 6 de outubro de 1899 em Curitiba, era filho do Professor Fernando Augusto Moreira e Rita Estrella Moreira.

Iniciou seus estudos primários na Escola Republicana que era de seu pai. Mais tarde formou-se em Professor Normalista, depois em Odontologia e também em Medicina pela Universidade do Paraná.

Foi Professor da Escola de Odontologia e quando houve o desmembramento da faculdade de Medicina, tornando-se Faculdade de Odontologia foi o seu primeiro Diretor. Recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná.

Homem muito ativo e dinâmico fez parte de inúmeras entidades filantrópicas e de serviços a comunidade.

Era sócio do Rotary Club de Curitiba do qual foi presidente e logo mais Governador do Distrito Rotário. Entusiasta pelos ideais rotários participou de inúmeras Assembléias e Encontros Rotários. Ligado ao Rotary Club colaborou vivamente na fundação da Colsan (Banco de Coleta de Sangue).

Pertenceu a diversas entidades culturais como Centro de Letras do Paraná, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e ocupou a Cadeira nº 14 da Academia de Letras do Paraná.

Como áficionado à história, trabalhou por largo tempo no Museu Paranaense sendo Diretor. Naquela ocasião pesquisou escritos e documentos deixados por outros historiadores os quais já haviam caído no esquecimento; publicou a "Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e Morretes" de Antônio Vieira dos Santos.

Pesquisador pertinaz e incansável publicou livros e inúmeros artigos em diferentes revistas;

citamos aqui algumas de suas obras: Dicionário Bibliográfico do Paraná, História da Medicina no Paraná, Os Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá, esta última em três volumes, Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba a luz de novos Documentos.

Ao final de sua vida organizou a Biblioteca Paranista com obras relacionadas ao Paraná, hoje este acervo está sob a guarda do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Faleceu aos 75 anos em 24 de julho de 1975 deixando um grande exemplo de amor a sua terra, de trabalho, de dignidade, grande amor ao próximo e de luta pelo bem.

Aline Simas Moreira

Curitiba, 19 de outubro de 1989.

BIOGRAFIA DE DEMÉTRIO ACÁCIO FERNANDES DA CRUZ

São poucos os dados biográficos que temos desse funcionário da fazenda, que exerceu o cargo de Inspector da Alfândega de Paranaguá.

Demétrio Cruz, durante a sua permanência naquele principal porto paranaense, compulsou e compilou a Memória História Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu município, escripta por Antônio Vieira dos Santos e apropriando-se do extraordinário labor do benemérito cronista, publicou no Rio de Janeiro uma obra - Apontamentos Históricos, Topográficos e Descritivos da Cidade de Paranaguá, additando alguns escassos dados ao trabalho do escriptor portuense, tão devotado ao Paraná.

Leão, A.E. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1928. V2, P.468.

BIOGRAFIA DE NIVALDO BRAGA

Distincto e illustre lapaeano, o professor Nivaldo Teixeira Braga, como os seus irmãos Coadunego João Evangelista Braga e Libero e Dr. Antonio T. Braga, demonstrou, desde a sua juventude, notável pendor para as letras e para o magistério.

Professor publico, pouco tempo depois abandonava o emprego e ia fundar o Collegio Curitybano, que tão assignalados serviços prestou a causa da instrucção em Curityba. Assíduo, trabalhador e disciplinador, o professor Nivaldo procurava estimular os alumnos, collocando-os nos bancos escolares de accordo com a sua applicação ou o seu merecimento. No seu tempo, a sciencia pedagógica não havia banido das aulas, o regimen do castigo corporal: a palmatória e a vara de marmello eram tão indispensáveis na escola, como o quadro negro, os bancos ou carteiras.

Entretanto, o professor Nivaldo, que não abandonava a vara de marmello, que lhe servia de ponteiro e que jamais deixava de trazer ao bolso do seu encorpado sobretudo a "Santa Luzia", não era um desses mestres-escola que julgavam mais importante a funcção de castigar do que a de ensinar: ao contrario procurava estimular os alumnos dividindo em partidos com os seus estandartes - ao principio - gregos e troianos: e mais tarde - guelfos e gebilinos.

Tinha processos pedagógicos individuaes; e alguns delles muito proveitosos. Não se cingia as velhas normas de pedagogia: procurava despertar a curiosidade dos alumnos, devassando novos horizontes.

Secretario do Museu Paranaense, prestou a esse estabelecimento valiosos serviços, auxiliando ao meu saudoso pae na organização da secção paranaense á Exposição Anthropologica Brasileira, levada a effeito no Rio de Janeiro pelo

notável sábio Dr. Ladislau Netto, director do Museu Nacional.

Nivaldo collaborava nos jornaes de Curityba e tinha o desejo de dar a publicidade, um dictionario histórico e geographico do Paraná, obra esta que foi extraviada, ficando as nossas letras privadas dessa valiosa contribuição. Costumava igualmente publicar nos jornaes, imaginárias excursões em que figuraram os nomes dos seus alumnos, tendo uma dellas versado sobre a Villa Velha, sendo interessante o seu estylo.

Fundou a "Revista do Paraná", primeiro jornal illustrado publicado na Província nas officinas da Lythographia Filgueiras (Impressora Paranaense); e ahi deixou escriptas as biographias dos principaes vultos da Província, com interessantes artigos históricos e originaes cargas.

O excessivo esforço mental despreendido no magistério foi pouco a pouco obrumbrando as luzes da sua intelligencie privilegiada. Fechou o Collegio Curitybano e partiu para São Paulo, fundando em localidade do interior, novo estabelecimento escolar. Já então a sua enfermidade mental progredia e o levou a manter lutas, com sacrificios dos seus interesses. Uma das manifestações da sua dolorosa enfermidade consistiu na preocupação dominante de baptisar a futura capital da Republica, com a denominação de Pindorama, dirigindo aos presidentes eleitos da Republica longos e confusos memoriaes, justificando sua proposta.

Transferiu, mais tarde, a sua residência para Curityba e ahi passou os últimos annos da sua laboriosa existência, como uma sombra do que fora.

Os grandes serviços que Nivaldo Braga prestou ao Paraná e a instrucção publica ainda não mereceram dos poderes públicos, a consagração justa da perpetuação do seu nome em um dos grupos escolares do Paraná.

Nivaldo Braga merece dos seus contemporâneos esta homenagem: elle, durante o longo período da sua fecunda actividade prestou ao Paraná os mais relevantes serviços, quer no ensino, quer no jornalismo, quer nas letras históricas. Pena é que a sua obra fosse extraviada, ainda em sua vida e hoje do seu afan somente restam os números escassos da "Revista Paraná".